

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

RESISTÊNCIA E CONQUISTA DA TERRA A PARTIR DE Dt 26,5-11

VALDIVINO SOUZA RIBEIRO

GOIÂNIA

2002

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

RESISTÊNCIA E CONQUISTA DA TERRA A PARTIR DE Dt 26,5-11

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Ciências da Religião
como requisito para obtenção do Grau
de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Valmor da Silva

VALDIVINO SOUZA RIBEIRO

GOIÂNIA

2002

TERMO DE APROVAÇÃO
VALDIVINO SOUZA RIBEIRO

RESISTÊNCIA E CONQUISTA DA TERRA A PARTIR DE Dt 26,5-11

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, pela seguinte Banca Examinadora:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Valmor da Silva – Presidente

Prof. Dr. Joel Antônio Ferreira (Membro)

Prof. Dr. Pietro Sassatelli (Membro)
GOIÂNIA, 16 DE DEZEMBRO DE 2002

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Antônio Souza Ribeiro e Ana Vieira Ribeiro, com quem posso contar, estando eles chorando ou sorrindo. Eles foram “expulsos” do campo e “tiveram” como justificativa a necessidade dos filhos estudarem. Mas, a cidade não os tirou o zelo e o carinho pelo campo.

Aos meus irmãos e às minhas irmãs os quais a condição econômico-social negou motivação e oportunidade de maior educação escolar. Eles/as nunca deixaram de me hipotecar apoio.

Aos meus cunhados e às minhas cunhadas que, somados ao nosso grupo familiar, incentivaram a minha trajetória.

Aos meus sobrinhos e às minhas sobrinhas pelo carinho e manifestações de afeto.

A Geceny, Nivaldo, Vicentina, Juliana, Alex, Lara e Bruna, que participaram intensamente comigo da construção deste trabalho. Souberam apoiar também as madrugadas e finais de semana investidos nos estudos. Derramaram suor e lágrimas nesses meses e anos de estudos. Motivaram a construção deste trabalho tão importante para todos nós.

E a todas as comunidades por onde tenho passado, pois têm sido motivação para a busca e construção constantes.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Formação Pastoral “Seminário Mater Ecclesiae” e a todos os que participaram da sua construção e existência pela contribuição no processo da minha formação e de tantos outros neste Estado de Goiás. Esse Instituto foi um profundo marco na formação bíblico-pastoral da Diocese de Ipameri, pois fortaleceu a leitura da Bíblia com base no texto e na realidade das comunidades.

Ao João Batista e à Marly Agustini, amigos e irmãos de todos os momentos da vida, que muito me incentivaram no desenvolvimento deste estudo.

Aos amigos e companheiros do CEBI-GO e, de modo especial, à Mercedes e Salete pela motivação e encorajamento.

Aos amigos da Pastoral da UCG e, de modo especial, ao Celso Pontes pelo apoio e questionamentos nas conversas.

Ao D. Antônio Ribeiro de Oliveira, arcebispo emérito de Goiânia e ao padre Luis Lobo pela confiança e apoio manifestados.

Ao Prof. Valmor da Silva, amigo e orientador, por ter acompanhado todos os passos deste estudo.

A todos os amigos e amigas que, de uma maneira ou outra, desde os tempos mais remotos, têm contribuído com minhas buscas incessantes.

ABREVIATURAS

Livros bíblicos que aparecem no texto:

- c - capítulo
- cc - capítulos
- v. - versículo
- v.v. - versículos
- a.C. - antes de Cristo
- d.C. - depois de Cristo

- Gn - Gêneses
- Ex - Êxodo
- Lv - Levítico
- Nm - Números
- Dt - Deuteronômio
- Js - Josué
- 1Sm - 1 Samuel
- 2Sm - 2 Samuel
- 1Rs - 1 Reis
- 2Rs - 2 Reis
- Is - Isaías
- Jr - Jeremias
- Ez - Ezequiel
- Am - Amós
- Os - Oséias
- Mq - Miquéias
- 2Cr - 2 Crônicas
- Ne - Neemias
- Sl - Salmos

Outras Abreviaturas

- ABRA - Associação Brasileira pela Reforma Agrária
- ALCA - Associação de Livre Comércio das Américas
- ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- APR - Animação Pastoral Rural
- CAPOIB - Conselho de Articulação das Populações Indígenas do Brasil
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário
- CNASI - Confederação Nacional dos Servidores do Incra
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- Dta - Deuteronomista
- DtrH - Obra Histórico-deuteronomista
- FASE - Federação das Associações de Assistência Social e Educacional
- FEEAB - Federação dos Estudantes de Engenharia Agrônoma
- Hdta - História Deuteronomista
- IBASE - Instituto de Estudos Sociais e Econômicos
- IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social

INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IFAS	- Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural “Sebastião Rosa da Paz”
INESC	- Instituto de Estudos Socioeconômicos
MAB	- Movimentos dos Atingidos pelas Barragens
MLST	- Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MNDH	- Movimento Nacional de Direitos Humanos
MPA	- Movimentos dos Pequenos Agricultores
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PJR	- Pastoral da juventude Rural
PO	- Pastoral Operária
TEB	- Tradução Ecumênica da Bíblia

SUMÁRIO

RESUMO	10
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
RESISTÊNCIA FRENTE AO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL	17
1.1 A RESISTÊNCIA DO NATIVO	18
1.2 A RESISTÊNCIA DOS NEGROS	24
1.3 A RESISTÊNCIA DE CANUDOS	32
1.4 A RESISTÊNCIA A PARTIR DA CPT E DO MST	38
1.4.1 A origem e o serviço da CPT.....	39
1.4.2 A origem e o serviço do MST	41
CAPÍTULO II	
RESISTÊNCIA E CONQUISTA DA TERRA NA OBRA DEUTERONOMISTA	44
2.1 A TERRA NA BÍBLIA.....	44
2.2 A LITERATURA DEUTERONOMISTA	46
2.2.1 A Teologia Deuteronomista	50
2.3 O LIVRO DO DEUTERONÔMIO	54
2.3.1 A autoria	57
2.3.2 A formação do livro	59
2.3.2.1 Período pré-estatal.....	60
2.3.2.2 O reino norte - século VIII a.C	61
2.3.2.3 A reforma de Ezequias (716-687)	63
2.3.2.4 Governo e reforma de Josias (640-609).....	64
2.3.2.5 A redação do exílio (598-538	68

2.3.2.6 A redação do pós-exílio (Cerca de 400 a.C).....	70
2.3.3 A estrutura.....	71
 CAPÍTULO III	
CONHECENDO O TEXTO DE Dt 26,5-11	75
3.1 TRADUÇÕES DO TEXTO.....	76
3.1.1 Tradução linear	76
3.1.2 Tradução definitiva	77
3.2 DELIMITAÇÃO DO TEXTO.....	79
3.2.1 Pelos acontecimentos narrados	79
3.2.2 Pelas pessoas que aparecem	80
3.2.3 Pelo espaço.....	81
3.3 ESTRUTURA LITERÁRIA.....	82
3.3.1 Rito antigo com a sua oração (v.v. 5a.10.11)	82
3.3.2 Memória da história e vitórias, realizadas por Deus e pelo povo (vv 5b-9) .	82
3.3.3 O rei Josias e a centralização do culto no Templo (v.v. 1-4)	83
3.3.4 Estruturação de Dt 26,5-11	83
3.4 ESTILO LITERÁRIO.....	85
3.5 COMENTÁRIO DO TEXTO.....	89
3.6 OPÇÃO PELOS POBRES.....	96
3.7 CONSIDERAÇÕES DO HORIZONTE HISTÓRICO LITERÁRIO.....	97
 CAPÍTULO IV	
ECOS DE RESISTÊNCIA	102
CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS	135

RESUMO

RIBEIRO, Valdivino Souza. *Resistência e conquista da terra a partir de Dt 26,5-11*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, UCG, Goiânia, 2002.

No processo histórico do Brasil, percebe-se de maneira muito clara como a religiosidade permeia a história da humanidade. A religião marca, principalmente, as lutas por resistência e conquista da terra e melhores condições de vida. Os nativos mostram que a relação com a terra é profunda e lógica, como a relação com o Criador. Os negros africanos buscam a harmonia da divindade e o retorno à liberdade, segundo as origens. O movimento de Canudos é a busca da fidelidade à lei de Deus e não à do cão. Na luta pela terra e distribuição da terra e da renda, a CPT e o MST se empenham em fazer valer a mística. A motivação religiosa está sempre presente nos movimentos de resistência e conquista da terra. O texto de Dt 26,5-11 na Bíblia, faz parte de um conjunto: a festa das primícias, e sinaliza que, mesmo em um processo concentrador, existe reação à centralização político-religiosa promovida por Ezequias e, sobretudo, por Josias. O texto mostra que o Estado não venceu totalmente, pois há referências a expressões resistentes que permanecem dentro de uma cerimônia da reforma político-religiosa. Nos tempos atuais, quando a terra e a renda continuam sendo concentradas, é oportuno ler Dt 26,5-11 e cantar o Baião das Comunidades. O canto convida todos/as à resistência e conquista da terra. A luta é ampla como também ampla deve ser a alegria.

Palavras-chave: concentração, política-religiosa, resistência, conquista, terra, alegria.

ABSTRACT

RIBEIRO, Valdivino Souza. Resistance and Conquest of the Land in Deut 26, 5-11. Thesis in fulfilment of the Master's degree in Religious Studies, UCG, Goiânia, 2002.

One can perceive very clearly how the historical development of Brasil is permeated by the history of mankind. Religion especially marks the struggles for survival, the conquest of the land, and better conditions for life. Indigenous people show how the relationship to the land is profound and logical like the relationship to the Creator. The African Negroes procured divine attunement and return to roots. The Canudos movement is a search for faithfulness to God's law in contrast to Satan's. In the land struggle and the equitable distribution of income, the CPT (Pastoral Land Commission) and the MST (Landless Peasant Movement) endeavour to make use of this mysticism. Religious motivation is always present in the movements of land resistance and conquest. Deut 26, 5-11 is a Biblical text that forms part of a larger whole: the feast of the first fruits, and signalizes that, even in an accumulative process, there exists a counter reaction. Such was the case with Hezechias and, especially, Josiah in their opposition to political and religious concentration. The Biblical text shows that the State didn't totally win the battle, for there are references to resistance that survive in the political-religious reform ceremony. In the modern era it is very opportune to read Deut 26,5-11 and sing popular community liberation hymns seeing that land and income continue to be monopolized. Liberation Hymns invite all to resist and take possession of the land. The struggle is all encompassing as should joy.

Key Words: political-religious, resistance, conquest, land, joy

INTRODUÇÃO

“Diante da nova situação, a realização das promessas do Deus dos Pais passa pela saída do Egito e pelo dom da terra.

Deus está aqui, onde está o povo clamando por causa de seus opressores, e tem um plano de libertação e um projeto de vida numa terra boa e farta” (GALAZZI; RIZZANTE, 2002, p. 71).

A religião faz parte da cultura e é um elemento importante na vida da sociedade. As pessoas têm necessidade de se agregar e a religião é um fator efetivo de agregação. Nesse sentido, é interessante o pensamento de Brandão. Para ele, as culturas possuem situações de origens e trajetórias diferenciadas. Conseqüentemente, existem experiências diversas de Deus, do sagrado e da religião. A vocação humana para a vivência do divino deixa claro que

é mais através de suas diferenças em direção a horizontes humanos comuns, do que por meio de suas igualdades forçadas, que elas se comunicam através do diálogo fraterno entre os seus diferentes crentes e praticantes (BRANDÃO, 2001, p. 181).

Nesta linha de raciocínio, o desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organização (SANTOS, 1996, p. 7). Como se pode notar, nesta diversidade está a expressão religiosa que é vivenciada em múltiplas formas. Para alguns é forte motivação pela busca e construção de uma mudança histórica, já para outros é a certeza que garante a espera de um mundo melhor no futuro, depois da morte.

A intenção do presente estudo é mostrar que a religião é elemento importante para motivar a disposição de construir ou influenciar mudanças no processo histórico. Por isso, parte-se do princípio de que a religião ajusta as práticas dos homens e das mulheres à ordem cósmica imaginada (GEERTZ, 1989, p. 134-5).

Assim, a forma como a pessoa exprime a sua religiosidade é elemento de significativa importância, quase que determinante para a vida dos homens, das mulheres e demais espécies vivas, pois contribui para maior relação entre os seres.

Na história do Brasil encontra-se uma profunda ligação e influência da religião. O europeu usou o cristianismo para impor o seu domínio. Já os negros, os nativos e outros excluídos da sociedade e do uso da terra, cada grupo à sua maneira, manifestaram-se através de sua prática religiosa dentro de tal contexto. Enquanto o europeu, membro da classe dominante, encontrava na religião meios de exploração, os nativos, os negros e outros marginalizados encontravam na mesma a motivação para a resistência e conquista da terra para uma vida melhor.

A posse da terra sempre significou uma condição de poder. Tê-la foi sinônimo domínio e influência nos meios dominantes e isto é muito claro na história brasileira. A questão da concentração da terra nas mãos de poucos é fruto de um processo histórico. O Brasil, a partir da chegada do europeu, experimenta o processo de disputas e concentração das terras e, conseqüentemente, de exclusão social

(MITSUE, 2001, p. 56). Moraes (1993, p. 56) vai além, para ele, a chegada dos portugueses já foi fruto de disputas internacionais.

O presente estudo é desenvolvido tendo a prática religiosa como motivadora. Mesmo com credos diferentes é possível perceber tal realidade que fortalece a resistência e conquista da terra.

Existe uma distância imensa entre a concepção de fé dos nativos, dos negros, dos membros de Canudos e, no caso, de judeus ou cristãos. Mas, em qualquer concepção de fé encontram-se expressões de resistência e busca de melhores condições de vida. Este estudo vê a busca de melhores condições a partir de resistência e conquista da terra. Daí, a preocupação em fazer um panorama das lutas pela terra no Brasil e privilegiar o aspecto religioso, pois seja nas lutas dos negros, de Canudos ou nas lutas acompanhadas pela CPT e pelo MST, encontram-se as motivações religiosas.

O Brasil é um país que se diz cristão, onde as pessoas usam muito o Antigo e o Novo Testamento e a Bíblia tem grande influência na vida delas. As histórias de luta pela terra do povo hebreu são usadas como motivadoras das lutas de hoje. Daí o objeto escolhido para o presente estudo ser um texto bíblico, mais precisamente: Dt 26,5-11.

A Bíblia trata da vida de um povo que se define por um Deus, revelado como libertador do povo. Eu sou Javé¹, por isso vos libertei (Ex 6, 2-8; SOUZA, 1983, p. 2), portanto a opção se deu a partir dos feitos de Javé. Relevante feito de Javé é a libertação da escravidão do Egito e a posse da promessa, a terra. A chegada e a

¹ A explicação bíblica deriva da raiz HYH ou HWH (SER). Eu sou quem sou. A tradução LXX dá ao verbo o sentido de existir por si mesmo. Neste caso, o nome Javé indica que existe por si, não depende de algo ou outro (Cf. BORN, 1985, p. 755).

permanência na terra são sinais da promessa cumprida para a alegria e a felicidade (Dt 6,20-25; 26,5-11; Js 24,16-18). E ainda como diz Souza e Caravias (1988, p. 14):

Esta terra grande e fértil, maravilhosa para a pecuária (leite) e para a agricultura (mel), ficará sempre como uma espécie de utopia, de meta a ser alcançada; um ponto de referência, que é importantíssimo como motivação e mística que empolgará a luta. É uma imagem do ideal necessário a qualquer revolução em todos os tempos. Mas, ao mesmo tempo, é também útil já poder contar com uma realização, mesmo parcial e limitada, desse ideal.

A Bíblia é o instrumento necessário para entender e motivar a luta pela terra e não pode ser dissociada do processo histórico de Israel e do leitor (LOPEZ, 1992, p. 24), pois o evento salvífico está sempre presente na vida do povo (Dt 26,5-11). A salvação da escravidão do Egito é motivação para a constituição de uma nova condição.

Neste sentido, os trabalhadores, no processo histórico, se postam na resistência e na conquista da terra que é um bem necessário para a sobrevivência. Sem ela é impossível conservar e construir a vida. A terra boa para a agricultura e criação de animais estará sempre na memória do povo, é a utopia a ser conquistada. Esse povo se vê no seu direito, pois a terra é herança prometida por Javé.

Os lavradores sonham com a terra para uma vida melhor e neste sonho se colocam em busca. Essa busca, para muitos, tem uma motivação religiosa que pode ser percebida na história brasileira e na atualidade. A resistência, a conquista e a fé estão presentes na vida do povo brasileiro. “A terra é dom de Deus, dom que Deus fez para todos os seres humanos, homens e mulheres (...). A concentração da terra nas mãos de poucos não é segundo o plano de Deus” (IDÍGORAS, 1983, p. 508). Esta certeza faz com que as pessoas vejam a terra como promessa e por isso se faz necessária a resistência dentro de uma estrutura agrária que não deixa espaço para

a vida dos trabalhadores no campo (CNBB,1980, p. 5-8; FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 2001).

Este estudo é desenvolvido em quatro capítulos. O primeiro, já mencionado, é o panorama da resistência e conquista da terra no Brasil. Apresenta uma visão geral sobre a motivação religiosa que perpassou e perpassa as lutas pela terra no Brasil.

O segundo capítulo é um estudo a partir da obra Deuteronomista e, sobretudo, do livro do Deuterônomo, desenvolvido com base em vários autores, mas tendo como referência os estudos de Nakanose. Para o estudioso, o livro é fruto de um longo tempo e abrange desde a época pré-estatal até o pós-exílio. A composição é desenvolvida do século VIII ao século IV a.C.

O terceiro capítulo é o estudo direto profundo e minucioso do texto, Dt 26,5-11. Por isso apresenta duas traduções: uma linear e outra mais literal. Busca conhecer o porquê de sua colocação no lugar em que se encontra na Bíblia. Está no conjunto da festa das primícias, mas tudo indica que foi colocado ali pelos adeptos da reforma de Josias. A exegese desenvolvida fortalece o argumento de que o referido texto está em um contexto de concentração política e religiosa, porém é uma resistência a tal situação. Vários autores fortalecem a argumentação, dentre eles, Wolff e Nakanose.

O quarto capítulo é quase uma conclusão. Em um mundo que privilegia o mercado e o capital, nos cânticos e manifestações religiosas, ecoa a resistência e luta pela terra motivada pela fé.

O conjunto do estudo é fruto de um longo processo de trabalho com a Bíblia junto às comunidades em busca de enriquecer e sistematizar os conhecimentos recebidos, adquiridos e construídos nos serviços desenvolvidos.

CAPÍTULO I

A RESISTÊNCIA FRENTE AO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

Muito já foi escrito sobre a história do Brasil, quase sempre partindo da visão tradicional tendo como elementos a descoberta, o domínio, o Império e a República. Quando se fala da atualidade, a linha é mais ou menos a mesma, ou seja, a história é quase sempre escrita a partir das estruturas dominantes. O presente capítulo resgata a história com base na resistência e conquista perante os sistemas de opressão e exploração. Neste processo será dado um destaque à contribuição religiosa porque o conjunto do presente estudo quer mostrar a importância da religião na resistência e conquista da terra.

O panorama considerado inclui grupos resistentes como os nativos, os negros e o movimento de Canudos, chegando à origem da CPT e do MST. É evidente que existiram e existem outros movimentos e organizações resistentes de lutas por conquistas de terras. Estes servem para exemplificar a posição de muitos dominados, pois sempre existiu e existe resistência ao sistema implantado. Os grupos de resistência também fizeram e fazem a história.

1.1 A RESISTÊNCIA DO NATIVO

A chegada dos portugueses ao Brasil pode ser ligada a uma disputa por terra em uma dimensão internacional. Portugal e Espanha eram as potências da época. A crescente atividade comercial fez com que as atividades marítimas se intensificassem².

O início da expansão marítima portuguesa começou com a conquista de Ceuta, importante centro comercial na costa marroquina (África no Norte), em 1415, seguida das ilhas do Atlântico (Madeira, Açores, etc.), para depois alcançar o litoral atlântico da África [...]. A Espanha começou sua expansão pelo Atlântico com um certo atraso em relação a Portugal, principalmente devido ao prolongamento da guerra de Reconquista (o último reino conquistado foi Navarra, em 1492), que acabou atrasando a centralização do Estado espanhol (MORAES, 1993, p. 149-51).

A chegada do europeu, no caso o português, marca claramente um acentuado conflito pela terra no Brasil. Na História do Brasil e na atualidade o que predomina é uma política concentradora, voltada para a exportação.

Mas é de fundamental importância perceber que os grupos minoritários tiveram reações. Minoritários na condição econômica e de poder, pois a população nativa era maior que a de Portugal na época da invasão portuguesa. E ainda, de modo geral, as camadas exploradas sempre foram maioria.

Podemos dizer que a luta pela terra no Brasil nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível. Os habitantes do local, então, diante de armas e intenções nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra esse verdadeiro caso de invasão (MITSUE, 2001, p. 56).

² Para maiores informações veja Palacin (1981, p. 19-25).

Mas, como no conjunto de toda a América, os nativos do Brasil buscaram seus meios de resistência e não foram passivos diante dos invasores. Isto porque a relação dos nativos com a terra é muito mais ampla do que a dos ditos civilizados ocidentais. Segundo a Dimensão Missionária da CNBB (PONTIFÍCIAS OBRAS MISSIONÁRIAS, 2002, p. 18), para o nativo,

o direito à terra é algo diferente de uma exigência política. É o desejo de conservar a própria e profunda identidade cultural.

Para os povos indígenas, a terra é Mãe: cuida de todos os filhos seus, os veste, os alimenta, doa a vida.

Nela é conservada a história do povo, o eixo que dá sentido a suas culturas [...]. Um túmulo não é somente um espaço religioso, mas um ponto central de identidade que define as relações sociais dos grupos humanos e das pessoas com a terra.

Para Souza (2000, p. 10-11),

os índios contemplam Deus, não tanto como ser supremo transcendente, mas como presente na natureza, na terra e em cada ser que nos rodeia [...]. Em alguns povos, Deus seria um grande bisavô que nos deu o avô e a avó lua, que geraram a mãe terra que nos gerou [...].

Para todos os povos indígenas, a terra é o que há de mais divino e sagrado. Não há outro templo. Não há sacramento maior de Deus, entre nós, *do que a terra*.

Tais concepções de relação com a terra contribuíram para uma tomada de posição por parte daqueles que aqui moravam quando chegaram os europeus. Por mais que os portugueses e outros europeus utilizassem os nativos nas suas disputas pela conquista, eles, de modo geral, não se deixaram usar.

Grandes chefes, como Cunhambale e Araribóia, chegaram a liderar seu povo em defesa dos portugueses (peró) ou dos franceses (mair).

A maioria dos chefes indígenas, porém, não agiu assim. A conquista da Amazônia, feita pelos portugueses no século XVII, em disputa com ingleses e holandeses, foi

dificultada pelos guerreiros manau. Eles não aceitavam a invasão de suas terras, nem a escravidão de sua gente. E resistiram até morrer, até o extermínio total, pois os brancos sempre foram superiores em armamentos. Seu maior líder, Ajuricaba, mesmo algemado e com os pés atados, preferiu jogar-se na águas do rio Amazonas a viver cativo dos seus inimigos (VVAA, 1995, p. 19).

Diante da citada reação, tem-se claro que outras reações aconteceram. Frente à resistência pela liberdade nasceram as estórias dos caboclos do Amazonas³.

Outro exemplo de reação pode ser encontrado no século XVIII é a reação de Sepé Tiaraju. Ele e seu povo não aceitaram a perda de suas terras para os reis de Portugal e da Espanha. Nunca aceitaram os limites das terras que foram assinados na Península Ibérica.

Nada de decidir qual era a terra de um país, qual era a de outro: os guarani não abandonarão seu chão. – O território que pretendeis invadir pertence a Deus e a São Miguel! – afirmava Sepé. O que nós possuímos é fruto de nossas fadigas. Não vamos perder isso sem luta! (VVAA, 1995, p. 19).

Os nativos usaram todos os meios possíveis para se defenderem, mas a guerra foi devastadora. Milhares de índios morreram, inclusive Sepé. As lutas geraram lendas, especificamente desta nasceu uma lenda. Ela diz que Sepé aparece em seu cavalo animando os seus guerreiros nos combates. A invasão dos grupos que empreenderam a colonização fez surgir entre os tupinambás e os

³ “O espírito de Ajupiricaba vive nas estórias dos caboclos do Amazonas. Quem entra na grande mata ouve um grito rouco, de voz humana: É o Curupira, seu moço. Ele defende os bichos e as aves daqui. É um duende ruivo, de pés pra trás. Mora no oco do pau grande. Estraçalha os cachorros do caçador e foge da claridade. Só se acalma mesmo se deixa fumo e cachaça pra ele” (VVAA, 1995, p. 19).

guaranis a crença na *Terra Sem Males*⁴. Neste lugar não existe morte. Esta terra está além do oceano e é chamada *Ivymamaraey*, isto é, terra prometida.

Estas considerações confirmam que os grupos indígenas não aceitaram pacificamente a invasão do europeu e a imposição do projeto colonizador. Esses grupos fizeram resistências e as lendas que nasceram são formas de reação, conscientes ou não, de lutas contra a dominação das suas terras.

Por parte dos invasores não havia preocupação de entender as necessidades das populações da terra. A intenção era de explorá-las e até, se necessário fosse, exterminá-las, mas as camadas excluídas não ficaram paradas olhando a concentração e exclusão acontecer. Encontramos significativas manifestações de revolta contra a política adotada pelas classes dominantes, muitas delas tiveram uma motivação religiosa.

A expressão guarani dita por Sepé, é muito clara neste sentido. O território dos guaranis é fruto de trabalho, de fadigas. Não é exclusivamente deles, pois pertence a Deus e a São Miguel. Por isso, para perdê-lo só depois de muita luta. Olhando a América como um todo, é importante ressaltar a posição do Seattle, cacique dos Duwamish, proferida em discurso diante de Isaac Stevens, então governador do território de Washington, em 1856⁵. Acredita-se que ela tenha no seu conjunto o pensamento dos ameríndios com relação à terra, ao ser humano e ao Criador. Entre outras coisas, ele diz:

⁴ A lenda da TERRA SEM MALES está no anexo 1.

⁵ O presidente dos Estados Unidos da América, F. Pierce, no ano de 1854, pretendia comprar as terras indígenas. No ano de 1856, o discurso do cacique Seattle é proferido diante do Governador do território de Washington e é publicado pela primeira vez em 29/10/1877 pelo Dr. Henry Smith no *Seattle Star* (Cf. BOFF, 1995, p. 335-341; CNBB, 2001, p. 74, 357-359). Veja a íntegra do discurso no anexo 2.

O que ocorre com a terra recairá sobre os filhos da terra. É possível que sejamos irmãos, apesar de tudo (...). Deus é um só, qualquer que seja o nome que lhe dêem. Vocês podem pensar que o possuem, como desejam possuir nossa terra; mas não é possível. Ele é o Deus do homem e sua compaixão é igual para o homem branco e para o homem vermelho. A terra é preciosa e feri-la é ferir o seu Criador (CNBB, 2002, p. 357).

Percebe-se que para o nativo da América do Norte, e do restante das Américas, deixar a terra é deixar o lugar do Criador; é ferir e desprezar aquele que criou e deu tudo. A obra do criador só pode ser perdida depois de muita luta sendo importante ligar esse jeito de pensar com a atitude do líder da Amazônia no século XVII. Ajuricaba prefere saltar nas águas a perder a condição de livre na terra, pois a terra é o lugar de sua sobrevivência na liberdade. Ao ler o início da carta de Seattle, pode-se dizer que para o cacique, a terra é essencial para a vida como o ar, pois é. É impossível comprar ou vender o ar. Isso mostra que a terra para os índios é como a terra da promessa para os israelitas. É de Deus ou dos deuses para a alegria e felicidade de todos (Dt 26,5-11).

Fora daquela terra era impossível celebrar a liturgia, as festas e até mesmo cantar um dos cânticos de Sião (Cf. 2Rs 5,7). Da mesma maneira, os povos indígenas têm seus lugares sagrados, espaços de seus rituais, de manifestação de suas crenças e da força de seus ancestrais. A terra é o chão de sua história, de sua cultura, de sua sobrevivência [...]. A luta dos povos indígenas para defender e garantir a posse de seus territórios já dura cinco séculos. Mas é certamente uma luta justa e abençoada, porque tem a finalidade de assegurar uma vida digna e plena para esses povos tão sofridos [...]. Como o Povo de Deus buscando e acreditando na Terra Prometida, os índios seguem nesses cinco séculos refazendo a utopia, lutando de muitas maneiras para conquistar a "terra sem males" (CNBB, 2002, p. 74-6).

Muitos indígenas morreram em diversos combates em defesa de suas culturas e terras. Os nomes dos mártires dessas lutas normalmente não foram levados ao conhecimento da população e sim omitidos. Para aqueles que

normalmente contavam a história, as pessoas que lideraram estas resistências eram simplesmente revoltosos. Em outras palavras, as classes dominantes que escreviam não tinham interesse em contar as histórias de revoltas e dos heróis resistentes. Isto porque, estas revoltas eram contrárias ao domínio dos portugueses e às práticas aqui empreendidas.

Reagindo contra a violência da conquista de seus territórios, contra a escravização, e desafiando os padrões de conduta cristãos exigidos pela ordem colonial, 27 lideranças foram identificadas nas lutas indígenas no século XVI. Trata-se basicamente de representantes de grupos de língua tupi, já que esses foram os primeiros a resistir à conquista portuguesa no litoral. Mas isso não quer dizer que outros grupos não o tenham feito, como os Guaimuré/Aimoré, Goitaká ou Kariri. Apenas os documentos não citam nomes desses respectivos povos (CIMI, 2001, p. 204).

As lutas aconteceram a partir século XVI com a chegada dos portugueses e continuam até os dias de hoje, resultando sempre num grande número de lideranças mortas, o número de 27 se refere só ao século XVI. Poderiam ainda ser citados 28 líderes do século XVII; 17 do século XVIII; 22 do século XIX; e no século XX, 89 indígenas assassinados (CIMI, 2001, p. 204-20).

Concluindo: importa pensar como os nativos viviam ou vivem sua religião para entender qual o aporte desta vivência às suas lutas de resistência e conquista. As palavras de Souza (2000, p. 11) contribuem para tal compreensão, para ele,

estamos habituados a compreender a religião como um conjunto de crenças e verdades que se explicam por livros e dogmas. Para a maioria dos povos indígenas, religião é um mundo do inconsciente e do sonho não abordável pela mente e sim pela intuição sensível e pelos estados de consciência.

O discurso de Seattle deixa claro que a religião tem um sentido muito além de dogmas ou conceituações sobre a divindade. Não é possível separar o divino e a realidade que envolve o ser humano. A mente humana, talvez, não consiga tratar da totalidade da divindade. É assim que os nativos acreditam numa integração das espécies vivas, do ar, do divino e da terra. Resistir e conquistar a terra é conservar a vida e está fora de discussão perder a terra, a mãe que gera e mantém a vida.

1.2 A RESISTÊNCIA DOS NEGROS

A partir de 1530, as classes coloniais começaram a trazer negros africanos para o Brasil. Foram mais de 5 milhões de negros que vieram, sobretudo de dois universos culturais diferentes: os sudaneses e os bantos⁶. Eles tinham suas crenças e práticas religiosas.

É difícil sintetizar as práticas religiosas dos negros africanos da época. Porém, é importante ter em mente que a memória dos negros na América está ligada à escravidão.

Sabe-se que os escravagistas tudo fizeram para que os negros esquecessem sua terra de origem. Nas plantações de cana e nas oficinas, eram reunidos escravos de etnias diferentes, aos quais os senhores davam novos nomes [...]. Proíbiam-se os cultos africanos e o cristianismo era obrigatório, pelo batismo forçado. Mas em nenhum momento os escravos se deixaram dominar pela resignação e a história da escravidão é também a história de resistência à escravidão (HURBON, 1988, p. 66-7).

⁶ Conforme Souza (2000, p. 6), "os sudaneses (região onde hoje é a Nigéria e o Sudão) e os bantos (de onde hoje é Angola, Congo e Moçambique). Os sudaneses pertenciam a dois grupos étnicos diversos: Iorubá ou Nagô e os Jeje. Estes foram vendidos nos mercados da Bahia e Sergipe. Os Bantos foram trazidos predominantemente para Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, como também para o Nordeste mais alto" (de Pernambuco ao Maranhão).

O candomblé surgiu como síntese dos ritos africanos, de linha iorubá⁷ e conserva mais as raízes africanas. Essas raízes fortaleciam e conservavam a resistência e a convicção de conquistas da terra, pois o clima e a natureza não eram muito diferentes dessa região. Os negros souberam relativizar suas brigas de ancestrais e se uniram na língua e nas religiões novas que nasceram no Brasil. Os escravos conservaram certos ritos que eram comuns a todos e manifestavam uma dimensão de fé.

Todas as tradições concordaram em reunir na fé em um Ser Supremo, que chamam de Olorum, Obatalá ou outro nome. Todos acreditam que Deus se revela pela energia espiritual. O candomblé chama de 'Axé'. A sabedoria da vida é você lidar positivamente com essa energia e aproveitá-la bem. Ela está na natureza e se manifesta em diversos fenômenos (SOUZA, 2000, p. 14).

Neste sentido, a religião era também meio de congregar e resistir.

Essa resistência se fez justamente sobre a base das crenças antepassadas. Desde os navios negreiros, pelo suicídio, pela greve de fome, pela recusa de medicamentos, o vento da revolta começou a soprar: Os negros deixavam os corpos aos brancos e iam reunir-se no mundo de seus avós (HURBON, 1988, p. 67).

Pela presença da religiosidade africana na atualidade é possível conhecer a sua intensidade sabendo quanto foi violenta a escravidão, tanto nos trabalhos quanto na repressão aos costumes. Assim levanta-se a pergunta: como as religiões africanas foram preservadas? Talvez a resposta seja imediata: foram resistentes na criatividade para preservar os seus costumes e práticas religiosas. Representavam

⁷ Sobre a cultura iorubá veja Ramos (1979, p. 189-200).

as suas divindades usando as imagens católicas e nas senzalas celebravam seus cultos.

À noite, quando os brancos os fechavam, por fora, dentro da senzala, para não fugirem, os negros organizavam as cerimônias religiosas que tinham trazido da África: cantavam, dançavam, batiam atabaques e ofereciam alimentos aos orixás, que são os espíritos protetores da vida, existente na natureza (CARNIATO, 1990, p. 54).

O que foi dito sinaliza que havia uma intensa prática religiosa entre os povos escravizados. Práticas religiosas clandestinas, pois eram proibidas. É possível dizer que tais práticas sinalizam uma resistência, uma forma de sobreviver à escravidão, tanto física quanto culturalmente. Não era uma experiência religiosa que levava à passividade, pois para os africanos o mal provém das criaturas. Com isso, era muito claro que a situação de prisão na África, os maus tratos na viagem e na colônia não eram vistos como vontade dos deuses ou de Deus, pois,

Deus não tem nenhum interesse em fazer mal ao homem que ele criou com amor. **O mal provém das criaturas**: segundo as tradições, **para realizar o mal o ser humano conta com a cumplicidade dos espíritos negativos** (VEGETTI; NHAGO, 1999, p. 179; grifos dos autores).

Pode-se dizer que é a religião da harmonia. Não existem momentos religiosos e profanos, vida é um todo integrado.

Essa vida, essa força vital unifica o universo, acima de qualquer ser, porque ninguém dela é o dono. Segundo o antropólogo J. Goetz, “a ordem do mundo, para esses povos, é um cosmo, não uma ordem lógica ou mecânica, mas uma harmonia viva. É um todo vivo, do qual, sobretudo o ser humano, cada um em seu lugar, participa

ativamente. Cada ser, que realiza exatamente sua função, nesse todo, existe, vive, tem um significado e isso é o suficiente; enquanto que o mal consiste em não participar do jogo, em não estar regularmente integrado ao todo” (VEGETTI; NHAGO, 1999, p. 175).

Não se pode esquecer as diferenças entre os grupos africanos que vieram para o Brasil, mas a concepção religiosa é mais ou menos comum entre os mesmos. A harmonia com o todo era a grande preocupação para a religiosidade, qualquer violência a esse ideal harmônico não era vontade de Deus ou dos deuses. Como o sistema implantado, de colonização e sobretudo de escravidão, violentava as relações harmoniosas, entre os seres humanos e, por conseguinte, com o universo, devia ser combatido.

A resistência e a conquista da terra seria um meio de retomar a harmonia quebrada, por isso, não se pode deixar de mencionar as revoltas dos negros. Eles não foram trazidos porque eram pacíficos uma vez que não se submeteram pacificamente à condição que lhes era imposta. Esta é uma leitura das classes dominantes, a que foram trazidos, para serem escravizados. Vieram de lugares e tribos diferentes e até, em alguns casos, inimigas e aqui foram misturados. Tais tribos tinham costumes e práticas culturais e religiosas diferentes.

Na viagem, os negros já experimentavam o tratamento que os esperavam no continente onde viveriam, condições indignas de um ser humano. É importante lembrar que por muito tempo a espécie humana era (é) tratada como superior às demais espécies vivas. Neste contexto, o negro não era visto como humano, ou como inferior entre os humanos. Encontramos relatos que mostram as condições de tratamento em viagens e é difícil imaginar tal tratamento a um ser vivo, mais ainda a um ser humano, mesmo sendo considerado como inferior. Veja o seguinte:

Amarramos ontem os negros culpados, isto é, os autores da revolta, pelos quatro membros e, deitamos de bruço em cima da ponte fizemo-los açoitar. Depois cortamos suas nádegas, para que melhor sentissem suas faltas. Jogamos depois pólvora, suco de limão, salmoura e pimenta nas feridas, junto com outras drogas postas pelo cirurgião para não dar gangrena (VVAA, 1995, p. 47).

Assim, chegando ao seu destino, os negros não eram considerados gente mas mercadorias. A referência a negros que deviam vir para a escravidão era de peça de Guiné. “Três negros de 6 a 18 anos valiam duas peças” (CEHILA, 1992, p. 6). Nota-se que não se fala em gente ou povo que chega para o trabalho ou para a escravidão na colônia. As condições de viagem, vida e trabalho eram tão difíceis que a média de vida do negro era de sete a dez anos de trabalho.

Os escravos eram responsáveis por todos os serviços da colônia. Para Palacin, em 1584, o número de escravos na Bahia e Pernambuco era de doze mil e três mil, respectivamente, que comparado com o número alcançado nos séculos seguintes, é relativamente pequeno. Palacin diz que as relações que envolviam o negro eram as piores possíveis.

Desarraigados de sua família e de sua terra, explorados ao máximo para ressarcir seu alto custo, incompreendidos de todos pela ignorância de sua língua e de seus costumes, sua situação como grupo humano é a mais triste nestes primeiros anos de assentamento da colônia (PALACIN, 1981, p. 83).

Além de tudo, os negros eram considerados como inimigos e as populações de origem européia os olhavam, sobretudo os resistentes ao tratamento que lhes era dispensado, como seres perigosos. Relatos sinalizam que o tratamento destinado a eles não era nada cordial. Daí muitos negros eram levados a fugir buscando novas formas de vida, as fugas encaradas como crimes passíveis de castigos.

Já nesta época começam as fugas e levantamentos, que tanta importância adquiririam depois. Em 1572, informa-nos **a História do Colégio da Bahia**, morreram enforcados sete negros, que depois de terem fugido viviam fazendo assaltos.(45) (sic) E no fim do século, Pero Rodrigues os assinala como um dos três perigos potenciais da colônia: “Têm os portugueses moradores nestas partes, três gêneros de inimigos por mar e por terra, e um só gênero de amigos, e chega a tanto a cega cobiça, que só nos amigos fazemos guerra – refere-se aos índios cristianizados - Os primeiros inimigos são os negros de Guiné alevantados, que estão em algumas serras, donde vêm a fazer assaltos e dão algum trabalho, e pode vir tempo em que se atrevam a cometer e destruir as fazendas, como fazem seus parentes na Ilha de Santo Tomé” (PALACIN, 1981, p. 82, grifos do autor).

As revoltas dos negros precisam ser vistas como expressões de resistência, pois eram oportunidades de manifestar a não aceitação de um sistema ou estrutura que lhes era imposto. A resistência se concretizou, de forma isolada, em revoltas e fugas de grupos, negros que fugiam e buscavam a possibilidade de uma vida livre. Engenhos ou regiões conheceram as revoltas de grupos de escravos, uma vez que quando tinham a fuga frustrada preferiam se matar a voltar para a escravidão. Mas de todas as atitudes dos escravos, as que mais se sobressaíram foram as que deram origem aos quilombos⁸. Nesses não existiam grandes propriedades, porém eram desenvolvidas as atividades na agricultura, na criação de animais e no artesanato.

Havia quilombos no Brasil inteiro, do Rio Grande do Sul até a Amazônia. Sabemos que existiam até contatos com quilombos de outros países, num formidável

⁸ Quilombo é um termo banto e quer dizer acampamento de guerreiro na floresta. Com os quilombos se entende a saída de um “lugar” de passividade e resignação para uma posição de resistência (Cf. BAIOCCHI, 1999, p. 35-7).

movimento internacional. Centenas deles agrupavam milhares e milhares de pessoas. Embora criados por negros, os quilombos acabaram absorvendo todas as camadas oprimidas da população: índios perseguidos, mulatos, pessoas pobres procuradas pela polícia, brancos miseráveis, prostitutas (SCHMIDT, 1998, p. 47).

Como é dito por Schmidt, os quilombos estavam espalhados por todo o Brasil. A base da constituição não era estritamente a raça e sim, talvez mais, o fator exploração, exclusão que levava seus membros a buscar esta forma de vida. Tudo indica que havia a preocupação de iniciar um jeito diferente de viver. Esse seria um espaço reservado para aqueles esquecidos, ou oprimidos até o momento. A condição conquistada pelos negros e outros esquecidos, ou oprimidos, era odiada pelos dominadores. O autor citado dá três motivos pelos quais os brancos das classes dominantes odiavam os quilombos.

1. Os quilombos eram refúgio para os oprimidos na colônia. Frente à sociedade estruturada pelo sistema colonial, os quilombos eram uma possibilidade de vida melhor. Eram sociedades alternativas.
2. Os quilombos organizavam expedições para libertar outros negros e atacar fazendas. Com os ataques libertavam negros e negras, conseguiam alimentos e ferramentas para as atividades a serem desenvolvidas. Estudos sinalizam a possibilidade de que a mãe de Zumbi tenha sido levada em um desses ataques. Isto porque os quilombos, normalmente, eram carentes de mulheres.
3. Os quilombos demonstravam que os negros e outros pobres não precisavam dos ricos para viver. Pelo contrário, podiam até constituir uma sociedade mais justa e igualitária (SCHMIDT, 1998, p. 47).

Assim se percebe que os negros tinham a sua organização com objetivos claros tendo como proposta um jeito diferente de viver, de constituir uma sociedade não baseada na escravidão. As relações a serem construídas, seriam diferentes das

relações vividas na colônia, assim, os quilombos não eram lugares ou algo reservado só para escravos libertos, mas visavam também outros grupos que experimentavam a exclusão e exploração por parte das classes dominantes. Para Silva, os quilombos ameaçavam o sistema implantado no Brasil.

Os quilombos eram ameaça constante ao sistema escravista implantado no Brasil pelo império português, parte do sistema econômico mundial. A simples existência de homens livres, produzindo para si mesmos, criando uma sociedade sem o trabalho escravo, podia provocar a queda de uma sociedade destruidora de homens (SILVA, 1990, p. 7-8).

Portanto, os quilombos eram oportunidade e tentativa de empreender um jeito de vida livre e diferente na terra da violência e da opressão. O processo de concentração agro-exportador e de escravidão do negro era ameaçado com a vida construída nos quilombos e era também, até certo ponto, o retorno aos costumes e práticas da terra mãe, a África. Representavam uma maneira de viver que trazia certa possibilidade de alegria e felicidade para um número maior de pessoas incluindo a prática religiosa das origens. Na terra da escravidão dever-se-ia sonhar e iniciar relações diferentes que não seriam mais baseadas no trabalho escravo, mas em práticas mais ou menos semelhantes às da terra mãe, a África. Para que isso se consolidasse eram necessárias ações voltadas para a libertação da escravidão, neste caso, as fugas, não existia outro meio. Com as fugas começava a tentativa da construção de uma sociedade nova, uma vida diferente, em contraste com a vida na escravidão experimentada até então, era a base desta sociedade.

Dentre os diversos quilombos que existiram, sobressai o de Palmares.

Localizado entre Pernambuco e Alagoas, Palmares é o mais importante ajuntamento de quilombos do período colonial, funcionando como centro de resistência de

milhares de escravos negros e mulatos fugitivos de todo o Nordeste. Além de escapar da escravidão, os negros tentam recriar o mundo africano e recuperar suas raízes sociais, econômicas e culturais.

Dezenas de mocambos (aldeamentos de escravos evadidos) ocupam uma área montanhosa de 150 quilômetros de comprimento por 50 quilômetros de largura, próxima ao litoral e coberta de palmeiras – daí o nome de Palmares. Eles reúnem-se em uma espécie de confederação, elegem seus líderes e seu “rei”. Em pouco tempo, a população da região alcança um número estimado entre 6 e 20 mil pessoas, que cultivam pequenas plantações e têm condições próprias de subsistência. Suas investidas contra propriedades e povoados vizinhos atemorizam os moradores e os fazendeiros da região (ALMANAQUE ABRIL, 2000, p. 266).

O número de quilombolas e a organização que existiu em Palmares representa a força e a determinação dos negros que estavam constituindo nova sociedade. Isso era sinal de que a situação da escravidão e de exclusão como força motora da sociedade não deviam continuar e que seria possível a construção de novo jeito de viver que não fosse o implantado pelo europeu. Poder-se-ia construir uma vida livre nas terras para onde tinham sido trazidos para viver como escravos. Neste espaço, muito da cultura africana poderia ser vivenciado (SOUZA, 2000, p. 6).

O historiador Riolando Azi, em uma conversa, dizia o seguinte: “o fato de os negros celebrarem os cultos afros na escravidão e até usar as imagens da religião católica, sinalizam uma resistência e a presença da religiosidade”. Portanto é possível concluir dizendo que os quilombos representavam a conquista de uma terra e uma resistência ao sistema imposto pela colonização européia, tal conquista e realização tiveram motivação religiosa.

1.3 A RESISTÊNCIA DE CANUDOS

No conjunto da história outra luta forte contra a concentração de terra foi o movimento de Canudos. Esse representou uma resistência ao sistema imposto pela

colonização que encontrou sua continuidade no tempo da República e ficou conhecido como a Revolta de Canudos. Foi considerado por muitos como um movimento messiânico ou fanático⁹, pois os seguidores do Conselheiro começaram ouvindo as suas pregações.

A multidão de seguidores aumentava cada vez mais. Em suas peregrinações pelo Nordeste, desde os anos de 1890 (sic), vindo do Ceará, Conselheiro pregava a igualdade das massas e combatia as injustiças sociais. Com isso, congregava em torno dele um grande número de fiéis (Duarte, 1997, p. 52).

Canudos expressava o descontentamento diante das condições de vida do povo do campo, e o problema mais grave girava em torno da questão da terra. A situação era pior no Nordeste, pois a região era (é) economicamente estagnada. As

⁹ O dicionário Aurélio dá as seguintes definições para as palavras:

“**Messiânico**. Adj. Relativo ao Messias, a messias ou ao messianismo. **Messias**. S.m. 1. Rel. Pessoa ou coletividade na qual se concretizavam as aspirações de salvação ou redenção. 2. Rel. Pessoa a quem Deus comunica algo de seu poder ou autoridade. 3. Líder carismático. 4. P. ext. Pessoa esperada ansiosamente. 5. Fig. Reformador ou pretenso reformador social. **Messianismo**. S.m.1. Rel. Na Bíblia, a expectativa do Messias. 2. Crença na intervenção de ocorrências extraordinárias, ou de individualidades providenciais ou carismáticas, para o surgimento de uma era de plena felicidade espiritual e social” (FERREIRA, 1988, p. 429).

“**Fanático**. Adj. 1. Que se considera inspirado por uma divindade, pelo espírito divino; iluminado. 2. Que tem zelo, religioso cego, excessivo; intolerante. 3. Que adere cegamente a uma doutrina, a um partido; que é partidário exaltado, faccioso. 4. Que tem dedicação, admiração ou amor exaltado a alguém ou algo; entusiasmado, apaixonado” (FERREIRA, 1988, p. 289).

O vocabulário Teológico da Bíblia dentre outras palavras apresenta o seguinte comentário a escatologia e messianismo.

“A escatologia judaica dá, pois, grande importância à expectativa do Messias: Messias régio em toda parte, Messias sacerdotal em certos ambientes. Mas as promessas escriturísticas não se reduzem a esse messianismo no sentido estrito da palavra, muitas vezes ligado a sonhos de restauração do Reino de Deus. Apresentam também o autor da salvação sob os traços do Servo de Javé e do Filho do Homem. A coordenação de todos esses dados com a expectativa do Messias (ou dos Messias) não se faz de maneira clara e fácil” (VVAA, 1977, p. 581).

Para maiores informações veja ainda: VVAA, 1977, p. 578-82; BORN, 1985, p. 976-85.

seguidas secas e o latifúndio aumentavam a condição de miséria da população o que favorecia o surgimento de grupos místicos e redentores como o de Canudos. Antônio Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, foi o líder de Canudos (DUARTE, 1997, p. 50-54; VVAA, 1986, p. 202-12). Ele era profundamente religioso, ligado à conquista de terra e resistência ao empobrecimento e à miséria.

A lei de terras, regulamentada pela República, proibia a abertura de novas posses em terras devolutas e instituía a aquisição só por meio de compra. Conselheiro foge com seus seguidores depois de queimar editais que determinavam mais impostos. Insurge-se contra reformas, como “a introdução do casamento civil e a secularização dos cemitérios, afirmando que o novo regime oprimia a Igreja e os fiéis” (VVAA, 1986, p. 204). Isto fez com que no mesmo ano,

em 1893, Conselheiro e mais oito mil seguidores se estabeleceram em uma fazenda de gado, abandonada a beira do rio Vasa-Barris, denominada Canudos, onde fundaram o Império de Belo Monte. O povoado chegou a ter trinta mil habitantes. Desenvolveu-se ali uma comunidade camponesa, onde foi abolida a propriedade privada. As terras, pastagens, rebanhos e colheitas pertenciam a todos, que trabalhavam em regime comunitário. Ali seria a terra da promessa, o lugar da preparação para o reino dos céus, por meio de uma vida honesta e piedosa. Formou-se uma verdadeira congregação religiosa, que se preparava para um futuro de justiça e prosperidade, que viria depois do Juízo Final (DUARTE, 1997, p. 52).

Assim como a vida nos quilombos era diferente da vida no restante da colônia, a experiência empreendida em Canudos também contrastava com as condições vividas na República. A política concentradora, voltada para a exportação empreendida pela colônia e pelo império tinha continuidade com a República¹⁰. O processo concentrador das terras não fora interrompido e os dirigentes da nova

¹⁰ Sobre a Proclamação da República e os efeitos na vida da grande maioria da população veja: VVAA (1995, p. 168-83).

forma de governo se estabeleceram a partir das grandes propriedades; é a chamada República dos Coronéis ou dos Fazendeiros. O movimento do Conselheiro é resistente a tal situação e por isso conquista um espaço territorial. Estudos da época mostram como era a condição de domínio da terra e de exploração das camadas mais pobres.

Segundo censo realizado no início do século, havia em todo o território brasileiro 648153 propriedades rurais. Destas, cerca de 4% constituíam-se de latifúndios de mais de mil hectares, ocupando, porém, 60% das terras! A grande maioria da população era composta de trabalhadores destituídos de propriedade, isolados do resto do país e submetidos à vontade e à manipulação de prepotentes fazendeiros (VVAA, 1986, p. 202).

A abolição acontecera no ano de 1888 e não respondera a maiores melhorias para os negros e outros grupos excluídos da sociedade da época. No tempo de Canudos a situação vigente no país não devia muito ao regime da escravidão. Para o próprio Conselheiro, a abolição libertou os escravos, mas não criou melhores condições para os negros e outros pobres. Os grandes proprietários continuaram julgando-se senhores de tudo e de todos e os trabalhadores não eram donos de terras e sobreviviam como assalariados ou como agregados. Em estudo realizado pela diocese de Juazeiro sobre o Nordeste na época de Canudos constatou-se que os latifúndios predominavam apesar da abolição da escravidão.

A grande propriedade dominava toda a região. Na zona da mata, eram os engenhos e, no sertão, as grandes fazendas de gado. No tempo de Conselheiro, a libertação dos escravos era fato recente e a Lei Áurea não tinha produzido mudanças na maneira da população viver e se relacionar (DIOCESE DE JUAZEIRO, 1993, p. 8).

Na época a Igreja tinha práticas diversas para atender ao povo. Os padres faziam as desobrigas pelos sertões e celebravam os sacramentos; existiam também as missões.

Um outro tipo de manifestação religiosa popular e leiga, nos tempos de Conselheiro, era a dos beatos. Eram homens ou mulheres, geralmente leigos e leigas, que escolhiam um tipo de vida bastante diferente dos demais. Eles andavam de um lugar para outro, sem nunca se fixar em nenhum. Eles não viviam em comunidades mas sua vida era caminhar e anunciar a Palavra de Deus. Geralmente não eram casados e viviam o celibato voluntário. Eram católicos e amavam a religião. Tinham um grande zelo pela Casa de Deus. Muitos deles reconstruíam igrejas, faziam muros nos cemitérios além de restaurarem prédios religiosos em ruínas. Faziam também mutirões com as populações, construindo obras que melhoravam a vida de todos, como nas missões (DIOCESE DE JUAZEIRO, 1993, p. 8).

Esta experiência religiosa foi transcrita por ser a mais ligada com a prática de Antônio Conselheiro. É dessa prática religiosa e do desejo de maior liberdade frente ao processo implantado que nasce Canudos, pois os pregadores tinham entre suas preocupações a melhoria das condições de vida do povo.

O texto da Diocese de Juazeiro aponta os mutirões como forma de melhorar as condições de vida. A prática do Conselheiro e o movimento de Canudos vai além dos mutirões. Em um dos dias de feira em Bom Conselho, o Conselheiro reuniu o povo e arrancou um edital que anunciava novos impostos. O beato que fundara Canudos tem forte convicção da ligação entre a prática da fé e a necessidade de reagir diante da opressão.

Vemos que esse homem não era um simples rezador, como muitos beatos, que andavam pelo Nordeste. Não era também igual ao Pe. Ibiapina, que pregava as santas Missões e fazia obras de caridade. Ele reagia e condenava os erros daquela sociedade que explorava aos pobres. Ao mesmo tempo, ele pregava que se

juntassem, na construção de um mundo mais justo, onde houvesse igualdade e justiça (DIOCESE DE JUAZEIRO, 1993, p. 20).

Partindo dos textos citados e de outros relatos de Euclides da Cunha, descobre-se que a criação do povoado de Canudos teve forte motivação religiosa. Havia uma certa crença que o povoado de Canudos era uma espécie de terra prometida e de lugar de busca da salvação. Citando o Fr. João Evangelista, Cunha fala do sonho dos habitantes de Monte Santo e dos que procuravam atrair para o povoado.

Entretanto, lá tinham ido, muitos, alimentando esperanças singulares. “Os aliciados da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquele que se quiser salvar precisa vir para Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República. Ali, porém, nem é preciso trabalhar, é a terra da promessa, onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho as barracas” (CUNHA, 1998, p. 202).

Além desse texto merecem ser lembrados os poemas encontrados e transcritos por Cunha, com expressões religiosas significativas. Esses mostram que a vida experimentada em Monte Santo tem um ar do religioso, do sagrado:

Garantidos pela lei

Aquelles malvados estão

Nos temos a lei de Deus

Elles tem a lei do cão. [sic] (CUNHA, 1998, p. 211)!

Conselheiro era um dos pregadores ambulantes, um beato da época, e a vida no povoado de Canudos, na sua motivação religiosa, era um viver a fé em Deus que trazia implicações para a vida diária. A pregação do Conselheiro não era só para uma vida melhor depois da morte, e sim necessário começar experimentar uma

condição de vida em que a felicidade e a alegria atingissem a todos. Com seu jeito de ver e crer no Deus libertador do seu povo, os moradores de Canudos gritaram e vivenciaram uma proposta para o caminho do Reino.

O poeta popular, Zé Vicente canta esta experiência.

DEIXEM-ME VIVER / DEIXEM-ME FALAR

DEIXEM-ME CRESCER / DEIXEM-ME ORGANIZAR.

Quando eu vivia no sertão aos pés de quem devia me mandar. /

Gemia, calo, e dor nas minhas mãos / A canga era pesada pra levar.

Aí apareceu pelo sertão um monte que passou a cativar. Tão belo

Que ajuntou o povo irmão / patrão e opressor não tinham lá (DIOCESE DE JUAZEIRO, 1993, p. 49).

A vida em Monte Santo era ação concreta contra o latifúndio e sua política concentradora partindo de uma motivação religiosa. Essa experiência de Monte Santo evidencia a relação entre motivação religiosa e as lutas pela terra no Brasil, verificada também em grupos nativos ou negros que, em nome da religião, buscaram seu direito à terra.

1.4 RESISTÊNCIA E CONQUISTA A PARTIR DA CPT E DO MST

As terras brasileiras continuam concentradas nas mãos de uma minoria. Segundo dados do Incra,

existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no país que ocupam uma área de 331.364.012 ha. Desse total, os minifúndios representam 62,2% dos imóveis, ocupando 7,9% da área total. No outro extremo verifica-se que 2,8% dos imóveis são latifúndios que ocupam 56,7% da área total. Lamentavelmente, o Brasil ostenta o deplorável título de país com o quadro de segunda maior concentração da propriedade fundiária, em todo o planeta (FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 2001, p. 5).

Não se pode hoje, falar em questão agrária sem ter presente a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que são conhecidos, respectivamente, como CPT e MST.

Tanto um, como o outro, nasceram a partir da realidade de exclusão, miséria e violência sofrida pelos trabalhadores do campo expulsos para as cidades. O grito por justiça no campo cresce e passa a ser grito do campo e da cidade.

1.4.1 A Origem e Serviço da CPT

Um grupo de bispos do Brasil publicou três documentos no ano de 1973¹¹. Esses bispos não representavam o pensamento do conjunto do episcopado nacional e sua posição teria fortes reflexos no futuro da sociedade brasileira. A repercussão destes documentos provocou um encontro em Salvador, no qual estavam presentes também grupos de assessores de áreas rurais e urbanas (CANUTO; POLETTO, 2002, p. 31).

Em um encontro no ano de 1975, na cidade de Goiânia, a CNBB¹² decide criar uma Comissão de Terras¹³. Esse encontro recebeu o nome de *Encontro de*

¹¹ Os documentos publicados foram: "Ouvi os clamores do meu povo, do Nordeste; Marginalização de um povo, o grito das Igrejas, do Centro-Oeste; e, depois, para a área indígena, Y- Juca-Pirama – o índio, aquele que deve morrer" (CANUTO; POLETTO, 2002, p. 30-1).

¹² CNBB é Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi fundada em 1952 e seu grande articulador foi Dom Helder Câmara que fora bispo auxiliar do Rio de Janeiro e depois Arcebispo de Recife.

*Pastoral da Amazônia*¹⁴.

No dia 20 de novembro de 1975, D. Moacyr Grechi comunica ao episcopado brasileiro que a Comissão de Terras, cuja criação fora definida em junho, está constituída¹⁵. “Assim como o Encontro de Pastoral da Amazônia nasceu de muitas iniciativas, as mais imediatas ocorridas entre 1971 e 1975, a criação da CPT é um processo que demandou alguns meses” (CANUTO e POLETTO, 2002, p. 21).

A CPT nasceu, pois, da luta e resistência dos trabalhadores do campo, da sensibilidade de outros grupos que geraram o encontro de Goiânia e do amadurecimento dos fatos ali trabalhados; ela não nasceu da cabeça dos bispos. A fé forjou a luta, a luta forjou a sensibilidade daqueles que estavam próximos do povo e aí nasceu a CPT.

A CPT assumiu uma dimensão ecumênica e não é uma entidade estritamente católica. Um papel relevante da CPT é a animação das lutas e mística dos trabalhadores. Para Antônio Baiano, a CPT presta um serviço de grande valia para

¹³ Veja no anexo 3 o primeiro boletim da CPT. Ele trata do resultado deste encontro, p. 6-7.

¹⁴ A Amazônia Legal compreende “Região ao norte da América do Sul, que inclui toda a bacia Amazônica, com terras do Brasil, Guianas, Equador, Bolívia, Peru, Colômbia, e Venezuela [...]. Inclui 57% do território brasileiro e 65% da Amazônia Continental, perfazendo 11.248 km de fronteiras internacionais. Compreende os estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, oeste do Maranhão e norte do Mato Grosso, com 5.026.552 km e 17.193.446 habitantes, em 1990. Após 1964, a Amazônia tornou-se uma frente de povoamento e de urbanização induzida pelo governo, bem como de investimentos internacionais e nacionais, o que provocou mudanças nas formas tradicionais de ocupação de espaço, diversificando-se as atividades produtivas, os conflitos de interesses e as áreas desmatadas. Em 1989, viviam em ‘terras indígenas’ na Amazônia Legal 140.000 índios. Encontram-se na Amazônia 50% do potencial hidrelétrico brasileiro disponível para aproveitamento” (NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA “ENCICLOPÉDIA DAS ENCICLOPÉDIAS, 1996, p. 39.

O referido encontro tinha a preocupação de refletir sobre a situação da terra e dos lavradores da dita região a partir do impacto desenvolvimentista do final da década de 60 e meados dos anos de 70.

¹⁵ Veja anexo 3 o comunicado de D. Moacyr (p. 5-6).

os trabalhadores ajudando-os a ligar a fé e a luta. É de fundamental importância que percebam a busca da terra partindo da religião e, no caso, da Bíblia¹⁶.

O Assentamento de São Carlos, Município de Goiás, é um exemplo de trabalho bíblico com os assentados. Agentes da CPT-GO e da Diocese de Goiás falam de muitos encontros realizados. Os textos estudados serviam para motivar a luta e a resistência na conquista da terra. Antônio Baiano conta, entusiasmado, como uma senhora disse¹⁷ um dia: “eu não saio da luta pela terra. A terra é dom de Deus para nós. A Bíblia fala”. Está aí a dimensão da fé dando firmeza, motivando a luta.

1.4.2 A Origem e Serviço do MST

A CPT “nasceu” em um espaço religioso e germinou com base na luta dos trabalhadores, mas tomou corpo, oficializou-se dentro do espaço eclesial.

Em se tratando do MST a datação mais comum para o seu nascimento é o ano de 1984.

Digamos que a semente do MST foi plantada em 7 de setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Muitas outras lutas, nesse estado e em todo o país, foram gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária [...]. A partir de 1981, a CPT começou a promover debates e encontros entre as diversas lideranças da luta pela terra no país. Os principais do período ligados à formação do MST, foram o Encontro Regional do Sul e o seminário de Goiânia, que constituíram as bases da realização do 1o. Encontro Nacional dos Sem-Terra [...] em Cascavel,

¹⁶ Antônio Baiano foi assessor da Pastoral da Terra em Goiás por mais de dez anos. Trabalhou de um modo especial na assessoria bíblica.

¹⁷ Isto foi dito depois de ter estudado os livros do Êxodo e o de Josué.

estado do Paraná, que deu nascimento ao MST. O evento se deu nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1984 [...]. Durante o evento foi lida a mensagem de D. José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT, de apoio à fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST (MITSUE, 2001, p. 123-138).

Assim como a CPT, o processo para o nascimento do MST foi longo. O MST tem nas suas origens as lutas por melhores condições de vida.

Na sua fundação estavam presentes trabalhadores rurais de 12 estados, representantes da CUT, da ABRA, do CIMI e da PO de São Paulo. Todos apoiavam o movimento que já germinava há tempo e no encontro de Cascavel, Estado do Paraná, enfim, nasceu oficialmente¹⁸. Os objetivos gerais do MST visam tanto os trabalhadores do campo como da cidade. Um dos objetivos é: “Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas”¹⁹.

Para a realização de tais objetivos há necessidade de fazer mudanças na propriedade das terras. Por isso, o MST nasce e se desenvolve voltado à luta contra o latifúndio e a política concentradora da renda que geram miséria e exclusão social (MITSUE, 2001, p. 119-153).

Os organizadores do MST fazem questão de lembrar os quilombos, o Contestado e as Ligas Camponesas. Para eles, a história das ligas tem sua continuidade no MST.

Essencialmente porque elas, tal como o MST, constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas principalmente porque defendiam uma reforma agrária, para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante (MITSUE, 2001, p. 120).

¹⁸ Veja nos anexos 4 e 5, a Carta de Goiânia e o Documento final de Cascavel.

¹⁹ Outros objetivos (veja no anexo 6).

A mística é uma forte preocupação do movimento. Em um livro produzido pelo Setor de Educação do MST encontramos o seguinte: “A educação religiosa também faz parte da produção integral do ser humano. A fé ajuda a mover lutadores e lutadoras do povo em favor da vida de todos” (MST, 2000, p. 5). A religião deve ser trabalhada, pois ela move a luta. O MST faz apropriado uso de símbolos que expressam sua realidade de luta e a mística do movimento.

Na Encruzilhada Natalino, a cruz simbolizava em si mesma a fé cristã que unia os sem-terra num momento crucial de sua luta. As escoras que lhe foram sendo postas representavam os apoios recebidos de instituições, entidades e pessoas de fora do Movimento. Os lençóis usados pelas crianças mortas pela fome e pelo sofrimento no acampamento eram um protesto contra as autoridades. Fé, esperança, dor e ânimo político estavam reunidos naquela cruz (MITSUE, 2001, p. 209).

O MST é de suma importância para o país, pois forja algumas discussões fundamentais para a população. Sem falar que está forçando o pouco da reforma agrária já concretizada. A lentidão em realizar a reforma agrária agrava as lutas pela terra. Cresce o número de pessoas buscando um pedaço de chão como meio de vida para si e para os seus.

O povo, profundamente religioso, liga sua fé ao projeto de Deus que é de vida e felicidade para todos. O texto de Dt 26,5-11 pode ser citado em favor desta fé. Conservando a memória das lutas e conquistas antigas, o texto mostra que a libertação é ação de Deus e dos homens.

Deus prometeu e o povo realizou a conquista da terra. A terra é de Deus e Ele a dá aos seus. Não se satisfaz com fato de ter constituído um povo, este precisa de vida plena. A terra a ser conquistada é um direito concedido para realizar a vontade de Deus, da maneira a mais próxima possível. No projeto de Deus todos estão

incluídos: o levita e o estrangeiro, assim como o índio, o negro, os pobres, os sem-teto e sem-terra.

CAPÍTULO II

RESISTÊNCIA E CONQUISTA DA TERRA NA OBRA DEUTERONOMISTA

No capítulo anterior foi apresentado o panorama de algumas lutas e experiências de resistência e conquista da terra no Brasil. Sendo que, normalmente, a história se escreve a partir do ponto de vista dos vencedores, a realidade dos vencidos e explorados pouco aparece. Em geral, a resistência à dominação e suas motivações religiosas não são mostradas, embora no dia-a-dia estejam presentes como algo muito forte na vida das pessoas.

No presente capítulo, se pretende entender como na história de Israel houve também motivações fortemente religiosas para lutar pela conquista da terra e resistir às ações centralizadoras e às invasões dos países vizinhos. Sabe-se que a terra é uma preciosidade para o povo de Israel, pois na origem do chamado de Deus está a promessa da bênção e o dom da terra.

2.1 A TERRA NA BÍBLIA

A conquista da terra não é unicamente fruto da justiça de Israel. É também ação de Deus que cumpriu sua promessa. Para Souza (1983, p. 20),

na Bíblia a gente aprende, entre outras coisas, - que o primeiro sinal de bênção é a terra. A terra é a primeira promessa que Deus faz a Abraão (Gn 12,1s). Deus

promete a terra, porque a terra pertence a Deus (Ex 19,5). E a entrada na terra prometida foi vista pelo povo como um primeiro sinal da libertação e da aliança de Deus (Dt 1,8; 6,1s).

Clements (1995, p. 336) afirma com as seguintes palavras que a promessa da terra marca a vida de Israel:

De todas as promessas, porém, foi a promessa da terra que havia de se evidenciar como a mais importante e decisiva para Israel, pois essa foi reiterada e reinterpretada de uma geração a outra de tal sorte que se tornou influência viva e força seminal na vida do povo.

Javé prometeu a Abraão terra e descendência (Gn 12,1-5). Quando o povo era escravo no Egito, a promessa da libertação foi acompanhada da promessa da terra (Ex 3,7-10). Com isso,

O povo de Israel ligava tanto a comunhão com Deus com o fato de estar na terra própria que para eles, ter de sair da terra era como ter de se afastar da presença de Deus [...]. Aprendemos ainda, na Bíblia, que foi a promessa da terra que manteve o povo antigo sempre atento à esperança de uma transformação completa de tudo, e da vinda definitiva de Deus para fazer “um novo céu e uma nova terra” (Is 65). A terra, para os homens da Bíblia, era lugar e razão da fé e confiança na presença de Deus, e de esperança na posse da terra definitiva do Reino (SOUZA, 1983, p. 21).

O chamado de Deus, a promessa da terra, da descendência e, por conseguinte, a libertação da escravidão do Egito e a posse na terra sinalizavam a liberdade e a vida para povo de Deus. Souza (1983, p. 23) diz:

há um salmo que reza: “Tu me conheces, Senhor, desde que fui gerado e no seio da terra fui formado” (Sl 139,15). Havia então uma ligação de familiaridade e de

devoção com a terra. A terra, tão essencialmente ligada à vida deles, era o presente de Javé.

A terra é, portanto, assunto de profissão de fé (Dt 6,20-25; 26,5-11). Para Souza e Caravias, a terra na Bíblia é motivação e mística para a luta.

Esta terra grande e fértil maravilhosa para a pecuária (leite) e para a agricultura (mel), ficará sempre como uma espécie de utopia, de meta a ser alcançada; um ponto de referência, que é importantíssimo como motivação e mística que empolgará a luta. É uma imagem do ideal necessário a qualquer revolução em todos os tempos. Mas, ao mesmo tempo, é também útil já poder contar com uma realização, mesmo parcial e limitada, desse ideal (SOUZA; CARAVIAS, 1988, p. 14).

2.2 A LITERATURA DEUTERONOMISTA

Este povo livre tinha a terra, mas tinha que lutar para preservá-la. Enfrentava altos e baixos, opressão e resistência. Na Literatura Deuteronomica e, por conseguinte, no livro do Deuteronômio aparece esta realidade de conflito e fé.

Os autores do Deuteronômio exortam à mudança, à conversão, imbuindo o povo do espírito mais primitivo do javismo. Dizem-lhes, lembrando suas origens, que nada tem valor se não estiver motivado por uma atitude de fé e de amor em relação a Deus e ao homem. Tentam, por todos os meios, colocar Israel diante do essencial: um Deus, um povo, uma terra, uma lei, um templo; sem esta vivência unificadora, sucumbiriam perante as forças desintegradoras que os pressionavam (SOUZA e CARAVIAS, 1988, p. 179).

Esta é uma visão bem clara de centralização política e religiosa. A vida e, conseqüentemente, a religião passam por um processo fechado. Mas o povo conseguia encontrar formas de resistência, inclusive nas celebrações (Dt 26,5-11;

WOLFF, 1992, p. 18-20). Aqui, a conquista é vista como fruto da ação de Deus e do seu povo.

A posse da terra foi feita com estes instrumentos: a proclamação da Palavra, a escuta do povo e a prática da lei como consciência do amor do Senhor pelo povo. O Deuteronômio é um memorial. A palavra “lembra-te” ocorre 34 vezes. A posse da terra está ligada à memória histórica do povo, que é fiel às suas raízes (SOUZA e CARAVIAS, 1988, p. 179).

O Deuteronômio faz parte do conjunto de textos conhecidos como Literatura Deuteronomista. Esta obra contém escritos anteriores, da época da reforma de Josias ou textos que foram reescritos como reforço à concentração política e religiosa. O conjunto justifica a monarquia e o templo.

A literatura deuteronomista abrange desde a época da posse da terra até o final da monarquia e é uma tentativa de refletir e explicar o processo histórico da época em questão. Tudo indica que esta literatura foi escrita em tempo posterior aos referidos acontecimentos.

Por muito tempo a crítica literária levantava interrogações com relação aos livros que vão de Josué a 2Reis. A explicação era a de que os redatores haviam feito revisão aos referidos livros, mas

no dia 8 de julho de 1942, Martin Noth apresentava uma solução diferente do problema ao plenário da Sociedade dos Sábios de Königsberg.

Não se tratava, segundo ele, de meras adições ou retoques redacionais a livros já existentes; a influência e a contribuição deuteronomista colocava-se num nível mais profundo, mas de verdadeiros autores deuteronomistas. Além disso, Js/2Rs não deviam ser considerados como livros independentes entre si; mas partes de um todo, ao qual se devia acrescentar também o Deuteronômio. Ou seja, os sete livros que vão do Dt a 2Rs formam uma única obra, composta por um mesmo autor ou escola de autores, obra que Martin Noth assim qualificava: “O monumento histórico mais

importante da historiografia oriental e a síntese histórica mais antiga da história universal da humanidade” (LAMADRID, 1999, p. 17).

A conclusão desta obra é de época posterior ao exílio da Babilônia (538).

Para Wolff (1984, p. 99), “a palavra profética abarcava o conjunto todo da história universal. Como fruto da profecia, surgiu no século VI a.C. uma obra histórica [...] composta pelos livros Deuteronômio, Josué, Juízes, Samuel e Reis”.

Esta obra é a denominada História Deuteronomista e descreve um curso de sete séculos. Abarca desde o tempo de Moisés até o exílio da Babilônia.

Wolff afirma ainda que a teoria da obra Deuteronomista é sustentada com base nos estudos de Martin Noth.

Após uma variedade de informações preliminares, em 1943 Martin Noth demonstrou-o convincentemente em detalhe, com seus estudos sobre a história das tradições usadas nesta obra. Seus resultados foram confirmados, na essência, pelas pesquisas de Alfred Jepsén. Este – para grande surpresa, pois seguiu um caminho autônomo – também tomou como ponto de partida as fontes dos livros dos Reis. Por isso, podemos aceitar em linhas gerais os resultados de Noth. Na obra histórico-deuteronomista (DtrH) os materiais tradicionais foram dispostos numa ordem sistemática. Em seguida foram realçados por algumas novas passagens. Percebemos isso a partir de modelos de discursos proferidos pelas figuras históricas mais importantes [...]. Os seus pressupostos teológicos são apresentados dentro de um modelo geralmente claro e convincente. A história é entendida como a realização da palavra de Deus que os profetas proclamaram (WOLFF, 1984, p. 100).

O autor citado fala que a apresentação da história, feita pelo deuteronomista, deve ser interpretada como desfecho da história israelita. Com relação a esses fatos, a queda do Reino de Israel, diante da Assíria (722), e o exílio do Reino de Judá, na Babilônia, seriam conseqüências da vida do povo, do seu pecado. Para Wolff, Von Rad vai além, pois

considera que a DtrH está de fato muito interessada no “problema da atuação da palavra de lahweh na história”. Juntamente com a palavra de maldição do Deuteronomio e de ameaça dos profetas, encontramos nela também a palavra da promessa de salvação (WOLFF, 1984, p. 101).

Para o deuteronomista existia uma firme convicção de que as catástrofes, queda de Samaria e de Jerusalém, foram conseqüências da infidelidade (Cf. EVANGILE ET VIE, 1980, p. 93). Isto é mais evidente ainda quando se percebe que na Literatura Deuteronomista, num contexto de concentração política e religiosa, transparece a resistência e esperança de alegria para quem, de certa maneira, resistia a tais situações. Quem escreveu ou os que escreveram, não estavam só organizando material preexistente. Tinham um plano teológico e histórico bem definido, que era fortalecer a concentração em curso no momento.

As catástrofes, as destruições de Samaria, de Jerusalém e o exílio da Babilônia colocaram interrogações à consciência dos israelitas. Deus não havia garantido a continuidade da dinastia davídica? Não havia feito o juramento da terra? Jerusalém não era cidade santa, morada de Deus? Partindo dos profetas do exílio, as interrogações são muitas (Is 40,18-31; Ez 12,21-22; 18,2; 37,11).

Para Lamadrid (1999, p. 22),

A HdtA foi escrita para responder a essas interrogações e rebater essas acusações que eram levantadas contra Deus. O autor Dta poderia ter formulado sua resposta em termos breves e diretos, mas não o fez; preferiu recorrer ao passado, convidando seus interlocutores a repassar a história, a fim de ver o momento presente numa perspectiva mais ampla. O apelo ao passado como chave para explicar o presente e o futuro era um método pedagógico ensaiado pelos profetas com habilidade e maestria (Oséias, Isaías, Jeremias, Ezequiel).

A Obra Historiográfica Deuteronomista foi redigida a partir do governo de Josias e concluída, como composição final, depois do exílio da Babilônia. É possível,

porém, dizer que a Literatura Deuteronomista tem sua origem no Reino do Norte com os profetas, mas se desenvolve com uma roupagem nova a partir da Reforma de Josias. Enquanto no Norte a leitura da história foi feita a partir das tradições de conquista e partilha da terra, agora a leitura histórica se faz para fortalecer a concentração do poder político e religioso. A introdução da Bíblia de Jerusalém afirma que esta literatura, na sua origem, é constituída de homens piedosos imbuídos de idéias do Deuteronomio (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1981, p. 225).

Um estudo mais aprofundado possibilita dizer que

A exemplo da tradição eloísta, essa tradição é marcada pela mensagem de profetas como Elias e Oséias. Sua história é complexa: iniciada no Reino Norte, por volta de 750 a.C, ela será retomada e desenvolvida em Jerusalém, depois de 622 a.C (EVANGILE ET VIE, 1980, p. 33).

Esta tradição continua até depois do exílio, sendo que a redação final da História Deuteronomista terminará na época de Esdras e Neemias.

2.2.1 A Teologia Deuteronomista

Na Literatura Deuteronomista, Israel sobressaía como povo monoteísta. As reflexões giravam a partir da crença num só Deus, tendo um só povo e um só lugar de culto.

Entre as diversas nações, o Deus único escolheu Israel e fez um pacto com ele: “Tu és um povo consagrado ao senhor teu Deus: foste tu que o Senhor teu Deus escolheu para tornar-se sua parte pessoal entre todos os povos que estão sobre a superfície da terra” (Dt 7,6).

Essa escolha é exigente. “Ela implica uma missão [...] declarar guerra santa à idolatria sob todas as suas formas. O único santuário deveria favorecer essa luta contra as tentações de voltar-se para os falsos deuses” (EVANGILE ET VIE, 1980, p. 95).

Em Dt 6,4-9 já aparecera de maneira muito clara a confissão de fé e a exigência de fidelidade. “Ouve, ó Israel: lahweh nosso Deus é o único lahweh! Portanto, amarás a lahweh teu Deus com todo o teu coração, toda a tua alma e com toda a tua força...” Continuando a leitura do texto, percebe-se que a crença e fidelidade são conseqüências da promessa de *lahweh*.

Quando lahweh teu Deus te introduzir na terra que, sob juramento prometeu a teus pais [...]. Não te esquecerás de lahweh teu Deus que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão! É a lahweh teu Deus que temerás. A ele servirás e pelo seu nome jurarás (Dt 6,10-12).

Javé realizara maravilhas na libertação do Egito, e o povo tinha na memória as ações realizadas pelo Deus dos pais. A consciência das realizações de Javé fez com que os israelitas se sentissem comprometidos com o seu Deus.

Para o povo, portanto, trata-se de recordar-se que Deus agiu em seu favor. Se ele não tomar cuidado, esse pode fazê-lo perder a posse do país e fazê-lo retornar à servidão. A freqüência desses termos (“recordar-se”, “hoje”, “não esquecer”) demonstra bem a preocupação do Deuteronomio no sentido de chamar Israel à sua fidelidade (EVANGILE ET VIE, 1980, p. 95).

Confirma-se que a consciência do passado revigora as lutas do presente. Portanto, ler a Literatura Deuteronomista é ter os pés na época da monarquia a partir da memória das tradições²⁰. Isto porque a literatura foi escrita na época da

²⁰ Para maiores informações sobre a Literatura Deuteronomista veja: BRUEGGEMANN; WOLFF (1984, p. 99-120); GRUEN (1983, p. 121); CAZELLES (1986, p. 152); NAKANOSE (2000, p. 65-259).

monarquia, mas a partir da consciência da vida tribal. Fala-se como se estivesse no deserto ou no tribalismo, mas é tempo dos reis, ou melhor até, tempo de decadência do reinado.

Para Nakanose (1996, p. 183), a História Deuteronomista faz uma revisão histórica desde a conquista da terra até a reforma josiânica e o pós-exílio. A revisão da História tem a intenção de justificar a reforma que fora implantada por Josias, pois o dito fracasso da monarquia, a divisão do reino²¹, a queda da Samaria e mais tarde o exílio na Babilônia, são vistos como conseqüências do pecado do povo. Para o deuteronomista, “a infidelidade foi a causa de todos os males que se precipitaram sobre eles” (HARRINGTON, 1985, p. 251). Mas a salvação ainda é possível se o povo se converter, porém a conversão passa pela aceitação de Jerusalém como lugar de culto e morada de Deus (2Rs 22-23). Esta posição é uma forma de buscar o fortalecimento da dinastia de Davi, pois, “O tributo (oferta) ao templo legitima o tributo ao Estado. Paga-se tributo a Javé (templo) pela posse da terra e a bênção da colheita e paga-se tributo ao rei pela ‘proteção de benefícios’ que o Estado proporciona” (WOLFF, 1992, p. 17).

A teologia da reforma retomava as idéias da reforma de Ezequias, que buscara fortalecer a dinastia davídica e a figura de Moisés (NAKANOSE, 1996, p. 182). Para a teologia deuteronomista, é importante ressaltar que a fidelidade a Moisés e à lei é fundamental e a fidelidade à dinastia de Davi é o caminho. Com isso,

²¹ Com a morte de Salomão no ano 931, o grande Reino de Israel, unificado, é dividido. Judá fica conhecido como Reino Sul e Israel como Reino Norte (Cf. 1Rs 12). Sobre a divisão veja mais informações em: PIXLEY (1990, p. 37-43); GRUEN (1983, p. 76-8).

o grande enfoque da História Deuteronomista é mostrar a sobrevivência de Judá, graças à fidelidade de Iahweh à aliança com Davi e seus descendentes (2Sm 7). Josias é apresentado como um rei piedoso, que seguiu em tudo “seu pai Davi” (2Rs 22,1-2). Por isso mesmo é aclamado por todo o povo de Israel como rei de Judá (Cf. 2Sm 5,1-6). Segundo a História Deuteronomista, a causa da destruição de Israel foi o pecado de Jeroboão I, que havia colocado Betel como lugar de culto e fez os bezerros de ouro (1Rs 12,28-33). Os deuteronomistas insistem em mostrar que Jerusalém é o lugar escolhido por Deus para sua morada (2Rs 22-23) (NAKANOSE, 1996, p. 183).

Mesmo depois do exílio esta era a visão transmitida. O fracasso da monarquia foi conseqüência da infidelidade do povo. A aliança foi quebrada e por isso a monarquia fracassou, mas o povo devia se converter e aceitar a justiça de Javé (1Rs11,1-13; 1Sm 8; Dt 4,39; 1Rs 8,46-51). Comentando sobre a concepção deuteronomista: Harrington (1985, p. 251) vai dizer

A infidelidade foi a causa de todos os males que se precipitaram sobre eles, ao passo que a confiança em Iahweh e a fidelidade à sua lei são o penhor das bênçãos divinas, bênçãos que ainda podem ser mais, contanto que se volte para Deus com sinceridade e verdade.

Com relação à concepção deuteronomista, também Clements (1995, p. 343) opina que

ela se dirige aos exilados no desânimo com mensagem de esperança e promessa para o futuro [...]. Se os exilados estivessem dispostos a se arrependerem e confiar na promessa de Iahweh à casa de Davi, ficaria claro para eles o caminho de realizar uma vez mais sua existência como o povo de Deus na terra de Deus.

A Historiografia Deuteronomista acreditava que a terra foi dada por Deus, mas existia a condição de fidelidade. Para a vida na terra era fundamental a prática da Lei, a fidelidade a Javé e ao seu projeto (Dt 6,20-25; 31,15-20). Partindo deste

princípio, os fracassos do processo histórico de Israel eram vistos como consequência dos pecados da população.

A triste história de fracasso e infidelidade foi iluminada com a esperança. O Deus que libertou com mão forte da escravidão do Egito, que conduziu para a terra, pode realizar novamente novos sinais. O fato de ter sido libertado do Egito e de ter recebido a terra o credencia ao reerguimento do fracasso (Dt 6,20-25; 26,1-11). Tal concepção, forte entre os reformadores monarquistas e resistentes, transparece na Literatura Deuteronomista.

2.3 O LIVRO DO DEUTERONÔMIO

O livro do Deuteronômio faz parte do conjunto da Literatura Deuteronomista. É chamado o quinto livro de Moisés e considerado o prólogo da Obra Deuteronomista. A denominação de Deuteronômio se deve a um erro na interpretação de Dt 17,18, da tradução dos Setenta²². A expressão “cópia da lei” foi entendida como “segunda lei” (NAKANOSE, 1996, p. 177).

O corpo do livro está entre os capítulos 12–26, que “é um código de leis civis e religiosas” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1981, p. 26). Estas leis foram formuladas a partir da memória das histórias que eram repassadas de pais para filhos (Ex 12; Dt 6,20-25; 26,1-11). Seu conteúdo repete leis e discursos do tempo do Êxodo. Tais leis e discursos teriam sido conservados por grupos que residiram no Norte e

²² Nome dado à tradução feita do texto da Bíblia Hebraica para o grego. Esta tradução foi feita por volta dos anos 250-150 a.C. “Setenta (versão dos setenta: interpretatio septuaginta virorum; nome que deve a sua origem à lenda conforme a qual 72 judeus – seis de cada tribo de Israel – teriam feito esta tradução em 72 dias), tradução mais antiga e mais importante do AT para o grego. Abrev. LXX” (BORN, 1985, p. 1427); Para maiores informações veja ainda: BORN (1985, p. 1427-1429); MESTERS (1994, p. 9.10).

receberam uma nova roupagem dos idealizadores das reformas de Ezequias e mais tarde na época de Josias. Os críticos modernos concordam

na afirmação de que o fundo mosaico dos discursos e do Código não é real e que a origem do livro remonta a um período mais tardio do que o mosaico. Também se admite quase universalmente que pelo menos o Código das leis representa o livro encontrado no Templo durante o reinado de Josias pelo sacerdote Helcias (2Rs 22,8-30) [...]. A maior parte dos críticos modernos inclina-se a pensar que esse Código contém as tradições jurídicas do Reino Norte [...]. Com a queda de Israel em 721 a.C. (sic), a coletânea de leis teria sido levada para Jerusalém (MACKENZIE, 1984, p. 233).

A formação do livro estendeu-se por um longo período. É possível dizer que o livro tem uma ligação com a corrente eloísta e o movimento profético²³. No Reino de Israel, o movimento profético reavivava a fidelidade à Aliança com Javé e o eloísta conserva as tradições e escritos com antigas histórias e reflexões. Tal obra é a composição destes escritos e tradições (GRUEN, 1983, p. 88-90).

Israel tinha suas tradições referentes às lutas por conquistas da vida em Canaã. Pois, “também a sua população conservava com carinho antigas reflexões. Chegará o tempo de redigir este material, para aproveitá-lo ao máximo na luta

²³ O profetismo não é exclusividade de Israel. Mesters (1983, p. 49) afirma que “o profeta é, por assim dizer, o homem que vem cobrar do povo o compromisso livremente assumido com Deus e consigo mesmo”. O eloísta é fruto de tradições e escritos com antigas histórias e reflexões. A obra eloísta é a composição destes escritos e tradições. Ela denomina a Deus com o nome de Elohim. Para Gruen (1983, p. 89), “O Norte tinha tradições: foram suas tribos que tiveram papel preponderante na ocupação de Canaã; também a sua população conservava com carinho antigas histórias e reflexões. Chegara o tempo de redigir este material, para aproveitá-lo ao máximo na luta profética de reavivamento. Resultou a **obra do Eloísta** (abrev. E), assim denominada pelo nome ELOIM com que designa Deus nas narrativas sobre os tempos pré-mosaicos”.

Para maiores informações sobre o profetismo e o eloísta veja: VVAA (1977, p. 824-830); BORN, (1985, p. 1226); CRB (1992, p. 17-22); SEUBERT (1992, p. 7-13); GRUEN (1983, p. 88-90); BRIGHT (1985, p. 83-191).

profética de reavivamento” (GRUEN, 1983, p. 89). Assim se fortalece a idéia que boa parte do livro registra as tradições de antepassados e de resistência no Norte.

Os resistentes fogem do Norte, na época da invasão Assíria (722), trazendo seus escritos. Esses, de certa maneira, são usados por Josias e sua corte na reforma empreendida em 622. Os que vieram do Norte resistem às imposições monárquicas e centralizadoras da reforma. É possível perceber tal realidade em Dt 26,5-11, onde numa profissão de fé e a oferta das primícias se vê uma certa forma de reação.

A Hdtá tenta responder às interrogações da sua época convidando os interlocutores a um repasse da história em vista da reforma político-religiosa (LAMADRID, 1999, p. 22). Já

o Dt é o livro da lei, mas não é um livro legalista nem jurisdicista. Sempre chamou a atenção dos biblistas o tom parenético e exortativo do Dt, mais próprio de um pregador ou de um catequista do que de um legislador. Alguém já disse que o Dt é “uma lei pregada” (Von Rad). Lembra o estilo da literatura sapiencial, onde o pai ou o mestre compartilham suas instruções com os filhos-discípulos [...].

O livro do Dt em geral, e mais concretamente sua legislação, é um dos documentos mais humanos e humanizantes do AT. Mostra especial preocupação com os pobres, os escravos, os estrangeiros, os endividados, as jovens prisioneiras de guerra [...] (LAMADRID, 1999, p. 45-6).

As reformas do Deuteronômio são mais amplas do que as propostas de Josias. Josias quis reformar a vida política e religiosa a partir do templo e da monarquia. Já os adeptos da reforma deuteronômica, vindos do Norte e até outros adeptos oriundos do Sul, buscam e sonham novas relações partindo de experiências anteriores à monarquia e ao templo. Assim, é possível dizer que o núcleo ou boa

parte do livro do Dt teve sua origem em costumes de Israel, que foram levados para Judá por grupos do Norte. Seriam costumes originários da pré-monarquia, isto credencia uma leitura e releitura dos textos mais antigos com base no processo histórico vivenciado por aqueles que queriam voltar ao tribalismo.

Para Clements (1995, p. 336), a terra, no Deuteronômio é lugar de realização e abundância, chegando a superar as condições do Egito.

2.3.1 A Autoria

Saber quem é o autor facilita a compreensão da obra. Os livros da Bíblia, porém, não nos oferecem dados suficientes para a determinação de quem é o autor. Uma comparação de Arenhoevel (1978, p. 42) muito facilita a compreensão quanto à questão da autoria dos livros sagrados.

Muitos livros formaram-se à maneira de velhos edifícios: ao longo de vários séculos, fez-se um acréscimo aqui, uma remodelação ali, cada um deles estilo diferente, a tal ponto que somente um arquiteto ou arqueólogo experimentado podem identificar o núcleo primitivo.

A composição do Deuteronômio e dos conjuntos aos quais pertence, o Pentateuco²⁴ ou a Literatura Deuteronomista, tem a ver com este processo prolongado de formação literária. Não é fácil determinar a autoria, embora o título do livro, Deuteronômio, pareça oferecer dicas sobre quem seria o autor.

²⁴ O Pentateuco não é objeto do presente estudo. Para maiores informações veja: SICRE (1995, p. 76-91).

O melhor exemplo em tal sentido é o Pentateuco (do grego: penta=cinco; teuchos=invólucro para rolos manuscritos), ou os “cinco livros de Moisés”. À primeira vista, estes livros não oferecem nenhuma dificuldade. Seu título parece designar o autor com precisão. Mas o texto desses livros em nenhuma parte nos diz que Moisés foi o seu autor e só partes avulsas é que lhe são atribuídas (p. ex.: Ex 21-23; 24,4). Foi somente a tradição posterior (tanto judaica como cristã) que atribuiu a autoria dos cinco volumes desta obra a Moisés (ARENHOEVEL, 1978, p. 43-4).

Storniolo (1992, p. 33) afirma que os autores de Deuteronômio se perdem nos séculos que decorreram na composição do livro como indicam as repetições, mudanças de estilo e cenários diferenciados do livro. O prolongado tempo de redação desautoriza a existência de único responsável pela sua composição.

Os autores possivelmente foram os levitas que, em diferentes lugares e momentos, escreveram grande parte dos materiais originários do livro do Deuteronômio. Além disso, é possível que a composição do livro tenha levado de 300 a 350 anos, portanto o livro foi sendo escrito durante vários séculos.

Entendendo que:

Ao lado do levita-sacerdote que exerce uma atividade cultural no santuário, aparece também a figura do levita peregrino, um pregador itinerante, sem ofício litúrgico estável e economicamente desprovido (12,12.19; 14,27 etc.) (STORNILO, 1986, p. 18).

Os chamados levitas peregrinos, não tendo residência e serviços nos santuários, levavam aos povoados o relato do êxodo anunciando Javé como o libertador, escrevendo sua compreensão da história (STORNILO, 1986, p. 19). Ao mesmo tempo desenvolviam a crítica às instituições corrompidas do Reino Norte e anunciavam a possibilidade de construção de uma sociedade alternativa. Storniolo (1986, p. 20) afirma que

a consciência de serem os continuadores dos ideais de Moisés levou os levitas a atribuírem a própria pregação a Moisés, o que lhes dava, por sua vez, autoridade para criticar e anunciar ao povo do seu tempo.

A Bíblia TEB esclarece:

Fiéis ao ensinamento de Moisés os levitas continuam pondo o seu ensino na boca de Moisés, para conferir-lhe continuidade e autoridade. As alusões preciosas às tentações que se apresentam ao povo depois de Moisés demonstram que os relatores viviam numa época ulterior, em função da qual atualizam continuamente a tradição vinda de Moisés (A BÍBLIA TEB, 1995, p. 201).

Deduz-se, todavia, que atribuir a autoria a Moisés é simplesmente um meio de dar importância ao livro. Assume-se, neste estudo, que a autoria do Deuteronômio, ao longo do tempo, se deve aos levitas itinerantes que conservaram as tradições do deserto, a memória da conquista da terra, do tribalismo e da atividade dos profetas. Eles passaram às pessoas do seu tempo essas memórias para a preservação dos costumes (NAKANOSE, 2000, p. 208-9).

2.3.2 Formação do Livro

O livro foi escrito durante muitos séculos. Nakanose, referindo-se ao Deuteronômio, afirma que:

ao abrir o livro do Deuteronômio, o leitor atento e crítico logo percebe que está diante de um texto, fruto de um longo processo redacional. A complexidade dos temas tratados, as variações de estilo, as repetições, diferenças de cenários, a presença de unidades autônomas, as várias frases introdutórias (1,1; 4,44; 6,1; 12,1; 28,69; 33,1) e mudança de pronomes (“vos”: 1,6–5,5; “tu”: 5,6–21) nos indicam que este livro

formou-se aos poucos. Segundo estudos mais recentes, o processo de redação do Deuteronômio durou cerca de 350 anos: de Jeroboão II até a reforma de Esdras (750 a.C a 400 a.C) (NAKANOSE,1996, p. 176).

Nesta pesquisa assume-se que a origem do livro está no período pré-estatal. Ele foi sendo construído com a história, sobretudo no Reino do Norte, em meados do século VIII. Em Judá é trabalhado no início da época de Josias e do exílio e por fim, no pós-exílio recebeu os acréscimos finais.

Quanto à formação do livro, este estudo acompanha Nakanose que mostra as diversas etapas da história de Israel desde a experiência pré-estatal até o pós-exílio, época em que o livro foi escrito.

2.3.2.1 Período pré-estatal

Vários autores costumam datar o Deuteronômio antes do período estatal. Thompson, por exemplo, diz que a argumentação desses autores é forte, mas que se tem muito a pesquisar ainda. Ele verifica que

parece ser quase um refrão em comentários, como o de Gerhard Von Rad, dizer que tal lei é “antiga” ou mais “antiga”. Segundo seu ponto de vista, Deuteronômio está firmemente enraizado nas tradições sagradas e culturais [...] de leis antigas adaptadas a um estágio posterior da história de Israel (THOMPSON, 1991, p. 41).

As leis mais antigas existentes no livro do Deuteronômio teriam suas origens na vida das famílias, clãs e tribos. A experiência tribal, como lembrança e reação contra a vida no Egito, dava sensibilidade para a criação de leis voltadas para atender os mais necessitados. Era um espírito de gratidão a Deus pela ação libertadora (Dt 14,28-29; Ex 3,1-15).

A vida tribal como reação contra a experiência de escravidão foi marcada pelo espírito de uma nova maneira de viver. Maneira esta que começava na família e ia até as celebrações e festas religiosas.

Concorda-se com o estudioso que afirma:

A liturgia era a fonte de abastecimento da memória da libertação (Dt 16,1.3.6.12) e o compromisso da aliança [...]. Como memória de libertação de uma situação de injustiça para uma situação de fraternidade, a liturgia torna-se um espaço de conscientização e abertura para as questões sociais: a partilha e a solidariedade são conseqüências da aliança com Deus [...]. De início, a transmissão dessas leis e princípios tribais era feita oralmente nas famílias (Ex 12,25 –27), nas celebrações (Dt 26,5 –10), tendo como base de sustentação a memória da libertação do Egito (NAKANOSE, 1996, p. 178).

Como resumo, assume-se que partes das tradições encontradas no Deuteronômio são da vida tribal. Elas foram conservadas na memória do povo e transmitidas nas famílias e nas celebrações. A liturgia não era unicamente expressão religiosa, era também espaço e oportunidade de recordar a vida de opressão no Egito e a ação libertadora de Javé. A lembrança da escravidão sofrida no Egito fortalecia o compromisso com um Deus que não queria opressores e oprimidos, nem escravos e senhores entre o seu povo.

2.3.2.2 O reino Norte – século VIII a.C.

Com a consolidação do sistema urbano, o Reino Norte realizou importações e com elas veio a religião de Baal²⁵. Para manter a vida e a fé do povo, grupos proféticos desenvolveram leis de defesa da fé no Deus Javé, o Deus dos pobres. Foram radicais as atitudes e as profecias de Elias, Eliseu, Miquéias, Amós e Oséias.

²⁵ Sobre o culto a Baal veja: MACKENZIE (1984, p. 100).

Na época de Jeroboão II²⁶, Israel teve grande expansão econômica e territorial, em contraste com o profundo empobrecimento da população. Cresceu muito a diferença social entre as camadas da população. Aqueles que viviam nas cidades ficaram ricos às custas do empobrecimento dos moradores nos campos (Am 2,6-16). Os profetas apresentavam a monarquia como um fracasso para a vida do povo e foram firmes nas denúncias contra os reis e seus sistemas opressores.

“O trono de Davi será uma cabana destruída (Am 9,11), ninguém da sua raça ocupará o trono (Jr 22,30), o rei de Israel vai desaparecer para sempre (Os 10,15). O fato de ter um rei não dava salvo-conduta [sic] a ninguém” (MESTERS, 1983, p. 52).

Instalada tanto no Norte e também no Sul, a política de concentração político-religiosa se manteve.

Para isso usa a lei da centralização que obriga o povo a entregar o seu produto num lugar único que, no caso, é o santuário de Betel, chamado “santuário do rei” (Cf. Am 7,13) em detrimento dos santuários populares do interior, como Siquém. Este tipo de centralização necessita de um Deus oficial forte, por isso a perseguição às outras religiões e a advertência contra a apostasia da fé em Iahweh (2Rs 10,18-27; Dt 13,13-16). É provável que a lei da centralização, presente no Deuteronômio, tenha surgido neste contexto (12) (sic) (NAKANOSE, 1996, p. 180).

As idéias humanitárias do Deuteronômio são frutos de movimentos de resistência às tentativas de centralização. Grupos populares de tradição profético-efraimita fizeram oposição à monarquia e às suas bases de sustentação, e buscaram como meio de sustentação a aliança com Deus e a prática do sistema igualitário. A esperança do povo foi fortalecida com a imagem do Deus vivo e entre os grupos que profetizaram nesta época destacam-se o de Amós e o de Oséias.

²⁶ Amri governou de 885-874. Jeroboão II foi o sétimo depois de Amri. Ele governou de 783-743. Para maiores informações veja: GRUEN (1983, p. 81).

2.3.2.3 Reforma de Ezequias (716-687)

Com a destruição da Samaria em 722 a.C, aconteceu o final de duzentos anos da monarquia de Israel. Conforme 2Rs 18, e 2Cr 29-31, Ezequias foi o primeiro rei de Judá depois da queda de Samaria. Grupos de resistência do Norte fugiram para o Sul e desejavam voltar a antigas situações. Alguns deles queriam a monarquia davídica, outros, como maioria dos profetas, preferiam a época pré-monárquica. Para Pixley (1990, p. 70),

Fora da corte também este tempo foi muito criativo. O profeta Miquéias convocou os camponeses a um levante para tomar posse da terra com a bênção de Javé (Mq 2,1-5.6-11). Não somente não participava do entusiasmo oficial pela centralização da vida cultural em Jerusalém, mas, ao contrário, convocou à destruição da cidade, centro de fatos sangrentos praticados contra o povo (Mq 3,9-12; 3,1-4).

Nos estudos de Pixley pode-se perceber que muitos israelitas acreditavam que, destruída a Samaria, a possibilidade de refazer a vida e o reino cabia ao Reino de Judá. Mas como se nota, para o grupo vindo do Norte, tal possibilidade não viria da corte e implicaria na queda da monarquia, do poder estabelecido que buscava sustentação na religião (PIXLEY, 1990, p. 63-72).

O rei Ezequias fez uma aliança antiassíria com o Egito e a Babilônia e realizou uma tentativa de reforma político-religiosa com a intenção de reunificar o reino. Os especialistas em sabedoria e leis da corte recolhem as tradições vindas do norte e as adaptam ao projeto davídico. Com isso, Ezequias se serviu das leis centralizadoras para sustentação da ideologia real. O culto foi instrumentalizado para a centralização do poder.

O livro de 2Rs 18,4 diz sobre Ezequias:

Foi ele que aboliu os lugares altos, quebrou as estelas, derrubou os postes sagrados, e reduziu a pedaços a serpente de bronze que Moisés havia feito, pois os filhos de Israel até então ofereciam-lhe incenso; chamaram-na Noestã²⁷.

Mais do que uma atitude religiosa, tais gestos representam reações à situação política vivenciada pelos reis anteriores (BRIGHT, 1985, p. 373-419; CAZELLES, 1986, p. 176-8).

A reforma de Ezequias não chegou ao final. Manassés, seu filho, retomou a aliança com a Assíria e realizou um péssimo governo. Foi o rei mais idolátrico e mais desumano que Israel conheceu (2Rs 21,1-18; KRAMER, 1990, p. 25). Gottwald (1988, p. 349) se refere assim ao tempo de Manassés:

Aparentemente Manassés governava como vassalo assírio leal, até ardoroso, ao menos durante muito do seu tempo no cargo [...]. Manassés pode ter sido vassalo entusiasta, para o qual colaboração com a Assíria representava um cosmopolitismo cultural a moda.

Durante o governo de Manassés, os grupos de resistência tiveram mais dificuldade para desenvolver suas idéias e propostas (KRAMER, 1990, p. 25).

2.3.2.4 Governo e reforma de Josias (640-609)

A época de Josias é de fundamental importância para entender a Literatura Deuteronomista, pois neste tempo aconteceu o declínio da Assíria e o fortalecimento da Babilônia.

²⁷ Conforme nota da Bíblia de Jerusalém, “este nome próprio faz alusão à matéria do objeto, ‘o bronze’ (**nehoshet**), e à sua forma de ‘serpente’ (**nahash**). A imagem passava por ser aquela que Moisés tinha feito no deserto (Nm 21,8-9) e recebia um culto idolátrico (Sb 16,6-7)”.

No ano 640 a.C²⁸, Josias assumiu o trono de Judá (2Rs 22,1-2) e aproveitou a decadência da Assíria para tentar levar o reino a uma condição semelhante à situação vivida nos tempos de Davi e Salomão.

Segundo 2Cr 34,3 Josias já teria empreendido uma reforma na linha da fidelidade ao Deus nacional, por volta de 628/7, no ano 12 do seu reinado. Contudo, só em 622, XVIII ano de seu reinado, é que ele julga a Assíria suficientemente enfraquecida para poder empreender uma política e uma reforma religiosa muito ativas. Essa reforma baseia-se no Deuteronômio, descoberto por ocasião da restauração do Templo (CAZELLES, 1986, p. 183).

A nota introdutória da Bíblia de Jerusalém ao capítulo 34 de 2Cr afirma a possibilidade de que a reforma tenha sido desenvolvida por etapas. Já 2Rs relata essa reforma como se tudo tivesse acontecido depois da descoberta da lei. O texto de 2Rs 22 relata as causas motivadoras da reforma e o capítulo 23 descreve o processo da reforma. O estudioso Pixley afirma que

os textos de 2Rs 22,8-10 e 2Cr 34,14-18 informam que a política renovadora de Josias foi inspirada no “livro da lei” encontrado no Templo. Comparando as medidas tomadas com as disposições do livro, fica claro que substancialmente este é o atual livro do Deuteronômio (PIXLEY, 1990, p. 73).

Na época da reforma do templo, foi encontrado o rolo de um livro, possivelmente, trazido do Norte pelos grupos fugitivos do domínio assírio. O texto encontrado seria de Dt 12-26 e daria origem à reforma religiosa empreendida pelo rei (2Rs 22-23). A reforma iniciada por Ezequias, seguida pelo péssimo governo de Manassés fortaleceram o desejo de mudanças preparando um cenário favorável às

²⁸ É necessário observar que Josias é elevado ao trono ainda criança (2Rs 22,1). O livro é encontrado no décimo oitavo ano de seu reinado (2Rs 22,3-20).

propostas de Josias. A reforma empreendida seria resultado dos grupos dos povos da terra e dos grupos de resistência oriundos do Norte, os quais dariam sustentação a Josias (CAZELLES, 1986, p. 176).

No seu governo, Josias reconquistou territórios e rompeu a aliança com a Assíria, concretizou a reforma de Ezequias e fez de Jerusalém um centro político-religioso, destruindo os santuários do interior e proibindo os cultos dos cananeus. Em um texto de Mesters (1983, p. 67) transparece a violência da centralização.

Tudo é centralizado. Nada é deixado ao acaso ou à iniciativa pessoal. Deve acabar a situação em que “cada um faz o que bem entende” (Dt 12,8). Em tudo isso, a grande preocupação é cercear a liturgia de tal maneira que fique excluída, definitivamente, a prática da magia (Dt cc (sic) 12-18).

Em nome das reformas, a vida do povo foi profundamente violentada. As iniciativas pessoais foram suprimidas para fazer valer os ideais centralizadores. A base das reformas estava no livro encontrado no templo (2Rs 22,3-10), mas a reforma beneficiava a alguns e prejudicava outros. Beneficiava as camadas ligadas à corte de Judá e prejudicava o povo do interior que perdeu o seu lugar de culto, a liberdade religiosa e arcou com um sistema tributário mais pesado. A unidade de Deus e do povo foi submetida ao santuário central. Com isso, a

expressão da fé na unidade de Deus será a unidade do santuário. Todos os outros lugares de culto devem ser destruídos (Dt 12,2-3). Javé, o Deus do povo, só pode ser cultuado no lugar que Ele mesmo escolheu para isso (Dt 12,5). Subentende-se que esse lugar é Jerusalém (MESTERS, 1983, p. 67).

A reforma significava um controle da vida do povo e tal controle atingia a vida política e religiosa. Houve uma tentativa de controlar também a Javé, pois o lugar da

relação com Javé era só o templo e não mais qualquer outro santuário. A reforma religiosa, a implantação do javismo puro tinha o objetivo de contribuir para o maior controle político. Jerusalém se tornou o centro político e religioso. A ação sobre a religião popular foi violenta e os samaritanos ou israelitas também sofreram violência política.

A reforma josiânica foi um triunfo do javismo oficial sobre a religiosidade popular. Além disso temos ainda os samaritanos ou os antigos israelitas, cujas cidades foram anexadas a Judá por Josias. Eles não tinham motivos para aceitar um rei davídico e muito menos um santuário único em Jerusalém (NAKANOSE, 1996, p. 183).

A reforma de Josias não foi popular. O rei aproveitou o clima favorável à reforma, mas não promoveu maior participação da população, seja de Judá ou do antigo Israel. As circunstâncias da reforma não possibilitam melhores avaliações. Para Mesters (1983, p. 69-71),

é difícil julgar o movimento de reforma, executado por Josias. A sua morte inesperada e prematura impediu que ele realizasse toda a sua obra. Homens incapazes assumiram o governo depois dele [...]. Há um fato curioso no meio de tudo isso. Jeremias, a grande figura religiosa daquele tempo, que acompanhou tudo, desde o começo que pregou a conversão, que chorou amargamente a morte do jovem rei, não consta nas suas profecias que tenha dado apoio integral a tudo que se fazia em nome da reforma [...]. A nova maneira de se viver a fé sintetizada no Deuteronômio em forma de projeto concreto de ação, era realmente, uma resposta nascida das exigências da realidade, mas era àquela altura, expressão de uma minoria apenas que a quis impor, apressadamente, a todas. Não era ainda a expressão do pensamento de todos, embora todos quisessem a reforma [...]. O povo não se encontrava, com as suas aspirações, na reforma promovida com tanto ardor.

Na verdade com a morte de Josias a reforma não teve como se manter e caiu. Além de meios e objetivos impostos, não havia consenso de ideais entre os que implantaram a reforma. Os que vieram do Norte, muitos não suportavam a

monarquia e queriam a reforma sim, mas não como fora empreendida. Sua proposta de reforma não era segundo a monarquia nem visava a centralização religiosa no templo. Os reformadores desenvolveram o relato Deuteronomista que tem a preocupação de justificar a história a partir da monarquia davídica (NAKANOSE, 1996, p. 183).

O importante era implantar a centralização política e religiosa e, de modo geral, não havia preocupação com a felicidade do povo. Cabem aqui as palavras de Mesters (1983, p. 73), “A preocupação primária de Deus é o bem-estar e a felicidade dos homens, o seu crescimento e a sua realização”. Em outras palavras, a glorificação de Deus é a realização da vida mais do que fidelidade a observâncias legalistas. É possível dizer que a reforma josiânica e o deuteronomista ficaram alheios a estas preciosidades, buscando a centralização do culto e da monarquia e não se preocuparam com a felicidade do povo. Imaginaram a fidelidade a Deus e deixaram a vida do povo.

A morte de Josias marca o fim da reforma, supõe-se que ela compreende o período que vai desde a queda do Reino Norte até o final do seu governo. A reforma propriamente dita morre com ele, mas a composição da História Deuteronomista, no caso, do livro do Deuterônomo, só acontece depois do exílio.

2.3.2.5 A redação do exílio (598-538)

Esta é praticamente a segunda edição do Deuterônomo. A primeira, como foi vista, é a revisão histórica para justificar a reforma e a dinastia davídica. Nesta edição, a segunda, o argumento usado pelo autor é que a quebra da aliança é culpa do povo. Mostra que o povo não foi fiel à monarquia e aos mandamentos de Javé (1Sm 8; 1Rs 11,1-13). Mas existe uma saída para o povo.

O caminho de reconstrução proposto pela História Deuteronomista para o povo é aceitar a justiça do julgamento de lahweh e suas conseqüências, o que deveria levar ao arrependimento e à conversão ao Deus único (Dt 4,39; 1Rs 8,46-51). O exílio não é o fim da história. Trata-se de clamar a lahweh pedindo socorro, como haviam feito “nossos pais no Egito” (1Sm 12). Empenhar-se numa séria revisão do caminho feito, corrigir os erros e [...] continuar a andar (NAKANOSE, 1996, p. 184).

Fortalecer a idéia de culpa do povo continua sendo a preocupação de quem escreve e aponta como saída o arrependimento do povo e a volta a *lahweh*. O exílio passa a ser visto não como conseqüência do fracasso da monarquia e do seu projeto, mas como infidelidade do povo.

Nesta época, o profeta Ezequiel tenta reanimar o povo. De uma condição de morte, Javé fará nascer a vida.

Então ele me disse: Filho do homem, estes ossos representam toda a casa de Israel, que está a dizer: “Os nossos ossos estão secos, a nossa esperança está desfeita. Para nós está tudo acabado.” Pois bem, profetiza e dize-lhe: Assim diz o Senhor lahweh: Eis que vou abrir os vossos túmulos e vos farei subir dos vossos túmulos, ó meu povo, e vos reconduzirei para a terra de Israel. Então sabereis que eu sou lahweh, quando eu abrir os vossos túmulos e vos fizer subir de dentro deles, ó meu povo. Porei o meu espírito dentro de vós e haveis de reviver: eu vos porei em vossa terra e sabereis que eu, lahweh, falei e hei de fazer, oráculo de lahweh (Ez 37,11-14).

A vida e o reconhecimento de Javé passa pela posse da terra, pois na terra é possível construir novas relações. Aqui se entende o Salmo 137. A saudade da terra passa pela esperança de construção de uma vida alegre e abençoada (Gn 12,1-3; Dt 26,5-11; SOUZA; CARAVIAS, 1988, p. 14). Para Storniolo (1986, p. 22), o Deuterônômio mostra que esta vida alegre tem relações mais sólidas e amplas.

2.3.2.6 Pós-exílio (cerca de 400 a.C.)

Quando alguns judeus começaram a voltar do exílio, a posse da terra foi motivo de conflitos com os pobres que haviam ficado no país. (2Rs 25,12). O livro de Neemias, numa referência direta à questão da terra, revela a angústia dos chegantes: “Não podemos fazer nada, porque nossos campos e nossas vinhas já pertencem a outros” (Ne 5,5).

Neste tempo acontece a última redação do Pentateuco. O Deuteronômio sofre os últimos acréscimos, tornando-se uma ponte entre o Pentateuco e os livros da História Deuteronomista. A figura central do livro passou a ser a pessoa de Moisés, que morreu exortando à fidelidade a Javé. Com isso, “o conjunto do livro quer ser um apelo à conversão ao deus oficial, à sua lei e à unidade do povo eleito, Israel, na sociedade teocrática de Neemias e Esdras” (NAKANOSE, 1996, p. 185). A redação final atribuiu a ele a autoria do Pentateuco e, por conseguinte, ao livro do Deuteronômio. A fidelidade dos levitas a Moisés fez com que continuassem com os seus ensinamentos como se fossem do próprio Moisés. Assim os levitas confirmam e reforçam a autoridade do libertador (A BÍBLIA TEB, 1995, p. 201).

A composição do livro de Deuteronômio foi fruto de um longo processo de construção, inclui relatos de atividades e posturas antigas e atuais. Ao longo de sua composição, o Deuteronômio passou por um processo de adaptação, revisão, acréscimos e resistência. Os relatos antigos foram adaptados a um estágio posterior. O livro está enraizado nas tradições sagradas e culturais do Israel pré-monárquico, mas sua forma atual contém leis que representam uma modificação de leis antigas adaptadas a um estágio posterior da história de Israel.

Como se pode observar, encontram-se no Deuteronômio elementos desde a época pré-estatal até os tempos de Esdras e Neemias, isto é, do pós-exílio. Isto foi

trabalho dos reformistas, grupos de resistência ou não. O fato de escreverem a História Deuteronomista é indício de que havia resistência à reforma que estava sendo imposta. Se não encontrassem resistência, os deuteronomistas talvez não teriam feito a revisão da história buscando fortalecer seus interesses. Poder-se-ia dizer que isto é um jeito de escrever a história sem ter o domínio dos mecanismos da escrita.

Os grupos de resistência, sejam do Norte ou do Sul, tinham sua própria visão da história bem diferente do enfoque histórico dos grupos reformistas adeptos da monarquia. Não defendiam leis centralizadoras com a mesma eficácia e importância dos grupos dominantes, tratavam ideologicamente tais leis como mecanismos que deviam gerar melhores condições para a população. Elas não deviam ser cumpridas pela sua legalidade, mas com a finalidade de ajudar as pessoas a viverem segundo o projeto do Deus dos pais (Dt 6, 20-25; LAMADRID, 1999, p. 45-46).

2.3.3 A Estrutura

A composição do livro do Deuteronomio baseia-se em celebrações litúrgicas. O Deuteronomio é uma grande celebração com alocações, leis, bênçãos e maldições. A terra é dádiva de Javé e conquista do povo (Dt 6, 20-25; 25, 1-11). A estruturação literária segue um objetivo definido que é buscar a religião, a cultura e a vida social e litúrgica do povo e tem a preocupação de atingir por inteiro a história atual. O livro trata da vida religiosa, mas é profundamente favorável para uma melhor socialização do povo, pois tem a intenção de "levar Israel a um compromisso renovado e mais consciente com a aliança" (BORN, 1985, p. 386). É redigido em estilo enfático e retórico e o tom é homilético. As idéias teológicas centrais são repetidas de maneira enfática. Dentre elas, destacam-se a alegria de observar as leis de Javé e celebrar as suas festas recordando o passado, pois Javé conduziu o

povo pelo deserto e o estabeleceu na terra prometida (Ex 3, 7-10; Dt 6, 20-25; 26, 5-11; MACKENZIE, 1984, p. 232-3).

A divisão do livro que será apresentada, partindo de estudos de Storniolo, (1986, p. 17-22), Thompson (1991, p. 14-21), A Bíblia TEB (1995) e Bíblia de Jerusalém (1981), é uma dentre as diversas possíveis. Esta estruturação oferece uma maior compreensão do livro e dos seus objetivos. A conclusão do livro serve também ao Pentateuco como um todo.

O livro tem um plano definido composto de três discursos.

1,1-5 Introdução ao primeiro discurso

1,6-4,43 Primeiro discurso - Retrospecto da atividade de Javé em favor de Israel

- 4,41-43 Breve apêndice

4,44-49 Introdução ao segundo discurso

5,1-28,68 Segundo Discurso – Retorna a história de Israel indo até a teofania do Horeb e o decálogo. É o coração do livro.

12-26 Código do Deuteronômio

26,5-11 Profissão de fé e resistência à monarquia e à do culto

28,69 Introdução ao terceiro discurso

29-30 Terceiro Discurso – Apelo a Israel para que aceite a Aliança
Recordação dos acontecimentos do Êxodo

30,15-30 conclusão

31-34 Apêndice do livro

Storniolo (1986, p. 17-22) desenvolve uma divisão do Código (12-26) no sentido de facilitar a compreensão do mesmo. Para o biblista, o Deuteronômio é o

grande projeto de uma nova sociedade e a base deste projeto é o Código o qual dá a seguinte estruturação:

Relação com Javé 12,1-16,17 - A idolatria atrapalha a liberdade e a vida. A destruição da idolatria possibilita servir a Javé com integridade, afinal Javé é a fonte da existência humana.

Relação com o outro 16,18-26,19 - A auto-suficiência humana impede a realização. O Deuteronômio vê uma profunda relação entre as pessoas. Elas são irmãs porque são filhas de Javé (5,3-7.12; 17,15-20; 14,1). Enquanto um ser humano se relaciona com o outro, acontece também a relação com o meio, portanto é a relação com o outro e com toda a natureza (20,1-20; 21,10-14; 22,8; 20,19-20; 22,4.6-7).

É curioso como o código tenta motivar e penetrar o conjunto da vida do israelita. A vida envolve Javé, o outro e o meio do qual o israelita é parte constituinte. Este conjunto é formado de leis.

Não nos enganemos, porém. Em vez de confundirmos essas leis com as nossas leis atuais, é melhor compreendê-las como instruções (sentido primitivo de **torah** = lei) ou orientações pedagógicas em vista de uma nova compreensão da vida e uma transformação radical das relações humanas. Com efeito, todas e cada uma dessas leis, para serem observadas, exigem uma profunda transformação social, em todos os níveis (STORNIOLO, 1986, p. 19; o grifo é do autor).

Isto confirma que o Deuteronômio é litúrgico, mas é também profundamente social e político (Dt 15; 24; 26,5-11), pois a terra que oferecia benefícios e oportunidades fazia exigências para o indivíduo e para a coletividade (CLEMENTS, 1995, p. 338).

Concluindo: é possível dizer que a terra no contexto do Deuteronômio, ocupa um espaço primordial. É lugar de novas relações e de resistência cujo ponto de partida é a Torah, a lei (Dt 6, 20-25; 26, 5-11; STORNIOLO, 1986, p. 22). O contexto em que se desenrola a História Deuteronomista é amplo em tempo, espaço físico e em maneira de pensar e vai desde a época de Moisés até o pós-exílio. O tempo de composição ocupa um espaço de 300 a 350 anos e tem suas origens no Reino Norte e é concluído, em processo de releituras, no Reino Sul.

CAPÍTULO III

CONHECENDO O TEXTO Dt 26,5-11

O Capítulo anterior ajudou a compreender o lugar que ocupava a terra na vida do povo bíblico e ao mesmo tempo foi um estudo mais aprofundado da Literatura Deuteronomista e do livro do Deuterônomo. Este capítulo direciona a pesquisa ao texto de Dt 26,1-11, sobretudo, a 26,5-11.

Fazer exegese é um trabalho fascinante. Por seu intermédio procuramos interpretar a Bíblia. Quando nos lançamos a essa tarefa, percebemos com gratidão que existe um enorme instrumental científico à nossa disposição, fruto do labor abnegado de inúmeros pesquisadores e pesquisadoras em diferentes áreas. Simultaneamente, nos damos conta das lacunas na ciência. Estas fazem nossos juízos permanecer modestos, porque nem sempre é possível emití-los com o necessário grau de segurança e fundamentação.

Mas o fascínio do labor exegético não se deve unicamente àquilo que, através dele é possível descobrir sobre a Bíblia. Neste caso, esta não passaria de mero objeto de interpretação. O fascínio da exegese reside também no fato de que a Bíblia nos interpreta. Ela é também sujeito de interpretação... Assim, à medida que vamos descobrindo coisas na Bíblia, ela vai nos descobrindo também (WEGNER, 2001, p. 7).

No uso da exegese, pretende-se delimitar o texto como uma perícopé, entender a sua estrutura, sentir a lógica, a coesão e o estilo literário, tentando perceber sua riqueza. Para entender melhor a mensagem, importam também os elementos literários e o sentido das palavras usadas pelo autor ou autores.

O texto objeto do presente estudo é Dt 26,5-11, porém parece ser de fundamental importância para sua compreensão fazer o estudo literário do conjunto Dt 26,1-11. A tradução linear do episódio completo ajudará a compreender melhor o contexto em que se fazia memória da história de Israel.

3.1 TRADUÇÃO DO TEXTO

3.1.1 Tradução linear²⁹

v.1 E acontecerá quando entrares na terra que lahweh teu Deus dá a ti por herança e a possuíres e habitares nela

v.2 e tomarás o primeiro de todo o fruto do solo que tirares da terra que lahweh teu Deus te dá e porás no cesto e irás ao lugar que escolher lahweh teu Deus para ali fazer habitar o seu nome.

v.3 e virás ao sacerdote que estará naqueles dias e dirás a ele: declaro hoje a lahweh teu Deus que entrei na terra que jurara lahweh (nosso Deus) aos nossos pais dar a nós

v.4 e tomará o sacerdote o cesto de tua mão e o porá diante do altar de lahweh teu Deus

²⁹ Texto traduzido da *Bíblia Hebraica Stuttgartensia*, Stuttgart, Karl Elliger e Wilhelm Rudolph Editors, Deutsche Bibelgesellschaft, 1967/77, p. 330-331.

v.5 e te curvarás diante de lahweh teu Deus e dirás: um arameu errante (era) meu pai e desceu ao Egito e viveu como estrangeiro lá com pouca gente e veio ser uma nação grande forte e numerosa.

v.6 e foram maus os egípcios e nos curvaram e nos impuseram em nós escravidão dura

v.7 e gritamos a lahweh Deus dos nossos pais e ouviu lahweh a nossa voz e viu nossa miséria e nosso sofrimento e nossa opressão.

v.8 e nos fez sair lahweh do Egito com mão forte e braço estendido e com terror grande e sinais e prodígios

v.9 e nos trouxe ao lugar este e deu a nós terra esta uma terra onde mana leite e mel

v.10 e agora eis que trago o primeiro fruto do solo que tu me deste lahweh e o depositarás diante de lahweh teu Deus, e te prostrarás diante de lahweh teu Deus

v.11 e te alegrarás por todo o bem que deu a ti lahweh teu Deus e à tua casa e ao levita e o estrangeiro que (está) em teu meio.

3.1.2 Tradução definitiva³⁰

v.1 E acontecerá, quando entrares na terra que lahweh, teu Deus, te dá por herança e a possuíres e nela habitares,

v.2 então tomarás o primeiro de todo o fruto do solo que tirares da terra, que lahweh, teu Deus, te dá e o porás num cesto e irás ao lugar que lahweh, teu Deus, escolher para ali fazer habitar o seu nome.

v.3 E virás ao sacerdote que estará naqueles dias e lhe dirás: “declaro hoje a lahweh, teu Deus, que entrei na terra que lahweh, nosso Deus, jurara dar aos nossos pais.”

v.4 Então o sacerdote tomará o cesto de tua mão e o porá diante do altar de lahweh, teu Deus.

v.5 E te humilharás diante de lahweh, teu Deus, e dirás: “Meu pai era um arameu errante e desceu para o Egito e viveu lá como estrangeiro com pouca gente e ali veio ser uma nação grande, forte e numerosa.

v.6 Os egípcios, porém, foram maus e nos humilharam e nos impuseram uma dura escravidão.

v.7 Mas gritamos a lahweh, Deus dos nossos pais, e lahweh ouviu a nossa voz e viu nossa miséria e nosso sofrimento e nossa opressão.

v.8 E lahweh nos fez sair do Egito com mão forte e braço estendido, em meio a grande terror, com sinais e prodígios,

v.9 e nos trouxe a este lugar e nos deu esta terra onde mana leite e mel”.

v.10 “E agora eis que trago o primeiro fruto do solo, que tu me deste lahweh”. E as depositarás diante de lahweh, teu Deus, e te prostrarás.

v.11 Então, te alegrarás por todo o bem que lahweh, teu Deus, deu a ti e à tua casa e ao levita e ao estrangeiro que (está) no teu meio.

³⁰ Esta tradução é colocada para facilitar a leitura. Ela é mais literal. As citações do texto serão a partir da mesma.

3.2 DELIMITAÇÃO DO TEXTO

O capítulo 26 do livro do Deuteronômio é parte do núcleo do livro³¹. É independente dos capítulos anteriores e posteriores pelo seu conteúdo e estilo literário.

Interessa, agora, delimitar a moldura do episódio conhecido como *a festa das primícias* (v.v.1-11) para determinar e esclarecer onde e porque era recitado o chamado Credo Histórico (v.v.5b-9). O texto 26,1-11 distingue-se de 26,12ss que retoma assuntos e discursos diversos que não se referem ao estudo proposto.

A delimitação da perícopes dos v.v.1-11 poderia ser definida pelos acontecimentos narrados, pelas pessoas que aparecem e pelos diferentes espaços onde se dão os fatos.

3.2.1 Pelos acontecimentos narrados:

O capítulo 25,13-19 fala do que deve ou não ser conduzido e a lembrança do que aconteceu com a saída do Egito – o cansaço.

Uma primeira constatação é que no v.1 a primeira construção verbal “quando entrares na terra” introduz ordens diretas dadas pelo narrador ao fiel ou ao povo de Israel nos v.v.1-5a e 10b-11, sempre na segunda pessoa do singular e referindo-se à oferta dos primeiros frutos da terra, que deveria ser apresentada pelo povo.

No v.3, a ordem é fazer uma declaração de fé em *lahweh* Deus dos pais.

³¹ A delimitação é feita a partir da Bíblia de Jerusalém.

Já o v.4 conta o fazer do sacerdote, que é receber e colocar o cesto com as primícias no altar de *lahweh*.

O v.5a apresenta a postura de humilhar-se e v.5b faz uma ruptura. Os v.v.5b-9 narram uma memória num estilo de declaração que difere dos acontecimentos contados anteriormente. Aqui, se apresentam verbos no passado para fazer a memória.

O v.10a delinea outra ruptura e mudança. O verbo “trago” em presente e em terceira pessoa assume o lugar do narrador. Que nos v.10b passa de novo a dar ordens: “porás” “prostrarás” e “te alegrarás”.

Pode-se afirmar que os acontecimentos narrados misturam ordens, declaração, oferta e oração, em diferentes circunstâncias. A ordem de oferecer as primícias introduzida nos v.v.1-4 parece se realizar nos v.v. 10-11, mas a não menção do sacerdote e do lugar da oferta traz grande diferença ao conjunto.

O capítulo 26,12-15 fala da oferta do ano do dízimo, o terceiro ano.

3.2.2 Pelas pessoas que aparecem

O capítulo 25,17-19 fala de Amalec, dos desfalecidos e do fim do próprio Amalec.

Os v.v.1-4 falam de alguém, provavelmente o fiel, que deve apresentar as primícias e entregá-las ao sacerdote.

Os v.v.5-9 ignoram a presença do sacerdote. Começam com a identificação do fiel que reconhece no seu pai um homem migrante, que morou no Egito como estrangeiro. E que junto a outros errantes pobres se tornou povo numeroso e forte.

No v.10, o fiel assume o papel de narrador.

E finalmente o v.11 faz referência de novo àquele fiel que deve cumprir ordens e introduz de forma surpreendente ao levita e ao estrangeiro que reside no seu meio, sem especificar mais a circunstância à qual se faz referência.

Pode-se afirmar que as pessoas que aparecem no episódio não definem uma continuidade nem coesão do texto. Perpassa o episódio um possível fiel que assume diferentes papéis no decorrer do texto.

O capítulo 26,12-15 trata da oferta ao levita, ao estrangeiro, ao órfão e viúva.

3.2.3 Pelo espaço

O capítulo 25,13-19 se refere ao deserto.

Os v.v.1-4 falam de apresentar as primícias no lugar do altar, escolhido por Javé. Elas são entregues ao sacerdote que coloca o cesto com as primícias no altar de Javé, num suposto santuário ou templo.

Os v.v.5-11 não lembram nem dos sacerdotes nem do templo. O fiel faz memória do pai, homem migrante, que morou no Egito como estrangeiro.

O v.10a apresenta a mencionada ruptura e até uma mudança de ambiente e não deixa claro o lugar da oferta. O v.11 faz referência ao levita e ao estrangeiro que residem em teu meio.

Novamente, constata-se que o espaço não é fixo nem apresenta lógica de caminho.

O capítulo 26,12-15 fala a partir da morada de *lahweh* – tua morada santa, do céu.

Conclui-se assim, que o episódio conhecido como “a festa das primícias” (v.v.1-11) não apresenta continuidade interna e só o estudo mais detalhado da

estrutura literária e histórica do texto poderá explicar o porquê do chamado Credo Histórico (v.v.5b-9) ter sido incluído nessa festa. Todo o texto é uma composição, mas está muito claro que o credo foi colocado neste conjunto.

3.3 ESTRUTURA LITERÁRIA

Para entender o texto estudado 26,1-11 apresenta-se a hipótese de três partes ou momentos históricos dentro do episódio narrado:

3.3.1 Rito antigo com a sua oração (v.v.5a.10.11)

v.5a E te humilharás diante de lahweh, teu Deus, e dirás:

v.10 “E agora eis que trago o primeiro fruto do solo, que tu me deste lahweh”. E as depositarás diante de lahweh, teu Deus, e te prostrarás.

v.11 Então, te alegrarás por todo o bem que lahweh, teu Deus, deu a ti e à tua casa e ao levita e ao estrangeiro que (está) no teu meio.

3.3.2. Memória da história e vitórias, realizadas por Deus e pelo povo (v.v.5b–9)

v.5b “Meu pai era um arameu errante e desceu para o Egito e viveu lá como estrangeiro com pouca gente e ali veio ser uma nação grande, forte e numerosa.

v.6 Os egípcios, porém, foram maus e nos humilharam e nos impuseram uma dura servidão.

v.7 Mas gritamos a lahweh, Deus dos nossos pais, e lahweh ouviu a nossa voz e viu nossa miséria e nosso sofrimento e nossa opressão.

v.8 E lahweh nos fez sair do Egito com mão forte e braço estendido, em meio a grande terror, com sinais e prodígios,

v.9 e nos trouxe a este lugar e nos deu esta terra onde mana leite e mel.”

3.3.3. O rei Josias e a centralização do culto no templo (v.v.1-4)

v.1 E acontecerá, quando entrares na terra que lahweh, teu Deus, te dá por herança e a possuíres e nela habitares,

v.2 então tomarás o primeiro de todo o fruto do solo que tirares da terra, que lahweh, teu Deus, te dá e o porás num cesto e irás ao lugar que lahweh, teu Deus, escolher para ali fazer habitar o seu nome.

v.3 E virás ao sacerdote que estará naqueles dias e lhe dirás: “declaro hoje a lahweh, teu Deus, que entrei na terra que lahweh, nosso Deus, jurara dar aos nossos pais.”

v.4 Então o sacerdote tomará o cesto de tua mão e o porá diante do altar de lahweh, teu Deus.

3.3.4 Estruturação de Dt 26,5-11

Como o objeto de estudo do presente trabalho é a memória, o rito e a oração (Dt 26,5-11), propõe-se ainda a seguinte estrutura para facilitar sua compreensão:

A - Introdução ao rito (v.5a.)

B - Memória da origem, da falta de terra e agregação de pessoas ou do tempo da falta de terra (v.5b)

C - Memória da situação de opressão (v.6)

C' - Memória das ações libertadoras (v.v.7-8)

B' - Memória do dom da terra ou do tempo do dom... (v.9)

A' - Continuação do rito e resultado (v.v.10.11).

Para que uma obra de arte seja melhor apreciada é de fundamental importância o local onde esteja colocada. Uma pintura se destaca no seu conjunto,

existe a moldura, a margem e a pintura. A moldura e a margem dão destaque à pintura enquanto tal e quanto mais bem trabalhados tais elementos, mais aparece a arte.

Este texto (Dt 25,5-11) é uma bela obra de arte, muito bem trabalhada. Partindo da estruturação desenvolvida é possível dizer que: A e A' formam a moldura, B e B' são a margem e C e C' são a obra em si. Todo o conjunto é importante, mas precisa ser visto começando do centro. O mesmo é a memória de opressão que gera memória de libertação.

Neste sentido, memória é lembrança da condição e ação dos homens e das mulheres seguida da atuação libertadora de Deus, portanto é memória da humanidade e de Deus. Por isso, é possível dizer que toda mútua lembrança (memória) provoca, faz acontecer uma renovação das relações com os objetivos primeiros (VVAA, 1977, p. 571-3; BORN, 1985, p. 967-70). O centro do texto manifesta a relação de Deus e dos seus que se renova a partir das origens, do grito e da libertação (Ex 3,7-10; Dt 6, 20-25; 26, 5-11).

Essa sugestão de estrutura literária fornece subsídios para justificar a hipótese do presente estudo. Estudam-se, pois, os diferentes elementos decisivos que confirmam as propostas de uma possível nova chave de leitura.

3.4 ESTILO LITERÁRIO

Estudar o estilo literário de Dt 26,1-11, justifica-se antes pela hipótese de três divisões ou blocos que proveriam de três momentos históricos diferentes. Assume-se que sempre houve rito, oração-oferta, acompanhada de memória das ações de

Deus e do povo. A memória das relações de Deus e dos seus foi explicitada em diferentes momentos, com diversas manifestações e bem distintas intenções.

A primeira divisão (v.v.5a.10.11) apresenta vocabulário e elementos anteriores ao exílio: relacionamento direto entre quem oferece e Deus; alegria e simplicidade; presença de levitas e estrangeiros.

A segunda divisão (v.v.5b-9) traz a memória salvífica da história do povo.

A terceira parte ou bloco (v.v.1-4) inclui palavras e lugares que são elementos posteriores ao primeiro texto: sacerdote e altar são expressões do tempo da monarquia.

Pretende-se a seguir fazer a exegese de Deuterônimo 26,5-11 estudando o que diz o texto que será dividido e analisado a partir das possibilidades de estudo da proposta de estrutura literária. Aceita-se o desafio de procurar o sentido do texto e reconstruir seu significado.

Para o estudo do estilo literário será apresentado o texto em cláusulas, ou seja, em identidades gramaticais menores atendendo ao sistema verbal, repetições e correspondências. O texto será dividido e analisado nas unidades e sub-unidades propostas na estrutura literária.

Introdução ao rito (v.5a.)

E te humilharás diante de lahweh, teu Deus, e dirás:

Memória da origem, da falta de terra e a agregação de pessoas ou do tempo da falta de terra (v.5b)

“Meu pai era um arameu errante:

ele desceu ao Egito

e ali residiu com poucas pessoas;
depois tornou-se uma nação grande, forte e numerosa.

A primeira afirmação, quando se refere ao credo desse versículo é memória do tempo da falta de terra, tempo de migração dos chamados pais e mães do povo, patriarcas e matriarcas. Lembra, assim, as primeiras narrações bíblicas recolhidas no livro do Gênesis. Elas contam histórias de nômades, de migrantes em busca de terra. Os verbos de movimento em terceira pessoa do singular, “desceu” e “residiu”, explicitam o caminhar de um povo “errante” na procura de terra. Do “povo errante” que, “residiu com poucas pessoas”, mas que vão tornar-se “uma nação grande”.

O lugar para onde o povo “desceu”, o Egito, é o elo que une esta cláusula com a seguinte.

O redator, desde o começo da perícopa, põe na boca do contador expressões de contrastes tanto no nível gramatical (passará da terceira pessoa do singular à terceira pessoa do plural) como do ponto de vista narrativo (meu pai e poucas pessoas passam ser uma grande nação).

Memória da situação de opressão (v.6)

Os egípcios, porém,
nos maltrataram
e nos humilharam,
impondo-nos uma dura escravidão.

Um sujeito bem definido, os egípcios, rege três verbos em plural. Esses verbos, agora, em terceira pessoa do plural, espelham que os egípcios são mais numerosos e mais fortes, o que provoca a situação de opressão: “maltrataram”,

“humilharam”, “impondo” algo bem concreto como é a “dura escravidão”. O peso da escravidão é motivo de maus tratos e humilhações.

O singular do sujeito e dos verbos da primeira cláusula contrasta com o sujeito e verbos em plural dessa nossa segunda sub-divisão, que enfatizam a força da cena. Leva à reação da próxima sub-divisão.

Memória das ações libertadoras (v.v.7-8)

Mas gritamos a lahweh, Deus dos nossos pais,

e lahweh ouviu a nossa voz

e viu nossa miséria, nosso sofrimento e nossa opressão.

E lahweh nos fez sair do Egito com mão forte e braço estendido,

em meio a grande terror, com sinais e prodígios,

O sujeito da cláusula é “nós”, os que gritamos, certamente é réplica ao peso da escravidão. Esse grito é dirigido a “*lahweh*, Deus dos nossos pais”. Ele aparece pela primeira vez aqui, no credo, mas é o mesmo Deus, aquele que caminhava com “meu pai errante” que “com poucas pessoas” “tornou-se uma nação grande, forte e numerosa”. E esse *lahweh* vai responder logo, porque é um Deus que “ouve”, “vê” e “age”. O que *lahweh* vê se explicita em três substantivos concretos: miséria, sofrimento e opressão, que exprimem a situação do povo. Essas palavras confirmam que Deus conhece as angústias desse seu povo (Ex 3,7). Verifica-se que o redator escreve sobre um *lahweh* Deus achegado ao seu povo, já que os três verbos que usa são expressão de proximidade. Por um lado, espelham um Deus iminente e, por outro lado, contrastam com um Deus de agir poderoso: “*lahweh* nos fez sair do Egito com mão forte e braço estendido, em meio a grande terror, com sinais e prodígios”. O redator focaliza, novamente os contrastes de forma coesa.

Memória do dom da terra ou do tempo do dom ...(v.9)

e nos trouxe a este lugar,
dando-nos esta terra, uma terra onde mana leite e mel.

O versículo 9 nos conduz ao final, a um lugar tão concreto como é a desejada terra que de forma fluída fecha a memória da falta da mesma. A primeira cláusula com o dom da promessa é terra de fartura, “uma terra onde mana leite e mel”. É a memória daquele pai errante, sem terra, e seu povo, numeroso, que já está no local da abundância e da liberdade. É contraponto da memória do Egito como terra de escravidão.

Continuação do rito-oração e resultado (v.v.10.11)

E agora eis que trago
O fruto do solo, que tu me deste lahweh”.
E as depositarás diante de lahweh,
Teu Deus, e te prostrarás.
Então, te alegrarás por todo o bem que lahweh, teu Deus,
deu a ti e a tua casa e ao levita e ao estrangeiro
que (está) no teu meio.

O rito-oração é relação direta com *lahweh*. Os verbos aparecem em primeira e segunda pessoas, o fiel e *lahweh*. Em seguida, recebe uma ordem para se colocar diante de *lahweh* e dos outros, com alegria.

O texto fecha de forma fácil e coesa a alegria da posse da terra e da fé num Deus que age junto do seu povo. Tal ação provoca uma nova situação que afeta a todos.

3.5 COMENTÁRIO AO TEXTO

Na primeira divisão ou bloco verifica-se que existiria um rito antigo com a sua oração (v.v.5a.10.11). O povo de Israel, quando conquistou a terra, aprendeu de outros povos antigos que viviam da agricultura em comunhão e comunicação com os deuses da natureza, da chuva e da fertilidade, a importância de ritos e cultos relacionados com a terra, os frutos, os animais e a vida. Este texto lembra aquele camponês que trazia sua oferta e a entregava diretamente a Javé, sem intermediários. Seria costume antigo, pois as referências ao levita e ao estrangeiro lembravam do tempo da vida tribal ou de tradições que a conservaram (NAKANOSE, 2000, p. 208). Outrossim, a alegria devia atingir a todos os da casa³². Entendendo a casa, aqui, não como espaço físico, de moradia, mas de Israel (MACKENZIE, 1984, p. 154) ou até, mais ainda, o grupo familiar e de convivência. A alegria era para todos os que formavam o povo de Javé, incluindo-se aí o levita e o estrangeiro.

Ao estudar as divisões ou blocos assume-se a teoria de McConville que afirma que os credos ou confissões de fé se originam em Israel desde a eleição dos patriarcas até a posse da terra (McCONVILLE, 1997, p. 130). Ele insiste em que o credo, nos fatos salvíficos, é o kerigma básico da religião de Israel.

No estudo realizado confirma-se que a situação em que se recita esse credo espelha resistência e luta pela terra e por isso se faz memória do pai que era errante, sem terra e que se transforma num povo numeroso que a possui, terra boa onde mana leite e mel. Na fé de quem proclama o credo, Deus é quem deu essa terra ao povo, quem o assentou e quem venceu repetidamente os inimigos com mão

³² “A palavra ‘casa’ geralmente designa não a estrutura material, mas em particular uma família dinástica (casa de Davi); num sentido translato ela designa um grupo maior como uma tribo (casa de Levi, de Judá) ou um povo inteiro (casa de Israel). Características morais podem ser aplicadas à casa

forte, com sinais e prodígios (v.8). Por isso, se faz memória da situação de opressão (v.6) e das ações libertadoras (v.v.7-8).

É preciso entender, todavia, que o agir de *lahweh*, Deus dos nossos pais, partiu ao escutar o grito daquele “meu pai”, do povo errante, arruinado, pobre, com poucas pessoas e do qual nasceu uma “nação grande e poderosa” ainda na escravidão. Porque o texto diz que houve duas ações libertadoras: o “grito” do povo e o “ouvir e ver” de *lahweh* (v.7). O poder e a resistência do povo estava no seu grito. A ação de *lahweh* foi em favor de um povo desprovido que só podia gritar.

O grito que se fez ouvir é repetido, pois o fiel ou os fiéis retomam o credo em um conjunto que sobressai a profissão de fé e expressões de relação direta com Javé e de resistência a qualquer situação contrária (Dt 26,5-11).

O v.11, assim como o v.10, dificilmente podem ser ligados com os primeiros (v.v.1-4), mas acredita-se que caibam melhor depois do credo, onde estão. Os motivos são simples: Primeiro que, o v.10 começa em primeira pessoa. “E agora, eis: trago a (s) primícia (s) do fruto da terra que deste para mim, Javé...”. Segundo que, no v.11 encontram-se referências ao levita e ao estrangeiro. “E te alegrarás por todo o bem que deu para ti Javé, o teu Deus, e para a tua casa: tu e o levita e o estrangeiro³³ que (está) no teu meio”. As referências ao levita e ao estrangeiro são mais comuns na vida tribal ou de tradições que a conservam (NAKANOSE, 2000, p. 208).

(casa rebelde). A casa também pode significar uma condição de existência (Egito, casa de escravos). O templo era chamado casa de Javé” (MACKENZIE, 1984, p. 154).

³³ As palavras mais comuns para designar estrangeiro são: ger (estrangeiro residente) e nokri (estrangeiro de passagem, forasteiro). O forasteiro é aquele que se encontra no país como viajante ou negociante. Não carece de proteção da lei. Estrangeiro residente foi Abraão, Moisés e os hebreus no Egito. Para maiores informações veja: PINZETTA, 1990, p. 29-37; VVAA, 1998, p. 254-256.

No Deuteronômio, *ger* é identificado como estrangeiro e aparece como o desprovido, o órfão, a viúva e o levita (Dt 26,10-11; PINZETTA, 1990, p. 33.34). Tais colocações se somam às considerações de Wolff (1992, p. 17.21) de termos no texto referências de resistência.

A conclusão da perícopes confirma que a memória do dom da terra é a certeza de que a vida na liberdade atinge a muitos com alegria.

Alguns autores ponderam que no v.9 “este lugar” exprime certa ambigüidade (McCONVILLE, 1997, p. 132) podendo entender que o texto fala de terra ou de santuário onde o altar é lugar para confirmar a aliança. A pesquisa realizada neste estudo assume e confirma que se está lidando com um problema de terra, não do santuário ou templo, já que os versículos comentados são do antigo credo pré-deuteronomista.

Com relação ao terceiro bloco (v.v.1-4), assume-se que foi o rei Josias, na sua reforma e no interesse de centralizar o culto no templo, quem acrescentou os v.v.1-4. De fato, o autor deuteronomista adaptou a antiga profissão de fé ao seu momento histórico. O texto da festa das primícias (v.v.1-11) ficou com o núcleo de um antigo rito-oração (v.v.5a.10.11) mais a memória da história de salvação que o povo proclamava como profissão de fé (v.v.5b-9).

A festa das primícias era de origem cananéia (LOPEZ, 1992, p. 68), fora incorporada às práticas religiosas judaicas e favorecia a legitimação da concentração religiosa e política. Mas tudo indica que no tempo da reforma de Josias, os grupos de resistência chegaram a reafirmar a fé no Deus dos pais e nos seus feitos, mesmo na celebração da festa, pois Javé libertou do Egito e constituiu com os seus uma relação direta (Dt 26,5b-11). Quem realizou tudo isto pode realizar mais.

A resistência não se dá só no conflito aberto, ela se realiza também ao executar, talvez as mesmas atividades com outra intenção.

Em contexto de festa das primícias, os israelitas da resistência manifestavam a certeza da fidelidade a Javé, enquanto os cananeus ofertavam a Baal os frutos colhidos, o povo resistente reafirmava a fidelidade ao Deus dos pais. No culto que já era do conhecimento de todos, o povo colocou os elementos que caracterizavam a sua fé, a origem, a escravidão do Egito, a libertação e a posse da terra. Isto era característico de Israel e não podia ser esquecido, mas não bastava ter memória, era necessário ter compromisso com o projeto de Javé que fora esquecido por muitos no Norte e, no momento, no Sul. A fidelidade à origem não podia ser esquecida, pois Javé libertou e deu a terra e isto devia significar a vida na alegria para todos (Ex 3,7-10; Dt 26,1-11; SOUZA; CARAVIAS, 1988, p. 14).

A nota da Bíblia de Jerusalém introduz os v.v.1-11 desta maneira:

Assim como os primogênitos do homem e dos animais pertencem a Deus (Ex 13,11), as primícias dos produtos do solo também são consagrados a ele (Ex 22,28; 23,19; 34,26; Lv 2,12.14; 23,10-17; Dt 18,4). Segundo Nm 18,12, elas voltam aos sacerdotes (Ez 44,30). Esta oferta dos produtos da terra, que no antigo calendário religioso (Ex 23,16.19) está ligada às festas de origem cananéia, da ceifa e da colheita, está ligada aqui a um acontecimento da história da salvação: a entrada na Terra Prometida (vv. 1.3.9-10). É ainda o tema do dom da terra, que é central no Dt (1,5) (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1981, p. 212).

Um olhar atencioso para as festas religiosas da atualidade ajuda a entender o processo que envolvia a reforma e a vida dos grupos de resistência. As festas são assumidas pela religião oficial³⁴, mas são também vivenciadas pelo povo. Tal

³⁴ A expressão religião oficial normalmente é usada para se referir ao grupo religioso assumido pelo poder vigente. Porém, o uso neste momento é para se tratar da prática religiosa a partir das lideranças da instituição à qual o fiel pertence.

postura facilita para uma certa compreensão da reforma de Josias e suas conseqüências. Neste sentido, é de grande valor procurar entender como as lideranças da Igreja oficial³⁵ e participantes de modo geral vêem tais eventos. É possível que existam três ou mais maneiras de ver o mesmo evento. A primeira é a da Igreja oficial, que programa toda a organização e objetiva o seu resultado. A segunda é a dos estudiosos, estes não necessitam da dimensão da fé e preocupam-se em estudar as atitudes ou atividades presentes na crença ou no evento. A terceira é a dos fiéis, os mesmos participam com a mais profunda fé. O fundamental não é objetivação dada pela Igreja, nem a leitura que possíveis cientistas possam fazer. Eles vivem a resistência, estão em busca de melhores condições de vida. Desejam a possibilidade de gerar a alegria para casa. A participação da festa, enquanto tal, é um meio de buscar forças e maneiras de conquista e resistência.

Para concluir é possível exemplificar com a prática religiosa dos negros africanos. Eles reverenciavam as divindades católicas impostas pelos brancos mas esta “devoção” era um meio de manterem firme a crença em suas divindades (REZENDE, 1985, p. 75-6). Ainda é possível dizer da posição dos participantes do 6º. Encontro das CEBs³⁶, em Trindade, com relação ao processo para elaboração da Constituição de 1988.

Repudiamos a forma antipopular como foi encaminhada a questão da Constituinte, mesmo assim assumimos o compromisso de lutar para que da constituinte possa sair

³⁵ Por Igreja oficial aqui se entende a hierarquia e tudo que gira em torno da mesma. Neste caso, se refere ao clero, à arquidiocese, à paróquia e ao santuário. A Igreja oficial sinaliza, de certa maneira, a religião oficial.

³⁶ O VI. Encontro das CEBs aconteceu em Trindade, Goiás, em 1986. Neste encontro manifestaram a rejeição ao processo da eleição de um Congresso Constituinte e não de uma Assembléia Constituinte. A Constituição elaborada por estes constituintes foi promulgada no ano de 1988.

uma Constituição que respeite os direitos dos povos (DOCUMENTO FINAL DO VI ENCONTRO DE CEBs,1986).

Muitos dos grupos que se empenhavam para a elaboração da Constituição, tinham claro que o processo não fora o desejado, mas naquele momento o importante era buscar, por meio da Constituinte, uma melhor lei para a nação. Com esta intenção, as comunidades rezaram e trabalharam pela Lei Maior que estava sendo construída.

O famoso dia da Independência, 7 de setembro, há muito não é mais só de festividades. Para várias camadas sociais e religiosas é dia de resistência e contestação quanto à situação vigente. É o dia do grito dos excluídos no Brasil.

Aqui se pode perceber que muitos grupos de resistência, quando desenvolviam ou liam o Deuterônomo se preocupavam em buscar maneiras de conquistar e resistir para a alegria da casa. Não partiam dos objetivos dos reformistas, mas partiam do projeto do deserto que sobrevivia no seu íntimo, sobretudo dos oriundos do Norte. Por isso, na leitura dos textos, com ou sem acréscimos, não esqueciam a profissão de fé (Dt 6,20-25; 26,5-11). O uso da profissão de fé marca a consciência do processo da ação de Javé. A profissão de fé tornava presente, atual, a ação libertadora de Javé e a dádiva da posse da terra (Dt 6,20-25; 26,5-11; METZGER, 1984, p.19), pois conservar a história não significa guardar doutrina ou saudade, mas manter o compromisso com o processo gestado.

O credo e a oração deram a Israel um sentido de profunda unidade histórica. A posse da terra favorecia a possibilidade de ser feita a oferta e a oferenda, mesmo em um sistema explorador, era oportunidade de resistir e conquistar a terra para alegria da casa.

Deuteronômio 26,5-11 é manifestação da profissão de fé do fiel e de quem é Javé. Ele é a ação libertadora e possibilitadora de alegria para a casa. O Deus dos pais que libertou da escravidão do Egito é força para a conquista da terra para a vida (WOLFF, 1992, p. 16-23). O credo aqui é recitado na festa das primícias (Dt 26,1-11; IDÍGORAS, 1983, p. 167). É o ponto de identificação da divindade a ser invocada agora, divindade que recebe a oferenda. Ela se diferencia das demais, pois muito já realizou pelos seus e muito mais pode realizar.

3.6 OPÇÃO PELOS POBRES

Como o texto bíblico é fruto de um longo processo histórico e muito antigo, é interessante contextualizar a expressão “opção pelos pobres” na antiguidade. Observa-se nos estudos desenvolvidos por Kramer com relação à opção dos deuses pelos pobres, nas sociedades antigas, implicações contrastantes. Ele se baseia nas afirmações de Lohfink. Kramer (1999, p. 224) afirma que o

direito dos pobres nas sociedades do antigo Oriente Médio visava proteger e reforçar as classes sociais existentes, então a ‘opção pelos pobres’ destes códigos legais tem em mente apenas mudanças conjunturais, isto é, unicamente melhorias para as camadas sociais pobres e não sua erradicação completa e total.

Com isso, não visava mudanças estruturais. Não visava a erradicação da condição de pobreza. Já “o direito bíblico, por outro lado, visa mudanças estruturais, isto é, a supressão completa e total das classes sociais pobres” (KRAMER, 1999, p. 224). Nesta direção também, Taborda (1988, p. 429) afirma que “a pobreza, no sentido de realidade objetiva injusta, não é segundo a Bíblia, ideal a ser buscado,

mas desgraça a ser evitada e desarraigada do Povo de Deus, como contrário ao plano divino e ao Reino”.

Tais afirmações fortalecem o argumento que a base de uma lei para uma sociedade sem pobres é a teologia do êxodo dos hebreus do Egito, pois Deus olhou para os pobres do Egito. Este é o grande diferencial do Deus a quem se fazem ofertas, mesmo em um culto com origem talvez duvidosa. Ele tem uma opção muito clara: os pobres. A sua ação parte de uma postura de libertação e posse da terra. Estas realizações foram feitas por Javé e pelos pobres.

3.7 CONSIDERAÇÕES DO ESTUDO NO HORIZONTE HISTÓRICO LITERÁRIO

No Antigo Testamento ter fé é ser firme e fiel (MACKENZIE, 1984, p. 341). É a atitude própria do ser humano diante de Deus. A profissão de fé do povo de Israel, e que aparece na Bíblia, é conhecida com o nome de “credo”. O chamado Credo Histórico (Dt 26,5b-9), que faz parte desta pesquisa, é encontrado também em Dt 6,21-23, em Js 24,12-25 e nas entrelinhas de outros textos bíblicos. Isto prova que para o escritor ou escritores sagrados foi importante a explicitação ou transmissão desses credos.

Segundo os autores pesquisados, Dt 6,21-23 e Js 24,12-25 são os textos mais antigos que especificam a profissão de fé de Israel.

Queiroz (1989, p. 4) afirma que Dt 6,21-23 é um texto mais antigo porque é mais resumido e outros autores, como G. von Rad, alegam que a confissão de fé do capítulo 26 é mais antiga do que o seu contexto literário. “Todo induce a creer que esta oración, por su forma y contenido, es mucho más antigua que el contexto literario en el que ahora está incluida” (RAD, 1976, p. 14).

Queiroz, todavia, fundamenta a afirmação de que Dt 26 seria uma redação tardia, comentando:

[...] numa segunda fase se juntou a confissão de fé com a apresentação das primícias, como temos em Dt 26,5-10. Um argumento forte a favor dessa vinculação posterior entre oração e primícias é que no texto mais antigo, Dt 6,21-23, não encontramos a apresentação das primícias, mas sim o contexto de catequese familiar. Também em Js 24,2b-13, onde aparece (sic) os elementos do credo, não há nenhuma referência às primícias (QUEIROZ, 1989, p. 5).

Autores como Mayes ou Weinfeld, ponderam outras possibilidades interpretativas.

Mayes, citando os argumentos de Carmichael e Child, põe em dúvida que Dt 26,5-9 seja um texto antigo. Ele questiona até se os v.v.5-9 podem ser considerados um credo, já que, ao compará-los com outras fontes antigas, Mayes afirma que esses versículos nem o protótipo de escrito antigo conservam. Ele opina que os v.v.5-9 são uma síntese histórica composta para a festa da oferta dos primeiros frutos (MAYES, 1987, p. 333).

Já Weinfeld, que faz um estudo comparativo das orações litúrgicas do deuteronomista, conclui que o texto Dt 26,1-11 refaz velhas fórmulas e as incorpora como uma oração só, mas que não seria uma liturgia antiga (Cf. WEINFELD, 1992, p.34).

Para o estudo proposto parece procedente uma comparação entre Dt 6,20-25 e Dt 26,1-11 e assim tentar confrontar o contexto em que esses credos eram recitados:

Dt 6,20-25

Dt 26,1-11

v.20 Amanhã, quando o teu filho de perguntar: v.1 E acontecerá, quando entrares na terra que

“que são estes testemunhos e estatutos e normas que lahweh nosso Deus vos ordenou?” lahweh, teu Deus, te dá por herança e a possuíres e nela habitares,

v.21 Dirás ao teu filho: “Nós éramos escravos de Faraó no Egito, mas lahweh nos fez sair do Egito com mão forte. v.2 então tomarás o primeiro de todo o fruto do solo que tirares da terra, que lahweh, teu Deus, te dá e porás num cesto e irás ao lugar que lahweh,

v.22 Aos nossos olhos lahweh realizou sinais e prodígios grandes e terríveis contra o Egito, nome. teu Deus, escolher para ali fazer habitar o seu

contra Faraó e toda a sua casa. v.3 E virás ao sacerdote que estará naqueles dias

v.23 Quanto a nós, porém, fez-nos sair de lá para nos introduzir e nos dar a terra que, sob juramento, havia prometido aos nossos pais. e lhe dirás: “declaro hoje a lahweh, teu Deus, que entrei na terra que lahweh, nosso Deus, jurara dar aos nossos pais”.

v.24 lahweh ordenou-nos então cumprir todos estes estatutos, temendo a lahweh nosso Deus, e o porá diante do altar de lahweh, teu Deus.

para que tudo nos corra bem, todos os dias; para dar-nos a vida, como hoje se vê. v.5 E te humilharás diante de lahweh, teu Deus, e dirás: “Meu pai era um arameu errante e desceu

v.25 Esta será a nossa justiça: “quando cuidarmos de pôr em prática todos estes mandamentos diante de lahweh nosso Deus, para o Egito e viveu lá como estrangeiro com pouca gente e ali veio ser uma nação grande, forte e numerosa.

conforme nos ordenou”. v.6 Os egípcios, porém, foram maus e nos humilharam e nos impuseram uma dura escravidão.

v.7 Mas gritamos a lahweh, Deus dos nossos pais, e lahweh ouviu a nossa voz e viu nossa miséria e nosso sofrimento e nossa opressão.

v.8 E lahweh nos fez sair do Egito com mão forte e braço estendido, em meio a grande terror, com sinais e prodígios,

v.9 e nos trouxe a este lugar e nos deu esta terra onde mana leite e mel.

v.10 “E agora eis que trago o primeiro fruto do

solo, que tu me deste lahweh”. E as depositarás diante de lahweh, teu Deus, e te prostrarás.

v.11 Então, te alegrarás por todo o bem que lahweh, teu Deus, deu a ti e à tua casa e ao levita e ao estrangeiro que (está) no teu meio.

Em Dt 6,20-25 percebe-se uma profunda relação familiar e tribal. O texto indica que a relação entre Deus e o povo é direta e a catequese é familiar. A história é apresentada como orientação do chefe ou liderança de família, ao filho. Para Wolff (1992, p. 17),

aqui o credo serve para o ensino e como confissão de fé que é seu objetivo primordial. O credo legitima a legislação do MP Tribal que procura preservar a igualdade entre os camponeses. Aqui fé e história andam juntas.

O texto de Dt 26,1-11, porém, está em um contexto mais amplo e apresenta mais elementos. Supõe-se a existência de um lugar e estrutura cultural: lugar-altar – sacerdote – oferta e conjetura-se uma festa, que possivelmente seja a festa das primícias e da colheita (Ex 13,12-16; KRAMER,1999, p. 239). Wolff (1992, p. 17) referindo-se a Dt 26,1-11 afirma:

aqui o credo serve para arrecadar tributo [...]. O tributo (oferta) ao templo legitima o tributo ao Estado. Paga-se tributo a Javé (templo) pela posse da terra e bênção da colheita e paga-se tributo ao rei pela “proteção de benefícios” que o Estado proporciona. A ideologia, ou idolatria diz que Javé é também o Deus do rei e do Estado.

Mas Wolff vê também uma manifestação de descontentamento no fiel que apresenta a oferta. Enquanto os v.v.1-4 falam do sacerdote e do altar, os v.v.10-11 tratam da oferta feita diretamente a Javé, e não mencionam o sacerdote e o altar. Portanto, existe uma clara diferença entre o conteúdo desses versículos (1-4 e 10-11). Wolff (1992, p. 21) comenta os v.v.10-11 dizendo que neles o camponês insiste em não ter intermediários. Fala da presença de levitas e espaço para os estrangeiros no seu meio. Resumindo, o estudioso faz a seguinte afirmação:

Ressalvando-se os v.v.10.11 onde o camponês insiste em não ter intermediários e continua havendo levitas e espaço para os estrangeiros [...]. E ainda porque os v.v.10.11 dão outra versão da prática da entrega das primícias, mostrando a luta contra os sacerdotes, pois o camponês entrega diretamente a Deus e não se fala do altar [...]. O contexto deixa claro que o credo é falado numa sociedade onde existe luta de classes. Pois, os v.v.1-4 falam de uma prática de fé e os v.v.10.11 contestam esta prática.

Isto vem de encontro com a afirmação, do presente estudo, de que Dt 26,5-11 tem a forma de resistência e conquista da terra, pois o templo era instrumento de dominação e de exploração. Submeter-se ao templo era submeter-se à concentração político-religiosa implantada. “É resistência em meio à opressão. É subversão” (WOLFF, 1992, p. 21).

Assume-se, pois no presente estudo que o texto Dt 26,1-11 é mais tardio e com isso entende-se que é fruto de uma releitura com objetivo específico. Intui-se que o credo apresentado dentro de Dt 26,1-11 vem legitimar a exploração do camponês, pois o templo fazia parte da estrutura estatal de dominação e exploração. Mas, confirma-se que havia grupos de resistência que preservaram palavras, símbolos e sinais que hoje aparecem nas diferentes camadas literárias.

CAPÍTULO IV

ECOS DE RESISTÊNCIA

O conhecimento da Bíblia e de determinados textos facilitam uma maior compreensão dos mesmos e o que quer dizer no momento da leitura. Com o estudo feito até o momento é possível fazer uma melhor ligação da perícopes, objeto de estudo, com o presente, pois a leitura da Bíblia não é para ontem, é para hoje.

A profissão de fé de um povo expressa o que tem de mais profundo para a sua crença. Assim a libertação do Egito, para Israel, é o grande marco de sua história e de sua fé. Kramer comentando Lohfink afirma que o texto estudado (Dt, 26,5-11)

é uma profissão de fé do pai ou mãe israelita, acompanhado de sua família, por ocasião da oferta nas primícias da colheita no santuário central. Este texto foi elaborado por um autor dtr a partir de uma camada literária anterior, Nm 20,14-21, especialmente 20,15-16. Esta passagem Nm 20,15-16, é, para ele o resumo mais antigo da história de Israel que nós possuímos, ela se estriba nas fontes literárias do Pt e as resume, destacando como idéias centrais a miséria e a libertação dela por obra de JHWH (KRAMER, 1999, p. 239).

Pode-se afirmar que o credo está colocado num contexto litúrgico, mas o seu sentido vai além. O Deus a ser professado tem uma história toda especial, tirou o povo de Israel do Egito para romper com sua condição de pobreza. A idéia central é rompimento com a miséria dos filhos de Israel e o advento de libertação. “E nos fez

entrar neste lugar e deu para nós esta terra, uma terra que mana leite e mel” (Dt 26,9). Kramer (1999, p. 243) citando N. Lohfink afirma: “esta expressão é conhecida, segundo N. Lohfink, em toda parte do antigo Oriente Médio e significava o alimento elísio dos deuses e como tal alude à plenitude paradisíaca”. Portanto, a liberdade proporcionada e a posse da terra criam uma condição paradisíaca. A terra em que corre leite e mel é dádiva de Javé para a felicidade dos que a conquistam.

O estudo da estrutura literária sustenta que há uma teologia de libertação. Deus ouviu o clamor do povo pobre, escravo e estrangeiro e o fez sair para uma condição sem escravidão. A liberdade, para ser plena, necessitou da posse da terra (Ex 3,7-10). A condição adquirida ultrapassa a expressão livre. Para viver novas relações, ela supõe um processo e, por conseguinte, um resultado, neste caso, a terra. Para Idígoras (1983, p. 254-5),

Mais do que de liberdade, deve-se falar de processo de libertação, pelo qual o homem procura alcançar um desenvolvimento social e político no qual todos os cidadãos participam justamente dos bens da sociedade e da direção dos assuntos comuns. Neste sentido, se diz que não há liberdade econômica ou política quando alguns poucos açambarcam os bens ou o poder, que seriam de todos. E o mesmo se pode dizer em relação à possibilidade de reunião e associação dos cidadãos.

Algumas palavras talvez não se aplicariam ao tempo e contexto do texto, mas a posição de Idígoras ajuda a entender que liberdade desemboca numa nova condição. Tal condição, com relação à terra, pressupõe a compreensão “que a terra é um dom de Deus, dom que Deus fez para todos os seres humanos, homens e mulheres. Ele os quer reunidos em uma só família e relacionados uns com os outros em espírito fraterno” (IDÍGORAS, 1983, p. 508).

Neste sentido é possível dizer que a libertação e posse da terra é ação de Deus e dos homens e das mulheres.

O texto que serve de base para o presente estudo (Dt 26,5-11), diz que o povo errante e oprimido clamou e Deus ouviu o seu clamor. Os v.v.8.9 afirmam que “e nos fez sair [...]. E nos fez entrar...”. Com isso, percebe-se que em Êxodo e Deuteronômio, Deus salva o seu povo dando-lhe terra. Esse é um tema forte nestes livros.

E nos trouxe a este lugar e nos deu esta terra onde mana leite e mel. Então, te alegrarás por todo o bem que lahweh, teu Deus, deu a ti e à tua casa e ao levita e ao estrangeiro que (está) no teu meio (Dt 26,9.11).

Toda a interpretação parte do livro do Êxodo. Sobretudo olhando o centro do texto, aí se descobre a forte fundamentação na ação libertadora (Dt 26,5-9; Ex 3,7-10). Pois, “Deus se revela ao povo como libertador” (SOUZA, 1983, p. 22). Storniolo (1986, p. 19) faz o seguinte comentário:

O livro do Êxodo mostra que a ação libertadora de lahweh foi a resposta à aspiração do povo, que clamava pela liberdade (Ex 2,23-35; 3,7-8; 6,5-8). Daqui apreendemos que o Deus libertador não impõe e nem dá a liberdade, mas espera e só age quando o Homem clama por libertação, dando eficácia à aspiração do Homem [...]. Daqui concluímos que Deus dá a Terra, mas não dispensa o Homem; pelo contrário, ele dá somente se o Homem se dispõe a conquistá-la. Em outras palavras, Deus age dando eficácia ao esforço de conquistar. É o que diz em Pr 21,32: “O cavalo prepara-se para o dia da batalha, mas a vitória vem de lahweh” (Sl 20,8; 147,10s; Os 1,7).

Para o estudioso citado, mesmo a luta pela terra tendo que começar pelo próprio homem, ele tem um aliado fiel, Deus. Isto mostra que a prática religiosa pode ser motivadora.

As colocações de Storniolo esclarecem as posições que foram apresentadas desde o início, a religião pode motivar a conquista e resistência na terra. Com Idígoras (1983, p. 508), é possível afirmar: a terra é dom da divindade, dom que a divindade fez para todos os seres humanos, homens e mulheres e o restante dos seres vivos. Ela (a divindade) os quer reunidos em uma só família e relacionados uns com os outros em espírito fraterno. A terra foi posta pela divindade à disposição dos homens e demais seres vivos para que pudessem racionalmente gerenciá-la. A terra é dos homens, porque aos homens Deus a confiou e por seu trabalho a dominam para o bem do conjunto dos seres vivos³⁷.

Queiroz (1989, p. 2) afirma que “o que dá unidade a Israel é a fé em Javé que escuta o clamor e liberta os escravos do Egito, dando-lhes a terra. É isso que encontramos no credo Histórico de Israel”. Os povos que entraram na terra e os outros que se juntaram aos chegantes, fizeram da história do grupo libertado do Egito a sua história. Portanto, na época tribal, ou na monarquia, o credo professado pelos grupos de resistência significava a certeza da ação do Deus dos pais em tempos passados e no presente. O marco fundamental desta ação é a libertação

³⁷ Acredita-se que a citação a seguir favoreça a compreensão quando se trata de um texto bíblico. A primeira página da Bíblia narra a criação do mundo e da pessoa humana: “Deus criou o homem à sua imagem: à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou” (Gn 1,27). Palavras solenes exprimem a tarefa que lhes confia: “sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra; sujeitai-a e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves do céu e sobre todos os seres vivos que movem sobre a terra” (Gn 1,28).

A primeira tarefa que Deus lhes atribui – trata-se, evidentemente, de uma tarefa fundamental – refere-se à atitude que devem assumir em relação à terra e a todas as criaturas. “Sujeitar” e “dominar” são verbos que podem ser facilmente mal-entendidos e podem até parecer uma justificação para aquele domínio despótico e prepotente, que não se importa com a terra e os frutos, mas estraga-os para vantagem própria. Na realidade, ‘sujeitar’ e ‘dominar’ são verbos que, na linguagem bíblica, servem para todos os seus súditos (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 1998, p. 27).

concretizada na posse da terra. Por isso, a terra é dom de Deus que salva o seu povo (STORNILOLO, 1986, p. 18).

A experiência passada era muito significativa, não podia ser perdida pois a ação salvífica do passado podia se tornar sempre atual. As lutas contra os invasores e contra as posições centralizadoras da monarquia e da religião eram para preservar a bênção, a terra e Israel não podia se deixar levar pela tentação do culto dos cananeus (LOPEZ, 1992, p. 68). Era muito fácil absorver a prática religiosa e não fazer uma prática que vivenciasse o Deus dos pais. Pois

os israelitas sofriam a tentação da religião da natureza dos cananeus: Para estes, era Baal – deus da natureza – quem dava fecundidade à terra. O autor do Deuteronômio, a exemplo de Oséias, pretende exatamente mostrar a Israel que o Senhor que dá essa fecundidade, porque intervém na História (versículos 5–10) para conduzir seus fiéis à felicidade (EVANGILE ET VIE, 1980, p. 99-100).

A fé de Israel é muito mais do que sacrifício, oferta. A crença no Deus dos pais, tem conseqüências na vida do povo fiel. Assim, Javé realizara muitas manifestações em prol do seu povo e dá a fecundidade à história, Ele tem capacidade de transformá-la e já mostrou isso. Pois, a um povo errante, estrangeiro, oprimido e que gritou, Deus ouviu e fez sair da escravidão e entrar na terra (Dt 26,5-11; Ex 3,7-10). A miséria se transformou e o povo pobre teve o que oferecer, mas a oferta foi e é sinal de resistência e de luta pela conquista permanente da terra, uma vez que a terra conquistada deve gerar a alegria para a casa.

O autor do Deuteronômio retomou a experiência libertadora de Deus no passado e enxertou a identificação de Javé nas festividades da colheita. Essa identificação era a profissão de fé do povo, pois Javé é o Deus dos pais. Para saber

quem é Ele, bastava olhar a vida a passada e presente. Os autores deram novo endereço à oferta que não era mais a Baal, mas a Javé. Para o Deuteronômio,

a recordação de sua situação no Egito e do que o Senhor fez por ele, deve agora levar o povo de Deus a se portar de certo modo em relação às classes sociais miseráveis [...]. O ideal era que os frutos do solo fossem suficientes para todos; que todo o povo de Deus usufrísse desse Dom maravilhoso do Senhor (LOPEZ, 1992, p. 70).

A alegria e a felicidade serão conseqüências das ações de Javé e frutos do compromisso da oferta dos produtos da terra. As realizações do Deus dos pais estavam guardadas e sonhadas pelo povo e a memória convidava à fidelidade à Lei na terra. Mas a monarquia permitia o culto a Baal e a existência das práticas dos faraós do Egito, a exclusão e a escravidão.

Na terra da promessa estavam se repetindo os desmandos da terra da escravidão. A oferta ao Deus dos pais tornava presente a ação libertadora e oferecer as primícias a Javé, com o credo, era alegria para todos da casa. O povo na terra não podia voltar a experimentar opressão e escravidão.

Os nativos tiveram que realizar a resistência pois se não tivessem empreendido a resistência, o extermínio teria sido mais rápido e total. Os negros resistiram e se firmaram com as suas divindades e tradições de relação com a terra, daí nasceram os quilombos e grupos de resistência e conquista da terra. O grupo de Canudos se pautava pela fé cristã e certeza de construção do Reino, isso os motivou à tentativa de construir uma sociedade alternativa a dos coronéis da república.

Os trabalhadores, hoje, e todos os que acreditam na luta pela terra, motivados pela fé, sabem que este é desejo da divindade, seja ela qual for. Dinho e Elício assim cantam em *Romaria da Terra*³⁸.

A terra é sagrada, /
 feita por nosso Senhor. /
 Ele fez e deu ao homem /
 e também nos ensinou /
 que é nela que vivemos /
 e ela a abençoou. /
 É tão linda a natureza, /
 é obra do Criador. /
 Deus fez a plantação: /
 foi assim que começou. /

Esta terra sagrada deve ser luta e desejo da humanidade, aí está a resistência e conquista da terra. As mesmas são conjuntas, pois o mesmo cântico tem uma estrofe que diz:

Amigo trabalhador, /
 veja a nossa situação: /
 Nós queremos trabalhar /
 e não temos condição /
 a terra que era nossa, /
 hoje é toda do patrão; /
 Desemprego na cidade, /
 virou uma maldição. /
 Precisamos resistir /

³⁸ Este e outros cânticos foram retirados de folhetos de celebrações populares.

e nós vamos conseguir, /

pôr a terra em nossas mãos

(CÂNTICO ROMARIA DE DINHO E ELÍCIO).

A motivação está na primeira estrofe. Afirma-se que a religião é força motivadora pois, para o fiel que luta, Deus é o aliado que dá eficácia ao que busca conquistar (WEILER, 1988, p. 398). Em um assentamento no município de Jataí, interior de Goiás, uma senhora dizia: “Foi por Deus que conquistamos esta terra e, por Ele, aqui vamos viver”.

Para os fiéis e resistentes hoje, os referidos versículos (Dt 26,5-11) podem ser motivadores para a luta e resistência na terra ainda nos dias de hoje. Pois, a certeza do que Deus fez por Israel fortalece a confiança para que as pessoas invoquem e contem com a sua ação. O Deus que libertou Israel e deu a terra, liberta e dá a terra hoje. É neste sentido que Zé Coelho, de Goiânia, compôs e canta *Terra de Libertação*:

Foi Deus que criou o mundo – Fez tudo com perfeição

E prometeu uma terra - Pra nosso Pai Abraão

Pra que sua descendência - Tivesse libertação.

A terra é dom de Deus – É também a nossa vida

É na terra que plantamos – Pra tirar nossa comida

Como cristãos lutamos – pela terra prometida.

Hoje o povo está sofrendo – Sem terra e sem liberdade

Sem o pão de cada dia – Está jogado na cidade

Sofrendo tanta injustiça – Na maior dificuldade.

Sindicato é nosso órgão – De defesa e liberdade
 Das CEBs nós precisamos – Pra vos buscar a verdade
 E mostrar pra todo mundo – A triste realidade.

A Palavra do Senhor convida o povo a lutar/
 é preciso unir as forças, para a terra conquistar/
 com Deus junto, companheiros,
 ninguém vai nos segurar.

As pessoas contrárias à concentração político religiosa mantinham a resistência e a conquista da terra em uma dimensão de fé, também hoje isso acontece. A música do Zé Coelho mostra claro que para o fiel da luta, a terra é promessa e dádiva de Deus e ainda que o mundo não está como Deus quer, mas tudo vai ser diferente, a situação vai mudar, na união com Deus e os companheiros.

O poeta popular, Zé Vicente, consegue musicar a identificação, a resistência e a esperança para a alegria. Ele compôs o “Baião das Comunidades”, que é um grande convite a todos para a luta e resistência, pois para as comunidades, a possível construção de algo diferente se dá a partindo da união e do amor.

SOMOS GENTE NOVA VIVENDO A UNIÃO
 SOMOS POVO SEMENTE DE UMA NOVA NAÇÃO, Ê, Ê, ...
 SOMOS GENTE NOVA VIVENDO O AMOR,
 SOMOS COMUNIDADE, POVO DO SENHOR, Ê, Ê, ...
 Vou convidar os meus / Irmãos trabalhadores:
 Operários, lavradores, / Biscateiros e outros mais.
 E juntos vamos celebrar a confiança, / Nessa luta de esperança
 De ter terra, pão e paz, ê, ê
 Refrão:

Vou convidar os índios / Que ainda existem,
 As tribos que ainda insistem / No direito de viver.
 E juntos vamos, / Reunidos na memória,
 Celebrar uma vitória / Que vai ter que acontecer, ê, ê
 Refrão:
 Convido os negros, / Irmãos no sangue e na sina;
 Seu gingado nos ensina / A dança da redenção.
 De braços dados, / No terreiro da irmandade,
 Vamos sambar de verdade, / Enquanto chega a razão, ê, ê
 Refrão:
 Vou convidar, / Oneide, Rosa, Ana Maria;
 A mulher que, noite e dia, / Luta e faz nascer o amor.
 E reunidos no altar da liberdade, / Vamos cantar de verdade,
 Vamos pisar sobre a dor, ê, ê
 Refrão:
 Vou convidar a / criançada e a juventude,
 Tocadores, me ajudem, / vamos cantar por aí.
 O nosso canto vai / encher todo o país,
 Velho vai cantar feliz, / quem chorou vai ter que rir, ê, ê
 Refrão:
 Desempregados, / pescadores, desprezados / e os marginalizados,
 Venham todos se juntar à nossa marcha / pra nova sociedade.
 Quem nos ama de verdade / pode vir, tem um lugar, ê, ê.
 Refrão:

Esse cântico é cantado pelas comunidades que, apesar dos sofrimentos, convidam todos para a construção de um mundo melhor. João Paulo II, no ano de 1979, no México, falou que este compromisso é também dos homens do governo e dos grandes proprietários. Referindo-se à questão agrária ele diz:

A vós, responsáveis dos povos, a vós, a classe no poder, que às vezes mantendes improdutivas as terras e escondeis o pão às famílias a que ele falta, a consciência humana, a consciência dos povos, o grito dos pobres abandonados, e, sobretudo, a voz de Deus, a voz da Igreja repetem comigo: não é justo, não é humano, não é cristão continuar com certas situações claramente injustas. É necessário pôr em prática medidas concretas, eficazes, a nível local, nacional e internacional segundo as amplas linhas traçadas pela encíclica “Mater et magistra”. E é claro que quem mais deve colaborar para isto é quem tem mais poder (PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 1998, p. 37).

Guardadas as proporções e as diferenças de espaço e mentalidade é possível dizer que o cântico e a exortação de João Paulo II são convites a uma nova situação; é o sonho do Êxodo que se torna presente na teologia do Deuteronomio. A resistência diante do processo concentração da terra (FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 2001; WEILER, 1988, p. 399) e exclusão social se deve à certeza das realizações do passado e do presente. O povo não pode esquecer as ações do Deus dos pais que é atencioso, assim a vida na Aliança com Javé gera graça na terra. Nessa terra a alegria e a prosperidade acontecem na fidelidade à Lei da Aliança. A infidelidade gera a desgraça que é a perda da vida na terra (STORNILO; BALANCIN, 1987, p. 45-6).

Partindo daí, na terra fruto de resistência, conquista e dádiva de Deus não há espaço para sistema de exploração (Dt 26,5-11; WOLFF,1992, p. 16-21). Ela gera novas relações e condições de alegria e as comunidades cantam o “Axé” na certeza de encontrar o espírito de sonho e resistência a uma sociedade que exclui e é injusta.

IRÁ CHEGAR UM NOVO DIA / UM NOVO CÉU /

UMA NOVA TERRA / UM NOVO MAR /

E NESTE DIA OS OPRIMIDOS /

NUMA SÓ VOZ A LIBERDADE IRÃO CANTAR!

Na nova terra, o negro não vai ter corrente,

E o nosso índio vai ser visto como gente.

Na nova terra o negro, o índio e o mulato,

O branco e todos vão comer no mesmo prato.

Refrão:

Esse cântico reafirma o sonho de ver conquistada uma nova terra, a terra da promessa. Ela é fruto da dádiva de Javé, da conquista dos seus e a alegria atinge os seus conquistadores. Na nova terra não há espaço para exploração e exclusão, muito menos para desânimo mesmo em situação de possíveis derrotas, o sonho deve continuar.

Quando aconteceu a reforma, os grupos da resistência tinham pouco alento pois haviam sofrido muito. A violência de Manassés e a forte ideologia da reforma, não impediram que tais grupos sonhassem a partir das experiências passadas, com novas e atuais ações do Deus dos pais. Hoje, existem muitas situações que parecem não deixar outra saída a não ser a derrota e a inviabilidade do sonho, mas os trabalhadores sabem que uma mudança é possível. Deus quer e algo mais depende da luta e desejo dos construtores da história, dos homens e das mulheres de hoje.

Em um encontro de preparação ao plebiscito contra a ALCA, um assessor afirmou:

Mesmo em condições de derrota, as pessoas devem continuar sonhando. A derrota não mata o guerreiro. O poeta é aquele que pensa mais profundo, pois mesmo no meio de uma desgraça, ele sonha e fala de maneira agradável e que induz à alimentação do sonho.

Por isso, é importante ficar claro que os personagens das histórias de ontem e de hoje se defrontam em situações que parecem sinalizar derrotas. O capital continua sendo centralizado, as terras estão nas mãos de poucos e a religião parece estar distante ou até abençoando tudo isso, mas é fundamental uma visão histórica e de fé. A visão histórica vai mostrar que está presente a resistência por conquista de terra e vida e a fé garante a resistência e a fidelidade no caminho da justiça. O MST tem a seguinte Oração para a Marcha:

Oh, Deus da vida
Acompanhai os nossos passos
Ao longo desta marcha
Dai-nos resistência
Para trilharmos as sendas da justiça.
Dai-nos a coragem necessária
Para enfrentar todos os limites.
Amém (MST, 2000, p. 147).

Os nativos lutavam sem maiores condições de defesa frente aos europeus que usavam as armas e a religião. Eles se empenhavam em lutar pela terra e liberdade, tendo sempre uma motivação religiosa. Os negros africanos buscaram seus direitos. Viram a necessidade de constituírem um espaço para as relações que possibilitariam o retorno da harmonia. Neste espaço, havia lugar para o índio, o negro e outros pobres que se colocavam contra o regime europeu. A crença nos deuses de origem fortalecia a necessidade desse lugar e dessa convivência. Em Canudos, Conselheiro e os seus começaram um estilo de vida contrário ao implantado pelo Império e pelos coronéis. Tinham certeza: “estavam com a lei de Deus e não do cão”, a partilha e o sonho eram possíveis e, até certo ponto, aconteciam.

A CPT nasce como consequência dos anseios e das lutas dos trabalhadores e da sensibilidade de parte do episcopado diante da opressão.

“A CPT foi um dos organismos criados para defender as pessoas da crueldade da ditadura e abrir caminhos no sentido da derrota desse sistema que fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais” (CANUTO; POLETTTO, 2002, p. 14).

As Igrejas, mais comprometidas, se vêem interpeladas a uma postura de apoio às lutas nascidas da concentração de terra e de capital, na história do Brasil. Canuto e Poletto (2002, p. 19) referindo-se aos bispos que propiciaram o surgimento da CPT, afirmam:

É mais verdadeiro afirmar que os bispos que provocaram a CNBB a patrocinar o encontro em que nasceu a CPT agiram motivados, às vezes provocados, e até empurrados por outros agentes pastorais, fossem cristãos e cristãs das comunidades, fossem religiosas (as) ou presbíteros. Em segundo lugar, esses agentes também foram provocados pelos gritos, silenciosos, abafados, mas profundos e doloridos, do próprio povo.

A concentração da terra³⁹ e renda no país é repugnante. Daí é impossível ter fé no Deus dos pais e não ter uma postura de mudança. A fé, na sua realidade mais profunda, deve ser grande motivação para mudança. Souza diz (1983, p. 22):

³⁹ O Fórum Nacional Pela Reforma Agrária E Justiça No Campo existe desde 1995 com o objetivo de contribuir para a articulação das ações desenvolvidas pelas várias entidades que apóiam a reforma agrária. Segundo o Fórum Nacional Pela Reforma Agrária E Justiça No Campo (p. 5), “uma breve análise da estrutura agrária brasileira mostra que existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no país que ocupam uma área de 331.364.012 há. Desse total, os minifúndios representam 62,2% dos imóveis, ocupando 7,9% da área total. No outro extremo verifica-se que 2,8% dos imóveis são latifúndios que ocupam 56,7% da área total.” Entre outros o Fórum reúne: ABRA – APR – CAPOIB –

- 1°. Que Deus se revela ao povo como libertador. “Eu sou Javé, por isso vos libertei” (Ex 6,2s).
- 2°. Que a luta de libertação começa quando a gente toma consciência de que está oprimido, e que essa situação é injusta e não deve ser aceita (Ex 3).
- 3°. Que é impossível seguir o povo, e participar da luta dos oprimidos, sem se desligar e romper com os opressores.

A centralização político-religiosa tirava a liberdade, anulava as conquistas e podia levar ao esquecimento das ações coletivas e divinas do passado.

A leitura de Dt 26,5-11 foi oportuna para aquele tempo e é para o tempo de hoje. O mundo globalizado se volta para o mercado que cria em torno de si uma forma de prática religiosa idolátrica com seu deus, seu culto, seus ritos, suas leis. Dentro desta realidade, a leitura e o estudo de Dt 26,5-11 com certeza, ajudam perceber qual é a religião verdadeira e qual o seu papel, além de ser uma crença. Será motivação para resistir e conquistar um mundo melhor, uma nova terra para novas relações. Terra onde as minorias sejam respeitadas e valorizadas, onde não haja domínio sobre o sagrado e se fale diretamente com o divino e a alegria seja para todos.

O texto em questão é fruto de um longo processo histórico e a sua composição final deu-se num tempo de tentativa de concentração político-religiosa. A intenção dos reformadores monárquicos, na época, com este e outros, era tirar o caráter transformador da fé, justificando o templo, a monarquia e os tributos (WOLFF, 1992, p. 16-21). Mas no meio ou nas entrelinhas transparece a luta e a resistência dos pobres.

Isto fortalece a esperança e a necessidade de ler a atualidade de maneira inversa ao proposto pelas elites. Assim como, a história não devia ser como os reformadores josiânicos queriam, a globalização não deve ser como o mercado quer. É possível fazer um outro discurso e prática: o da solidariedade global e é fundamental não esquecer a experiência originária, o mesmo Deus que agiu no passado, é capaz de reverter a história atual (Dt 26,5-11; WOLFF, 1992, p. 21).

Apesar de tudo querer parecer tão tranquilo, é oportuno ler (Dt 26,5-11) e cantar o “Baião das Comunidades”. Que a memória feita nas celebrações e festas populares, possibilite ecoar a certeza da alegria, fruto da resistência e conquista da terra.

CONCLUSÃO

O serviço junto às comunidades anima a luta e motiva a busca de conhecimentos sistematizados. Percebe-se com alegria que muitos agentes de pastoral, militantes em movimentos populares, pessoas engajadas nas lutas sociais, estão sentindo a necessidade de ampliar seus conhecimentos e sistematizá-los, convencidos de que a luta não dá para ser levada somente na base da boa vontade e da fé. Os conhecimentos acadêmicos são importantes, pois enriquecem experiências e aquisições anteriores, como estas em relação à academia.

O trabalho e o estudo bíblico privilegiam a busca de conhecimento e engajamento na realidade. A Palavra anima a luta e fortalece o serviço e estudo direto com o povo. Mas tem se percebido a importância do conhecimento acadêmico para contribuir com mais eficiência na resistência e luta popular.

O presente estudo foi fruto deste longo processo. Muito trabalho com a Bíblia junto às comunidades e descobertas de como o povo em busca da terra lê e vê a Palavra de Deus. Para os lavradores, a terra, que é promessa de Deus, foi e é usurpada por alguns. Não se pode esquecer que a luta pela terra é também busca de melhores condições de vida, tanto para homens e mulheres que estão no campo como para muitos e muitas que foram levados e levadas para as cidades, pois

uma grande parte de lavradores migrou para as grandes cidades a procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições sub humanas nas favelas, invasões e alagados, e loteamentos, cortiços e

nas senzalas modernas dos canteiros de obra da construção civil (CNBB, 1980, p.10).

Guimarães (1997, p. 141) diz isso usando as seguintes palavras:

O Brasil, antes de 70, tinha 2/3 da população no campo e agora tem 80% nas cidades, que estão crescendo, inchando mais do que as administrações têm possibilidades de ajudar no desenvolvimento, gerando mil e um problemas [...]. A cada dia aumenta o êxodo rural e a concentração em bolsões de miséria nas periferias das grandes cidades.

Esta realidade é profundamente sentida pelos leitores da Bíblia. Ela é o meio e a motivação para as lutas do dia-a-dia. Pode-se dizer que o povo se lê e se vê na Bíblia. O texto base para o 8º Encontro das CEBs⁴⁰ (1992, p. 93) diz assim:

O povo está descobrindo que a Palavra de Deus está não só na Bíblia, mas também na vida. “Deus fala, hoje misturado nas coisas!”
Descobre que o objeto principal do uso e da leitura da Bíblia não é interpretar a Bíblia, mas sim interpretar a vida com a ajuda da luz que vem da Bíblia.
[...] A Bíblia aparece como um espelho daquilo que hoje vivemos: “É que nem hoje!”
A partir desta ligação entre Bíblia e a vida, os pobres fazem uma descoberta, a maior de todas: “Se Deus esteve com aquele povo no passado, então Ele está também conosco nesta luta que fazemos para nos libertar. Ele escuta o nosso clamor”.

A grande luta de muitos que estão nas cidades ou nos acampamentos é por um pedaço de terra, pois ela representa uma possibilidade de sobrevivência. É muito comum a expressão: a cidade é uma prisão para quem é da roça. A liberdade só será possível voltando para o campo. Assim, a Palavra é um instrumento de motivação para efetivar esta volta.

⁴⁰ O VIII Encontro das CEBs aconteceu em Santa Maria, RS, em 1992. O tema foi: Culturas Oprimidas e Nova Evangelização na América Latina.

São importantes as palavras de Marcelo Barros em um programa de televisão⁴¹. Falando de qual seria o contributo da Igreja para o novo milênio, ele dizia o seguinte: “qualquer grupo religioso para responder à sua finalidade de ser terá que contribuir para que a vida seja melhor”. Portanto, faz parte da religião, o compromisso com melhores condições de vida para um número maior de seres vivos. Em outras palavras, a prática religiosa do grupo deve ir de encontro “à sua profissão de fé”.

A luta dos nativos tinha motivação religiosa, a dos negros era a busca da harmonia com o Criador e com a vida dos antepassados. Em Canudos havia a preocupação de sempre fazer valer a lei de Deus e não a do cão. A lei de Deus sustentaria a conquista e resistência, já a do cão destruiria as conquistas alcançadas. E ainda tanto a CPT quanto o MST, de certa maneira, têm a preocupação de manter e desenvolver a mística no seu trabalho. Nivaldo⁴², um militante do MST, afirma que “se o movimento perder a mística, vai perder muitos dos seus militantes. A gente percebe que, para eles existe algo que faz buscar e acreditar na luta. O movimento não é determinado pela vivência de fé. Mas esta é uma boa alavanca”.

O estudo do texto (Dt 26,5-11) foi importante, pois o seu contexto é de uma época centralizadora, onde havia uma forte ideologia para justificar a centralização. Mas Dt 26,5-11 manifesta uma forte reação contra tal fechamento. O fiel resistente celebrando a festa das primícias (Dt 26,1-11), encontra a forma de expressar seu

⁴¹ O programa tinha o nome de “Carta Aberta”. Foi apresentado no dia 17/10/99. Era apresentado na Televisão Brasil Central aos domingos às 16 horas. O tema foi “Como Tornar o ano 2000 uma Primavera de Amor”.

⁴² Nivaldo é natural do município de Monte Carmelo (MG) e morou por mais de cinco anos na periferia da grande Goiânia, no bairro Independência das Nações, município de Aparecida de Goiânia. Atualmente está em um assentamento no município de Goianésia.

descontentamento; aquela realidade não é a desejada por ele e nem a realizada pelo Deus dos pais (v.v. 5b-9). O Estado não venceu totalmente (v.v. 10-11; WOLFF, 1992, p. 21).

O estudo procurou mostrar que:

- os fiéis resistentes que leram ou releram este texto, apesar de toda a adversidade, acreditavam no Deus dos pais.
- Deus libertou e liberta da opressão para conceder a alegria para todos.
- Razão nenhuma era motivo para repetir na terra, dádiva do Deus dos pais, os desmandos da terra da escravidão, o Egito.
- Na relação direta com o Deus dos pais, a inclusão de todos é fundamental e sua base está no livro do Êxodo.
- E o referido texto é motivação para a resistência e conquista da terra hoje.

Assim, é necessário dizer que a opção religiosa de um povo vai junto com suas opções de sua vida. Ter optado pelo Libertador da escravidão era resistir a qualquer situação que repetisse a vida anterior. A profissão de fé (Dt 26,5b-9) determinaria o estilo de vida a ser promovido.

A liberdade conquistada é estado que afeta a todos, é o uso e usufruto do dom de Deus (IDÍGORAS, 1983, p. 254-255; 508). Em um tempo e espaço onde a terra e a renda estão sofrendo a maior concentração e (FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 2001, p. 5), as instituições religiosas parecem desconhecer a realidade e a urgência de optar pela construção de uma sociedade de inclusão, o grito de resistência e por terra continua ecoando.

A leitura e a releitura de Dt 26,5-11 e o cantar de cânticos, como o *Baião das Comunidades*, alimentam a esperança de que o grande sonho se torne realidade. É

possível uma nova sociedade onde haja lugar para o levita, o estrangeiro e a estrangeira, assim como para todo excluído e toda excluída dos dias atuais.

A religião e a religiosidade terão sentido se, na resistência e conquista da terra, estiverem a serviço da vida na alegria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA TEB. São Paulo: Loyola, 1995.

ALMANAQUE ABRIL. Edição especial 500 anos de história e cultura. São Paulo: 26^a ed., Abril, 2000.

ALT, Albrecht. *Terra prometida: ensaios sobre a história do povo de Israel*. Tradução de Haroldo Reimer. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

AMADO, Wolmir Therezio. A igreja e a questão agrária no Brasil. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.28, p. 71-82, nov. 1997.

ANDERSON, Ana Flora: GORGULHO, Frei Gilberto. *A justiça dos pobres*. 2^a ed. São Paulo: Paulinas, 1981.

ARENHOEVEL, Diego. *Assim se formou a Bíblia: para você entender o Antigo Testamento*. 3^a ed. São Paulo: Paulinas, 1978.

AZEREDO, Walmor Oliveira de. Êxodo como paradigma para a compreensão da Bíblia na América Latina. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, n.31, p. 19-44, abr./jun. 2000.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. *Kalunga: povo da terra*. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.

BETTO. *Para uma melhor distribuição da terra: o desafio da reforma agrária*. São Paulo: Loyola; Goiânia: CPT, 1998.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1981.

BÍBLIA HEBRAICA. Stuttgartensia: Deutsche Bibelgesellschaft, 1977.

BÍBLIA SAGRADA EDIÇÃO PASTORAL. São Paulo: Paulinas, 1990.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

- BORN, A. Den. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. Tradução de Frei Frederico Vier. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 386; 755-756; 967-970; 976-985; 1226; 1427-1429.
- BRANDÃO, Carlos. Cultura, cultura, culturas, natureza. *Agenda Latino Americana – Mundial 2002*, São Paulo: Loyola, 2001.
- BRIGHT, J. *História de Israel*. Tradução de José Carlos Fernandes. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BRUEGGEMANN, Walter; WOLFF, Hans Walter. *O dinamismo das tradições do Antigo Testamento*. Tradução de Getúlio Bartelli. São Paulo: Paulinas, 1984.
- BUIS, Pierre. *Le Deutéronome*. Paris: Beauchesne, 1969.
- CANUTO, Antônio; POLETTO, Ivo. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da comissão pastoral da terra*. São Paulo: Loyola, 2002.
- CARNIATO, Maria Inês. *A religião no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- CAZELLES, Henri. *História política de Israel desde as origens até Alexandre*. Tradução de Cácio Gomes. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1986.
- CEHILA. *Um povo sem rosto*. São Paulo: Paulinas, 1992. Série Caminhos de Escravidão, n. 3.
- CHOURAQUI, André. *A Bíblia – Palavras (Deuteronômio)*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- CIMI. *Outros 500 construindo uma nova história*. São Paulo: Salesiana, 2001.
- CLEMENTS, R. E. (Org). *O mundo do Antigo Israel: perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas*. São Paulo: Paulus, 1995.
- CNBB. *Igreja e os problemas da terra*. Itaiaci: texto provisório, 1980.
- CNBB. *Por uma terra sem males. Manual da Campanha da Fraternidade 2002*. São Paulo: Salesiana, 2001.

COMBRIM, José. *Viver na cidade: pistas para a pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 1997.

COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1994.

CPT. *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

CRB. *A leitura profética da história*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Conteúdo parcial; Canudos: um mergulho nos Sertões/ Ricardo Oiticica; Rio de Janeiro: Record, 1998.

CURY, Mário Jorge. Dinâmicas no campo religioso gerador de tensões sociais: funções sociais da religião. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, n. 32, p. 79-119, jul./set. 2000.

DIOCESE DE JUAZEIRO. *Antônio Conselheiro luta pela terra no nordeste – ano do Centenário de Canudos – 1893-1993*. Paulo Afonso: Fonte Viva; Fundação Aloysio Penna, 1993.

DOCUMENTO FINAL DO VI ENCONTRO DE CEBs. *“Povo de Deus em busca da terra prometida”*. Trindade, 1986.

DREHER, Carlos Artur. As tradições do Êxodo e do Sinai. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n.16, p. 52-68, 1988.

DUARTE, Élio Garcia. Formação fundiária no Brasil: cinco séculos de latifúndio. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 28, p. 9-30, nov. 1997.

_____. Movimentos de resistência camponesa organizada no Brasil. *Fragmentos de Cultura*. Goiânia, v.28, p. 49-70, nov. 1997.

ENCICLOPÉDIAS. V1, A-I, São Paulo, p. 39, 1996. Encarte da Folha de São Paulo mar./dez. 1996.

EVANGELE ET VIE. Antigo Testamento: In:_____. *Iniciação à Bíblia: para você estudar o Antigo Testamento*. Tradução de José Fernandes, José Carlos Barcellos, Ivo Storniolo. São Paulo: Paulinas, 1980, v. 1.

FACÓ, Rui G. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 289.429.

FIORENZA, Elisabeth Schuessler. Exemplificação do método exegético. In:_____. SCHREINER, J. (Ed). *Palavra e mensagem*. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1978, p. 497-526.

FOHRER, G.; SELLIN, E. *Introdução ao Antigo Testamento*. Tradução de D. Mateus Rocha. São Paulo: Paulinas, 1978. v. 1.

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO – Folheto de Informações, 2001.

FREITAS, Ernyr A.G. *O assentamento Mosquito: um registro para a história da Reforma Agrária em Goiás*. Dissertação (Mestrado) UFG, Goiânia: 1994.

FREITAS, Mário Martins. *Reino negro de Palmares*. Rio de Janeiro: Tallent's, 1988.

GALLAZZI, Sandro; RIZZANTE, Ana Maria. Uma espiritualidade para a CPT. In:_____. VVAA. *Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão pastoral da Terra*. São Paulo: Loyola, 2002.

GEERTS, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: (?), 1989.

GIACCARIA, Batolomeo. *Xavante ano 2000: reflexões pedagógicas e antropológicas*. Campo Grande: UCDB, 2000.

GOTTWALD, Norman K. *The Bible and liberation: political and social hermeneutics*. New York: Orbis Books, 1983.

- _____. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. Tradução de Anacleto Alvarez. São Paulo: Paulinas, 1988.
- GRUEN, W. *O tempo que se chama hoje: uma introdução ao Antigo Testamento*. 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 1983.
- GUIMARÃES, H. de Brito. O grilo em Goiás: história, seus métodos e sua derrota. *Revista de Direito*, Goiânia, n.9, p. 222-231, 1973.
- GUIMARÃES, Pedro Wilson. *Direitos humanos no terceiro milênio*. Brasília: CDI, 1998.
- _____. *A desafiante realidade brasileira e a construção de alternativas viáveis para a vivência da cidadania*. Brasília: CDI, 1997.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Tradução de Jorge Soares. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HARRINGTON, Wilfrid J. *Chave para a Bíblia: a revelação; A promessa; a realização*. Tradução de José Xavier e Alexandre Matyre. São Paulo: Paulinas, 1985.
- HOUTART, François. *Religião e modos de produção pré-capitalistas*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- HURBON, Laënnec. *O Deus da resistência negra: o vodu Haitiano*. Tradução de Waldecy Tenório. São Paulo: Paulinas, 1988.
- IDÍGORAS, J. L. *Vocabulário teológico para a América Latina*. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Paulinas, 1983, 250-257; 508-509.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana-América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KRAMER, Pedro. O órfão e a viúva no livro do Deuteronômio. *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, v.27, p. 20-28, 1990.

_____. *Origem e legislação do Deuteronomio – programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos*. Tese (Doutorado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, Porto Alegre, 1999.

LAMADRID, Antônio González. *As tradições históricas de Israel: introdução à história do Antigo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOPEZ, Félix G. *O Deuteronomio: uma lei pregada*. Cadernos Bíblicos, São Paulo, 1992.

_____. Israel proclama e vive sua fé (Dt 6; 16; 26). In: _____. LOPEZ, Félix García (Org). *O pentateuco*. São Paulo: Paulinas, 1998, p. 89-100.

MACKENZIE, John L. *Dicionário bíblico*. Tradução de Álvaro Cunha, Elsa Maria Berredo Peixoto, Gaspard Gabriel Neerick, I. F. L. Ferreira, José Xavier. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 154; 232-234; 341; 412; 545.

MAIA, Veralúcia G de Matos. *José Lourenço, o Beato camponês da comunidade de Caldeirão*. São Paulo: Paulinas, 1992. Série Os Religiosos 2, Coleção Homens e Mulheres do Nordeste.

MAIZTEGUI, Humberto. Credo Histórico – Dt 26,5-9. *Estandarte Cristão*. Porto Alegre, v. 96, n. 1695, p.14, ago. 1989.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Cativeiro da terra*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAYES, A. D. H. *Deuteronomy*. London: Marshall, Morgan and Scott, 1987.

McCONVILLE, J. G. The Place and the Deuteronomic Altar-Law. *Jornal for Study Old Testament*, p. 89-153, 1997. Supplement Series 179, Sheffield.

MESTERS, Carlos. *Deus onde estás?* 6ª ed. Belo Horizonte: Veja, 1983.

- _____. *A missão do povo que sofre*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Curso Bíblico*, 2ª ed. São Paulo: CCJ, CEBI, São Leopoldo: CEBI, 1994.
- METZGER, Martin. *História de Israel*. 4ª ed. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- MITSUE, Morissawa. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MORAES, José Geraldo V. de. *Caminhos das civilizações da pré-história aos dias atuais*. São Paulo: Atual, 1993.
- MOURA, Clóvis. *Rebelião da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MOURÃO, Laís. Contestado: a Gestão social do Messias. *Cadernos*, São Paulo, n.7, out.1974.
- MST. *Ocupando a Bíblia*. São Paulo: 2000.
- NAKANOSE, Shigeyuki. Para entender o Livro do Deuteronômio: uma lei a favor da vida? *Ribla*, Petrópolis, n. 23, p. 176-193, 1996.
- NAKANOSE, Shigeyuki. *Uma história para contar... A páscoa de Josias: Metodologia do Antigo Testamento a Partir de 2Rs 22,1-23,30*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA. Encarte da Folha de São Paulo, São Paulo, v. 1, p. 39, mar./dez., 1996.
- PALACIN, Luis. *Sociedade colonial – 1549 a 1599*. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.
- PESSOA, Jadir de Moraes. *Cotidiano e história: para falar de camponeses ocupantes*. Goiânia: Ed. da UFG, 1990.
- _____. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas: 1990.
- _____. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PINZETTA, Inácio. Um projeto de defesa aos estrangeiros: a proposta do Deuteronômio. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 27, p. 29-37, 1990.

PINTO, Geraldo E.; FILHO, Antônio S. Rumo a uma terra nova na qual habitará a partilha e a justiça. *Vida Pastoral*, São Paulo, n.128, p. 25-28, mar/abr. 1986.

PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. Tradução de Ramiro Mincato. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. Tradução de L'Oservatóreo Romano, 4ª ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Para uma melhor distribuição da terra – o desafio da reforma agrária*. São Paulo: Paulus, 1998.

PONTIFÍCIAS OBRAS MISSIONÁRIAS. *Missão 2002 – por uma terra sem males. Missão e Povos Indígenas do Mundo – Campanha Missionária 2002*. São Paulo, Missões, 2002. Edição Especial.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. Uma nova proposta de educação rural: a escola família agrícola. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 28, p. 159-174, nov. 1997.

_____. *O credo histórico de Israel – Deuteronômio 26,1-11*. São Bernardo do Campo, 1989. Apostila.

RAD, Gerard Von. *Deuteronomy – a commentary*. Philadelphia: The Westminster Press, 1966.

_____. *Deuteronômio*. Brescia: Paidéia, 1981.

_____. Pequeno credo histórico. In:_____. *Estudios sobre el Antigo Testamento*. Biblioteca de Estudios Bíblicos, Salamanca, v.3, p. 14, 1976.

RAMOS, Artur. *Introdução à Antropologia Brasileira: as culturas indígenas*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1971.

_____. *As culturas negras no novo mundo*. 4ª ed, São Paulo: Nacional, 1979.

REZENDE, M. V. *Não se pode servir a dois senhores*. Lins: Todos Irmãos, 1985.

SANTILLO, Henrique. *Goiás... terras, grilos e dores*. Brasília: CDI, 1981.

SANTILLO, Ademar. *Escândalos: os furtos do regime*. Brasília: CDI, 1982.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SCHMID, Hans Heinrich. O Deuteronômio e a teologia deuteronomista. In: PURY, Albert de. *O Pentateuco em questão*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 307-310.

SCHMIDT, Mário. *Nova história crítica do Brasil – 500 anos de história mal contada*. São Paulo: Nova Geração, 1998.

SEUBERT, Augusto. *Como entender a mensagem dos profetas*. São Paulo: Paulinas, 1992.

SICRE, José Luís. *Introdução ao Antigo Testamento*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Domingos Sávio da. Terra sem escravidão, morada de Deus! *Folha Catequética*, v.6, n.70, p. 2, 1992.

SILVA, Marcos Rodrigues da. *O negro no Brasil – história e desafios*. São Paulo: FTD, 1987.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. Brasil 500 anos de latifúndio e de demanda pela terra. *Estudos Humanidade*, Goiânia, v.27, n.2, p. 199-224, abr./jun. 2000.

SILVA, Severino Vicente da. *Zumbi dos Palmares*. São Paulo: Paulinas, 1990. Série Os Políticos, 2, Coleção Homens e Mulheres do Nordeste.

SIQUEIRA, Ruben. Um Brasil chamado canudos. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n.295, p. 27-31, 1997.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de (Org). *Encontro e solidariedade Igreja Católica e religiões afro-brasileiras no período de 1955-1995*. São Paulo: Atabaque, 2000.

SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, L. José. *Teologia da terra*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1988. Série V, Desafios da Sociedade; Coleção Teologia e Libertação.

SOUZA, Marcelo de Barros. *Nossos pais nos contaram – nova leitura da História Sagrada*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A Bíblia e a luta pela terra*. Petrópolis: Vozes/CPT, 1983.

_____. O Xirê de Deus no terreiro dos pequenos. *Curso de Verão – O povo de Deus construindo um novo milênio sem exclusões*. Goiânia: UCG, 2000, p. 3-24.

STORNILO, Ivo; BALANCIN, Euclides Martins. *Conheça a Bíblia*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1987. Série Como Ler a Bíblia.

STORNILO, Ivo. *Como ler o Livro do Deuteronômio: escolher a vida ou a morte*. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. Terra prometida (dom de Deus ou conquista do homem?). *Vida Pastoral*, São Paulo, n.128, p. 15-20, jan./fev., 1986.

_____. Os excluídos em Israel – é possível legislar a solidariedade? *Vida Pastoral*, São Paulo, n.180, p. 11-19, 1995.

_____. O Deuteronômio: projeto de uma nova sociedade. *Vida Pastoral*. São Paulo, n.128, p. 17-23, mai./jun., 1986.

TABORDA, Francisco, Vida religiosa, evangelização e sociedade de classes. *Convergência*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 215, p. 421-437, set. 1988.

TEXTO BASE PARA O VIII de CEBs, Santa Maria, 1992.

THOMPSON, J. A. *Deuteronômio: introdução e comentário*. Tradução de Carlos Oswaldo Pinto. São Paulo: Vida Nova; Mundo Cristão, 1991.

VVAA, *História da sociedade brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

_____. *Brasil vivo: uma nova história da nossa gente*. 15^a ed. Petrópolis: Vozes, 1995. v. 1.

_____. *Brasil vivo: a República*. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 1995. v. 2^a

_____. *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Tradução de Frei Simão Voigt, 2^a ed, Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão e Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: vida Nova, 1998, p. 254-256.

VEGETTI, Rosângela; NHAGO, Francelino. As religiões tradicionais. In:_____. *Religiões – Respostas para as perguntas do homem moderno*. Tradução de Alberto Garuti e Parizia Bergamaschi. São Paulo: Mundo e Missão, 1999, p. 175-9. v. II.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1998.

VIER, Frederico (Coord.). *Documentos do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*. Petrópolis: Vozes, 1966.

WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento: manual de metodologia*. 2^a ed. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2001.

WEILER, Lúcia. Palavra de Deus: força geradora de uma nova evangelização. *Convergência*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 215, p. 387-401, set. 1988.

WEINFELD, Moshe. *Deuteronomy and the Deuteronomic School*, Einsenbrauns, 1992.

WOLFF, Guenter. A fé em Javé no campo e na cidade – ou como os vencedores da luta de classes tentaram se apropriar de Javé. *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, Vozes, n. 36, p. 16-23, 1992.

WOLFF, Hans Walter. O querigma da obra Histórico-Deuteronomista. In: _____
BRUEGEMANN, Walter; WOLFF, Hans Walter. *O dinamismo das tradições do Antigo Testamento*. Tradução de Getúlio Bartelli. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 99-120.

Observação: Os cânticos foram tirados de folhetos de celebrações populares.

ANEXOS

ANEXO 1

O MITO DA TERRA SEM MALES

“Quando Nhandervuçu (nosso grande pai) resolveu acabar com a terra, devido à maldade dos homens, avisou antecipadamente Guiraypofy, o grande pajé, e mandou que dançasse. Este obedeceu-lhe, passando toda a noite em danças rituais. E quando guiraypofy terminou de dançar, Nhandervuçu retirou um dos esteios que sustenta a terra, provocando um incêndio devastador. Guiraypofy, para fugir do perigo, partiu com sua família, para o Leste, em direção ao mar. Tão rápida foi a fuga, que não teve tempo de plantar e nem de colher a mandioca. Todos teriam morrido de fome, se não fosse seu grande poder que fez com que o alimento surgisse durante a viagem.

Quando alcançaram o litoral, seu primeiro cuidado foi construir uma casa de tábuas, para que quando viessem as águas, ela pudesse resistir. Terminada a construção, retomaram a dança e o canto.

O perigo tornava-se cada vez mais iminente, pois o mar, como que para apagar o grande incêndio, ia engolindo toda a terra.

Quanto mais subiam as águas, mais Guiraypofy e sua família dançavam.

E para não serem tragados pela água, subiram no telhado da casa. Guiraypofy chorou, pois teve medo.

Mas sua mulher lhe falou:

- Se tens, meu pai, abre teus braços para que os pássaros que estão passando possam pousar. Se eles sentarem no teu corpo, pede para nos levar para o alto.

E, mesmo em cima da casa, a mulher continuou batendo a taquara ritmadamente contra o esteio da casa, enquanto as águas subiam.

Guiraypofy entoou então o nheengaraí, o canto guarani.

Quando iam ser tragados pela água, a casa se moveu, girou, flutuou, subiu... subiu até chegar à porta do céu, onde ficaram morando.

Esse lugar para onde foram chama-se Yvy mara ei (a “terra sem males”). Aí as plantas nascem por si próprias, a mandioca já vem transformada em farinha e a caça chega morta aos pés dos caçadores. As pessoas nesse lugar não envelhecem e nem morrem e aí não há sofrimento”.

CNBB. *Por uma terra sem males – Manual da Campanha da Fraternidade*. São Paulo: Salesiana, 2001, p. 55.

ANEXO 2

DISCURSO DO CACIQUE SEATTLE

“O grande chefe de Washington mandou dizer que deseja comprar nossa terra. O grande chefe assegurou-nos também de sua amizade e benevolência. Isto é gentil de sua parte, pois bem sabemos que ele não precisa de nossa amizade.

Vamos, porém, pensar em sua oferta, pois sabemos que se não o fizermos, o homem branco virá com armas e tomará nossa terra. O grande chefe de Washington pode confiar no que o Chefe Seattle diz, com a mesma certeza com que nossos irmãos brancos podem confiar na alteração das estações do ano. Minha palavra é como as estrelas. Elas não empalidecem.

Como podes comprar ou vender o céu e o calor da terra? Tal idéia é estranha para nós. Se não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água, como então podes compra-los?

Cada torrão desta terra é sagrado para o meu povo. Cada folha reluzente de pinheiro, cada praia arenosa, cada véu de neblina na floresta escura, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados nas tradições e na consciência do meu povo. A seiva que circula nas árvores carrega consigo as recordações do homem vermelho.

O homem branco esquece a sua terra natal, quando, depois de morto, vai vagar entre as estrelas. Os nossos mortos nunca esquecem esta formosa Terra, pois ela é mãe do homem vermelho. Somos parte da Terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs. O veado, o cavalo e a grande águia são nossos irmãos. As cristas rochosas, as Campinas verdejantes, o calor dos ponys e do ser humano, todos pertencem à mesma família.

Portanto, quando o grande Chefe de Washington manda dizer que deseja comprar nossa terra, ele exige muito de nós. O grande Chefe manda dizer que irá reservar para nós um lugar em que possamos viver confortavelmente. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Portanto, vamos considerar a tua oferta de compra de nossa terra. Mas não vai ser fácil, porque esta terra é para nós sagrada.

Esta água brilhante que corre nos rios e regatos não é apenas água, mas sim o sangue de nossos ancestrais. Se te vendermos a terra, terás de lembrar que ela é sagrada e que cada reflexo no espelho da água límpida dos lagos conta as histórias e as recordações da vida de meu povo. O rumorejar da água é a voz do pai de meu pai. Os rios são nossos irmãos. Eles saciam nossa sede. Os rios transportam nossas canoas e alimentam nossos filhos. Se te vendermos nossa terra, terás de te lembrar e ensinar a teus filhos que os rios são irmãos nossos e teus e terás de dispensar aos rios a mesma afabilidade que darias a um irmão.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um lote de terra é igual ao outro, porque ele é um forasteiro que chega na calada da noite, mas sim sua inimiga. E depois que a conquista ele vai embora. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e nem se importa. Esquece a sepultura de seus pais e o direito de seus filhos à herança. Ele trata sua mãe, a Terra, e seu

irmão, o Céu, como coisas que podem ser compradas, saqueadas, vendidas como ovelhas ou quinquilharias brilhantes. Sua voracidade arruinará a Terra, deixando para trás apenas um deserto.

Não sei. Nossos modos diferem dos teus. A vista de tuas cidades causa tormento aos olhos do homem vermelho. Mas talvez isto assim por ser o homem vermelho um selvagem que de nada entende.

Não há sequer um lugar calmo nas cidades do homem branco. Não há um lugar onde se possa ouvir o desabrochar da folhagem na primavera ou o farfalhar das asas de um inseto. Mas talvez assim seja por ser eu um selvagem que nada entende.

O barulho serve apenas para insultar os ouvidos. E que vida é essa quando um homem não pode ouvir a voz solitária de um curiango, a conversa dos sapos em volta de um brejo? Sou um homem vermelho e nada entendo. O índio prefere o suave sussurro do vento acariciando a superfície de um lago e o cheiro do próprio vento, purificado por uma chuva do meio-dia ou rescendendo a pinheiro.

O ar é precioso para o homem vermelho, porque todas as criaturas participam da mesma respiração, os animais, as árvores e o ser humano. Todos participam da mesma respiração. O homem branco não parece perceber o ar que respira. Como um moribundo em prolongada agonia, ele é insensível ao ar fétido. Mas se te vendermos nossa terra, terás de te lembrar que o ar é precioso para nós, que o ar reparte o espírito com toda a vida que ele sustenta. O vento que deu ao nosso bisavô o seu primeiro sopro de vida também recebe seu suspiro. E se te vendermos nossa terra, deverás mantê-la reservada, feita santuário, como um lugar em que o próprio homem branco possa ir saborear o vento, adoçado com a fragrância das flores campestres.

Assim, pois, vamos considerar tua oferta de compra de nossa terra. Se decidirmos aceitar, farei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como se fossem seus irmãos.

Sou um selvagem e não consigo pensar de outro modo. Tenho visto milhares de bisões apodrecendo na pradaria, abandonados pelo homem branco que os abatia a tiros disparados do trem em movimento. Sou um selvagem e não entendo como um fumegante cavalo de ferro possa ser mais importante que o bisão que nós, os índios, matamos apenas para o sustento de nossa vida.

O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se acabassem, o homem morreria de solidão de espírito. Porque tudo o que acontece aos animais, logo acontece também ao homem. Tudo está relacionado entre si.

Deveis ensinar a vossos filhos que a terra onde pisam simboliza as cinzas de nossos ancestrais. Para que tenham respeito aos pais, conta a teus filhos que a riqueza da terra são as vidas de nossa parentela. Ensina a teus filhos o que temos ensinado aos nossos: que a Terra é nossa mãe. Tudo quanto fere a Terra, fere os filhos e filhas da Terra. Se os homens cospem no chão, cospem sobre eles próprios.

De uma coisa sabemos: a Terra não pertence ao homem. É o homem que pertence à Terra. Disto temos certeza. Todas as coisas estão interligadas como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. O que fere a Terra fere também os filhos e filhas da Terra. Não foi o homem que teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que fizer à trama, a si mesmo fará.

Os nossos filhos viram seus pais humilhados na derrota. Os nossos guerreiros sucumbem sob o peso da vergonha. E depois da derrota passam o tempo sem fazer nada, envenenando seu corpo com alimentos adocicados e bebidas fortes. Não tem muita importância onde passamos últimos dias. Eles não são muitos.

Mais algumas horas, mesmo alguns invernos, e nenhum dos filhos das grandes tribos que viveram nesta terra ou que têm vagueado em bandos pelos bosques sobrarão para chorar sobre os túmulos, um povo que um dia foi tão poderoso e cheio de confiança como o nosso.

Nem o homem branco com seu Deus, com quem anda e com quem conversa de amigo para amigo, está fora do destino comum. Poderíamos ser irmãos, apesar de tudo. Vamos ver. De uma coisa sabemos que o homem branco venha talvez, um dia, a descobrir: o nosso Deus é o mesmo Deus. Talvez julgues que O podes possuir do mesmo jeito como desejas possuir nossa terra. Mas não o podes. Ele é Deus da humanidade inteira. Ele tem a mesma piedade para com o homem vermelho e para com o homem branco. Esta Terra é preciosa para Ele. Causar dano à Terra é desprezar o seu Criador.

Os brancos também vão acabar um dia. Talvez mais cedo do que todas as demais raças. Continuem! Poluam sua cama! Numa noite, irão morrer sufocados nos próprios dejetos!

Contudo, ao desaparecerem, brilharão fulgorosamente, abrasados pela força de Deus que os trouxe a este país e que os destinou dominar esta terra e o homem vermelho. Este destino é para nós um enigma. Não conseguimos imaginar como será quando os bisões forem massacrados, os cavalos selvagens domesticados, os recantos mais reclusos da floresta infestados pelo cheiro de muita gente e as colinas onduladas cortadas por fios que falam.

Onde ficou a floresta densa e fechada? Acabou. Onde estará a águia? Foi embora. Que significa dizer adeus ao pony ligeiro e a caça? É o fim da vida e o começo da sobrevida.

Deus vos deu, por algum desígnio especial, o domínio sobre os animais, as florestas e sobre o homem vermelho. Mas este desígnio é para nós um enigma. Compreendê-lo-íamos talvez se conhecêssemos os sonhos do homem branco, se soubéssemos quais as esperanças que transmite a seus filhos e filhas nas longas noites de inverno e quis as visões do futuro que oferece às suas mentes para que se possam formular desejos para o dia de amanhã.

Somos, porém, selvagens. Os sonhos do homem branco são para nós ocultos. E por serem ocultos, temos de andar, sozinhos, por nosso próprio caminho. Pois, acima de tudo, apreciamos o direito de cada um viver conforme deseja. Por isso, se o homem branco consentir, queremos ver garantidas as reservas que nos prometeu. Lá, talvez, possamos viver nossos últimos dias conforme desejamos.

Depois que o último homem vermelho tiver partido e a sua lembrança não passar de sombra de uma nuvem pairando sobre as pradarias, a alma do meu povo continuará vivendo nestas florestas e praias, porque nós as amamos como um recém-nascido ama o pulsar do coração de sua mãe.

Se te vendermos nossa terra, ama-a como nós a amávamos. Protege-a como nós a protegíamos. Nunca esqueças de como era esta terra quando dela tomaste posse. E com toda a tua força, o teu poder e todo o teu coração conserva-a para teus filhos e filhas e ama-a como Deus nos ama a todos.

De uma coisa sabemos: o nosso Deus é o mesmo Deus. Esta Terra lhe é sagrada. Nem mesmo o homem branco pode esquivar-se do destino comum a todos nós”.

ANEXO 3

ANEXO 4

ANEXO 5

ANEXO 6

